

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

LUIS VINÍCIUS SANCHES ALVARENGA

Etnoarqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados

SÃO PAULO

2024

LUIS VINÍCIUS SANCHES ALVARENGA

Etnoarqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados

Versão Corrigida
A versão original encontra-se na Biblioteca do MAE-USP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Mestre em Arqueologia

Área de concentração: Arqueologia e Identidade/Arqueologia e Sociedade

Orientadora: Prof. Dra. LD. Fabiola Andréa Silva

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

ALVARENGA, Luis Vinícius Sanches. **Etnoarqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. 2024.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Fabíola Andréa Silva (Orientadora)

Instituição: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Julgamento: _____

Profa. Dra. Bruna Cigaran da Rocha

Instituição: Universidade Federal do Oeste do Pará

Julgamento: _____

Prof. Dr. Fábio Guaraldo Almeida

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

Para meus filhos Luísa e Gael.

AGRADECIMENTOS

É imprescindível dizer o quanto esse trabalho significa pra mim, sou um homem de 42 anos, branco, com dois filhos que trabalha 44h por semana e grande parte da pesquisa feita em meio à pandemia de COVID 19. Não é facil conciliar tudo isso e não seria possível sem apoio. Assim, agradecerei pessoas por compartilhar o tempo e outras pessoas por entenderem minha ausência e me apoiarem.

Agradeço as pessoas que formam a Universidade de São Paulo, por fazerem dela um lugar de excelência, e a todos trabalhadores que mantém o ensino público no Brasil e que acreditam na Ciência.

À CAPES pela verba de auxílio à pesquisa.

A minha orientadora, grande pesquisadora e profunda conchedora da ciência arqueológica e das relações com a comunidade, Fabíola Andréa Silva que me recebeu e me orientou de forma dedicada e sábia.

À OPAN por possibilitar a pesquisa, a partir do uso de parte dos dados colhidos em campo, pela parceria e confiança, em especial ao Ricardo Carvalho grande parceiro de campo e pesquisa, e sua família.

Às pessoas que me receberam na OPAN, Rosa, Andréia, Vinícius, Vitor, Ivar. As pessoas que participaram das atividades de campo, Brisa, Drieli, Michel, Gambá, Rodrigo. AO apoio Institucional da IHB em Cuiabá.

Aos queridos Edison Souza e Juliana Almeida pelo convite para participar da expedição em 2017.

Ao povo Apiaká que me recebeu de forma carinhosa, e que tem feito um grande trabalho de busca por sua história, a partir de trabalhos como esse que acompanhei e outros. Em especial para meus interlocutores, Antônia, Erivaldo, Elivan, Edvan, Letícia, Pongó, Geneci, Rocildo, Letícia, Zefina, Adolfo, Argenor, Erivan, Robertinho e Cacique Roberto. A luta de vocês é inspiradora e fundamental.

Ao povo Kayabi da aldeia Tatuí pela receptividade e por compartilhar sua história.

Ao Wagner Bornal por me apresentar a arqueologia e me chamar para o primeiro campo em dezembro de 1999, pelos ensinamentos e amizade de tantos anos.

Origem Arqueologia e toda equipe por permitir conciliar a pesquisa e o trabalho.

David Carvalho pela elaboração dos mapas, pela paciência e pela amizade e parceria de sempre.

Aos amigos e colegas da arqueologia, que compartilharam campos, ideias, perrengues e felicidades durante esse período e antes, Clayton, Taiguara, Natalie, Roberto Perrotta, Wender, Aline, Marcus, Anne, Leandro, Sandra, Daniela, Felipe, Osvaldo.

Aos colegas e professores do MAE USP Marilia, Piero, Letícia e todos outros, em especial Kamila e Sónia pela amizade e incentivo mutuo.

Aos colegas do LINTT pela receptividade, entusiasmo, conversas e comemorações. Melian, Diego, Marcony, Lorena, Ana, Rosalvo, Walderes, Igor, Milena, Juliana.

Ao companheiro de Mato Grosso e de LINTT Chico Stuchi, obrigado pela força sempre, estamos juntos na luta.

Aos membros da banca de qualificação Professora Verônica Wesolowski e Fabio Guaraldo.

À familia Melo, em especial minha sogra Ana, meu sogro Antônio, meu cunhado Marcos e todos cunhados, sobrinhos, sobrinhas.

Ao meu irmão Lucas pelo apoio e meus sobrinhos Maria Flor, João e Amora, a minha irmã Letícia e a Yara minha sobrinha linda. Minha avó Gecília.

Aos meus pais Ricardo e Gi, obrigado por toda a dedicação e amor, por serem exemplos para minha relação com meus filhos.

À minha companheira de vida Kelly Melo, por todo amor, me dar força, incentivar, pelas conversas, por ler e muitas vezes me colocar no rumo, por possibilitar a pesquisa, por ser minha rede de apoio.

À Luísa e Gael, amores de minha vida.

ABREVIACÕES E SIGLAS

- AITAM - Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi’ô
- CECAV - Centro Nacional de Estudo e Conservação de Cavernas
- CGH - Centrais Geradoras Hidrelétricas
- CNSA - Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
- CR-FUNAI – Coordenação Regional da FUNAI
- EPE - Empresa de Pesquisa Energética
- FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- GT SAB - Grupo de Trabalho da Sociedade de Arqueologia Brasileira
- ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- OPAN - Operação Amazônia Nativa
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PARNA – Parque Nacional
- PCH - Pequena Central Hidrelétrica
- PND - Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social
- PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas
- PRONAPABA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
- PROTERRA - Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste
- RCID Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação
- SBE - Sociedade Brasileira de Espeleologia
- SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
- T.I. – Terra Indígena
- UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso
- UHE – Usina Hidrelétrica

Lista de Mapas

Mapa 1 Mapa antigas aldeias Menendez 1981.....	48
Mapa 2 Mapa Etnohistórico Tempesta 2009.....	55
Mapa 3 Mapa dos locais citados nos registros orais	91
Mapa 4 Mapa de Dispersão Apiaká	94
Mapa 5 Mapa do Contexto Arqueológico.....	104
Mapa 6 Sítios Arqueológicos e pontos de interesse arqueológico não cadastrados IPHAN.....	116
Mapa 7 Sítios Arqueológicos Bacia Juruena (IPHAN).....	117
Mapa 8 Lugares Significativos campanha 2019.....	162

Lista de Tabelas

Tabela 1 Relatos da presença Apiaká no século XVIII e XIX.....	42
Tabela 2: Sítios arqueológicos da bacia do Juruena.....	112

Lista de Figuras

Figura 1 Localização da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados com aldeias atuais. Elaborado pela OPAN	18
Figura 2 Mapa da bacia do Juruena com saltos sagrados elaborado pela OPAN.....	24
Figura 3: Sobreposição T.I. Apiaká do Pontal e Isolados e Parque Nacional do Juruena.26	
Figura 4: Gravura de Hercules Florence do Salto Augusto, o círculo vermelho destaca o local do sítio. (Modificado pelo autor, Florence, 2007).....	28
Figura 5: Mapa proposto por Menendez (1982) mostra aldeias Apiaká ao longo dos rios Arinos e Juruena no séc. XIX.....	46
Figura 6 : “Representação em gráfico do extermínio da população Apiaká” (Andrade, 2021, pag. 46)	50
Figura 7: Quadro de ocupação da Aldeia Mayrob em 1986. (Wenzel,1986).....	57
Figura 8: Casa tradicional Apiaka na Aldeia Mayrob, nosso lugar de pouso. (Autor, 2022)	58
Figura 9: Família do Sr. Adolfo fazendo farinha.(Autor, 2022).....	60
Figura 10 : Lugares de referência Sr. Adolfo.	61
Figura 11: Lugares de referência Sr. Adolfo na T.I. Apiaká/Kayabi.	61
Figura 12: Imagens de Satélite década de 1980.	64

Figura 13: Imagem de satélite década de 1980, garimpos Juruena e Novo Astro.....	64
Figura 14: Imagem de satélite da década de 1980, região de Peixoto Azevedo, rio Teles Pires.	
.....	65
Figura 15: Lugares de referência Sr. Erivan.....	67
Figura 16 : Mapa de aldeias. Fonte: Menendez 1981 pag. 89	68
Figura 17: Robertinho no Salto Augusto. (Autor, 2022).....	71
Figura 18: Robertinho no abrigo Morimã. (Autor, 2019).....	71
Figura 19: Café da manhã na cozinha da aldeia, Brisa (OPAN), Pongó, Antônia, Ricardo, Cacique Roberto, Robertinho, Kemili, Geneci, Rocildo (Autor, 2022)	72
Figura 20: Conversa com grupo na aldeia Matrinxã. Pongó, Ricardo (OPAN), Cacique Roberto, Robertinho, Erivaldo, Rocildo, Benedito, Francivaldo.(Autor, 2022)	72
Figura 21: Cacique Alberto e Ricardo (OPAN) a caminho da caverna da onça. (Autor, 2022)	
.....	73
Figura 22: Lugares de referência para Robertinho com base em seus relatos orais.....	73
Figura 23: Lugares de referência para Robertinho com base em seus relatos orais.....	74
Figura 24: Lugares de referência para Robertinho com base em seus relatos orais.....	74
Figura 25: Lugares de referência para Robertinho com base em seus relatos orais.....	75
Figura 26: Cacique Roberto Morimã no caminho para aldeia Morilandia. (Autor, 2022).....	82
Figura 27: Cacique Roberto durante conversa na aldeia Morilandia. (Autor, 2022)	82
Figura 28: Cacique Roberto e vice-cacique Robertinho na aldeia Morilândia. (Autor, 2022)	
.....	83
Figura 29: Lugares de referência para Cacique Roberto.	83
Figura 30: Lugares de referência para Cacique Roberto.	84
Figura 31: Lugares de referência para Cacique Roberto.	84
Figura 32: Lugares de referência para Cacique Roberto.	85
Figura 33: Pongó esculpindo ponta de canoa decorativa. (Autor, 2022)	86
Figura 34: Conversa com Pongó e sua esposa Zefina Paleci. (Autor, 2022)	87
Figura 35: Lugares de referência para Pongó.....	87
Figura 36: Lugares de referência para Pongó.....	88
Figura 37: Lugares de referência para Pongó.....	88
Figura 38: Letícia Morimã em sua casa.....	90
Figura 39: Extraída do Plano Nacional de Desenvolvimento II 1975 – 1979.....	98
Figura 40: Mapa de sobreposição de Imóveis Rurais e a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. Carvalho (2021).....	105

Figura 41: Atividades de pesquisa PRONAPABA (IPHAN- http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1371).....	107
Figura 42: Conjunto de sítios por sub-região, chama atenção a concentração nas regiões do Alto Juruena e Sangue onde há mais empreendimentos hidrelétricos.	111
Figura 43: Área com mata derrubada para formação de roça. (Autor, 2019).....	119
Figura 44: Construção de casa de madeira e palha. (Autor, 2019).....	120
Figura 45: Visão geral da aldeia Matrinxã a partir de oeste para leste (Autor, 2019).	120
Figura 46: Detalhe Nimendaju 2017 (modificado pelo autor).	121
Figura 47: Conversa inicial na aldeia Matrinxã, apontamento de lugares significativos e planejamento das incursões. (Adriano Gambarini, 2019)	123
Figura 48: Conversa inicial na aldeia Matrinxã, apontamento de lugares significativos e planejamento das incursões. (Adriano Gambarini, 2019)	124
Figura 49: Subida do rio em direção ao Córrego das Cobras. (Autor, 2019).....	125
Figura 50: Paisagem do Rio São João da Barra ou Matrinxã. (Autor, 2019).....	126
Figura 51: Corredeira da Anta. (Autor, 2019).....	126
Figura 52: Corredeira Rasteira. (Autor, 2019)	127
Figura 53: Clareira da Aldeia do Rocildo (Autor, 2019).....	128
Figura 54: Paisagem no entorno do Salto Augusto ao amanhecer. (Autor 2019)	130
Figura 55: Salto Augusto ao amanhecer. (Autor, 2019).....	130
Figura 56: Remanso da Cobra Grande. (Autor, 2019)	131
Figura 57: Caverna da onça. (Autor, 2022)	132
Figura 58: Poço da Piraíba. (Autor, 2019).....	132
Figura 59: Paisagem do Paredão. (Autor, 2019)	133
Figura 60: Cachoeira Santa Úrsula. (Autor, 2019).....	134
Figura 61: Cachoeira São Rafael. (Autor, 2019).....	134
Figura 62: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)	136
Figura 63: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)	136
Figura 64: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)	137
Figura 65: Paisagem no córrego Matrinxã. Afloramento de rocha lascada (Autor, 2019).....	137
Figura 66: Canal do Inferno. Equipe no final da Expedição.	138
Figura 67: Modelo 3D do Abrigo Morimã (Luis Vinícius Sanches Alvarenga, 2017).139	139
Figura 68: Grafismo Abrigo Morimã (Autor, 2017).	139
Figura 69: Grafismo Abrigo Morimã (Autor, 2017).	140
Figura 70: Painel com decalque digital (Luis Vinícius Sanches Alvarenga, 2017).	140

Figura 71: Edvan Morimã mostrando os grafismos para seu filho Kawê (Autor, 2019).141	
Figura 72: Croqui da aldeia Matrinxã. (Elaborado pelo autor, 2019)	142
Figura 73: Início da Aldeia Matrinxã. (Autor 2017)	142
Figura 74: Vista Geral da Aldeia Matrinxã (Autor, 2019)	143
Figura 75: Vista Geral da Aldeia Matrinxã para rio São João da Barra (Autor, 2019).143	
Figura 76: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Autor, 2019).....	144
Figura 77: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)	145
Figura 78: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)	145
Figura 79: Implantação do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)	146
Figura 80: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Autor, 2019).....	146
Figura 81: Croqui interpretativo de possível processo formativo do sítio arqueológico. (Croqui elaborado Everaldo Cristiano Silva, 2022).....	148
Figura 82: Fragmento de base trapezoidal (Autor, 2019).....	149
Figura 83: Fragmento de base trapezoidal (Autor, 2019).....	149
Figura 84: Montículo de terra com fragmentos cerâmicos. (Autor, 2019).....	150
Figura 85: Detalhe de fragmento cerâmico, porção superior com borda, face externa. (Autor, 2019).....	150
Figura 86: Detalhe de fragmento cerâmico, porção superior com borda face interna. (Autor, 2019).....	151
Figura 87: Vice cacique Robertinho Morimã junto à montículo com cerâmica. (Autor, 2019)	151
Figura 88: Arvore caída com a formação de depressão no solo. (Autor, 2019).....	152
Figura 89: Fragmento de cerâmica presa na raiz da árvore após queda. (Autor, 2019)152	
Figura 90: Fragmento de cerâmica identificado em superfície do sítio Samaúma. (Autor, 2017).....	153
Figura 91: Sítio Samaúma, Luis Vinicius e Cacique Roberto. (Juliana Almeida, 2017)153	
Figura 92: Sítio Samaúma, fragmentos de cerâmica na mão de Cacique Roberto. (Juliana Almeida, 2017).....	154
Figura 93: Sítio Samaúma, depressão com vestígios cerâmicos, a serapilheira foi limpa para evidenciar. (Michel de Andrade, 2017).....	154

Figura 94: Sítio Samaúma, equipe da OPAN Ricardo Carvalho, Rodrigo, Juliana Almeida, Michel Andrade (Autor, 2017)	155
Figura 95: Pinturas do Abrigo Kanerão (Autor, 2017).....	156
Figura 96: Cerâmica identificada em superfície do Abrigo Kanerão (Autor, 2017)....	156
Figura 970: Cerâmica identificada em superfície do Abrigo Kanerão (Autor, 2017)..	157
Figura 981: Abrigo Kanerão indígenas no sítio arqueológico, Cacique Roberto, Gustavo. (Autor, 2017)	157
Figura 99: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017).....	158
Figura 100: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017).....	159
Figura 101: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017).....	159
Figura 102: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017).....	160
Figura 103: Abrigo Yatatupã, conversa com Cacique Roberto (Ricardo Carvalho, 2017)160	
Figura 104: Capoeiras identificadas na área de pesquisa. Fonte: Funai, 2011. (Modificado pelo autor).....	163
Figura 105: Florence 2007, Pag. 193 “Mulheres apiacás”	164
Figura 106: Possível rota de deslocamento margeando a Serra dos Apiacás.....	165
Figura 107 : Mapa de lugares Apiaká, Santos, 2022	167
Figura 108: Mapa de lugares Apiaká, Santos, 2022	168

RESUMO

ALVARENGA, Luis Vinícius Sanches. **Etnoarqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. 2024.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024

Este trabalho é fruto de uma pesquisa arqueológica colaborativa, conduzida na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. O estudo foi realizado por um coletivo composto por indivíduos do povo indígena Apiaká e não indígenas, sob a liderança da Operação Amazônia Nativ (OPAN), uma organização dedicada ao apoio e proteção das comunidades indígenas na região amazônica. A pesquisa tem como objetivo entender a relação do povo Apiaká e com a paisagem do Juruena, em especial o Pontal do Mato Grosso um lugar repleto de histórias e materialidades localizado no norte do estado do Mato Grosso, no interflúvio dos rios Juruena e Teles Pires onde se forma o rio Tapajós. A pesquisa tem foco sobretudo na bacia do rio Juruena, um lugar de beleza natural exuberante e igual diversidade cultural, composta por povos originários, ribeirinhos e que vem sendo cada vez mais ocupada por centros urbanos. A região também tem potencial arqueológico de grande diversidade, sítios com vestígios cerâmicos, líticos e sítios em abrigos com pinturas rupestres. Durante a pesquisa acompanhamos o retorno de parte do povo Apiaká para a região e a fundação de uma nova aldeia, assim como, o (re)conhecimento desse lugar de ocupação tradicional. Foram considerados para tal, os lugares significativos, as narrativas e os sítios arqueológicos.

Palavras-chave: Apiaká, Arqueologia Colaborativa, Etnoarqueologia, Amazônia, Arqueologia Indigenista

ABSTRACT

ALVARENGA, Luis Vinícius Sanches. **Ethnoarchaeology in the Apiaká do Pontal and Isolated Indigenous Land. 2024.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024

This work is the result of collaborative archaeological research, conducted in the Apiaká do Pontal and Isolated Indigenous Land. The study was carried out by a collective composed of individuals from the Apiaká indigenous people and non-indigenous people, under the leadership of Operação Amazônia Nativia (OPAN), an organization dedicated to the support and protection of indigenous communities in the Amazon region. The research aims to understand the relationship between the Apiaká people and the Juruena landscape, especially Pontal do Mato Grosso, a place full of stories and materialities located in the north of the state of Mato Grosso, in the interflue of the Juruena and Teles Pires rivers where the Tapajós River is formed. The research focuses mainly on the Juruena river basin, a place of exuberant natural beauty and equal cultural diversity, made up of indigenous, riverside peoples and which has been increasingly occupied by urban centers. The region also has archaeological potential of great diversity, sites with ceramic and lithic remains and shelter sites with cave paintings. During the research we followed the return of part of the Apiaká people to the region and the founding of a new village, as well as the (re)knowledge of this place of traditional occupation. It was considered for this conclusion, archeological sites along with meaningful places, and narratives.

Keywords: Apiaká, Collaborative Archeology, Ethnoarchaeology, Amazon, Indigenist Archeology

SUMÁRIO

Introdução.....	17
Capítulo 1- Motivação da pesquisa e abordagem arqueológica.....	24
1.1 O início da pesquisa	24
1.2 Autorização e regularização de pesquisa em Terra Indígena.....	29
1.2.1 Regularização junto a FUNAI e aos Indígenas	30
1.2.2 Regularização junto ao ICMBio.....	31
1.2.3 Regularização junto ao IPHAN.....	31
1.3 Arqueologia com os Apiaká.....	31
Capítulo 2 – A Paisagem das narrativas e a paisagem das vivências	41
2.1. Primeiros relatos de ocupação Apiaká nos séculos XVIII e XIX	41
2.2 Seringueiros e a Dispersão Apiaká	51
2.3 Aldeias Mayrob e Nova Matrinxã e a reocupação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados	56
2.3.1 Povo Apiaká – Aldeia Mayrob.....	58
2.3.2 Povo Apiaká – Aldeia Nova Matrinxã	68
Capítulo 3 – A Paisagem disputada	95
3.1 Projeto estatal para a bacia do Juruena	95
3.2 Luta indígena contra a ocupação capitalista (Caso da Usina do Salto Kayabi).....	99
3.3 Arqueologia na região do rio Juruena.....	106
Capítulo 4 – A Paisagem Cultural	118
4.1 Expedições na T.I. Apiaká do Pontal e Isolados.....	118
4.2 Rio Matrinxã e seus lugares significativos.	124
4.3 Rio Juruena e seus lugares significativos.....	129
4.4 Sítios Arqueológicos	138
Capítulo 5 - Conclusões “Eles nunca saíram daquele lugar”.....	169
Bibliografia	172
Anexos	178

Introdução

O trabalho apresentado é o resultado de uma pesquisa arqueológica levada a cabo na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados (Figura 1), por um coletivo de pessoas formado por indígenas do povo Apiaká e não indígenas, a partir de um trabalho indigenista liderado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN).

Esse trabalho foi iniciado em 2017 e coincidiu com a abertura de uma nova aldeia, a aldeia Matrinxã, que fica ao sul da Terra Indígena, às margens do rio São João da Barra ou Matrinxã.

A expedição de 2017 tinha como foco elaborar uma cartografia mítico-cultural, incluindo o mapeamento e a documentação de “sítios sagrados”, ou lugares significativos, da Bacia do rio Juruena. Ou seja, de lugares que eram uma referência sociocosmológica para as populações indígenas da região: Apiaka; Enawene-Nawe (Salumã); Haliti (Paresi); Kawaiwete (Kaiabi); Manoki (Irantxe); Myky; Nambiquara do Cerrado; Sabane; Rikbaktsa (Canoeiros) e Kajkwakratxi (Tapayuna). (Figura 2)

A ação abordou cinco saltos ou quedas d’água, todas elas alvos de planos governamentais e empresariais para a instalação de usinas hidrelétricas.

Os lugares significativos, entre eles o Salto Augusto, que está localizado na T.I. Apiaká do Pontal e Isolados foi a razão pela qual a equipe adentrou nesta T.I. A pesquisa de mapeamento resultou no relatório que embasou a publicação intitulada “Paisagens Ancestrais do Juruena” (Almeida, 2019).

Antes da nossa visita e durante a abertura da aldeia, haviam sido identificados e cadastrados sítios arqueológicos, por uma equipe da UNEMAT de Juara, em colaboração com indígenas do povo Apiaká. Esses sítios foram revisitados pela equipe da OPAN que ajudou no processo burocrático de cadastro dos sítios junto ao IPHAN.

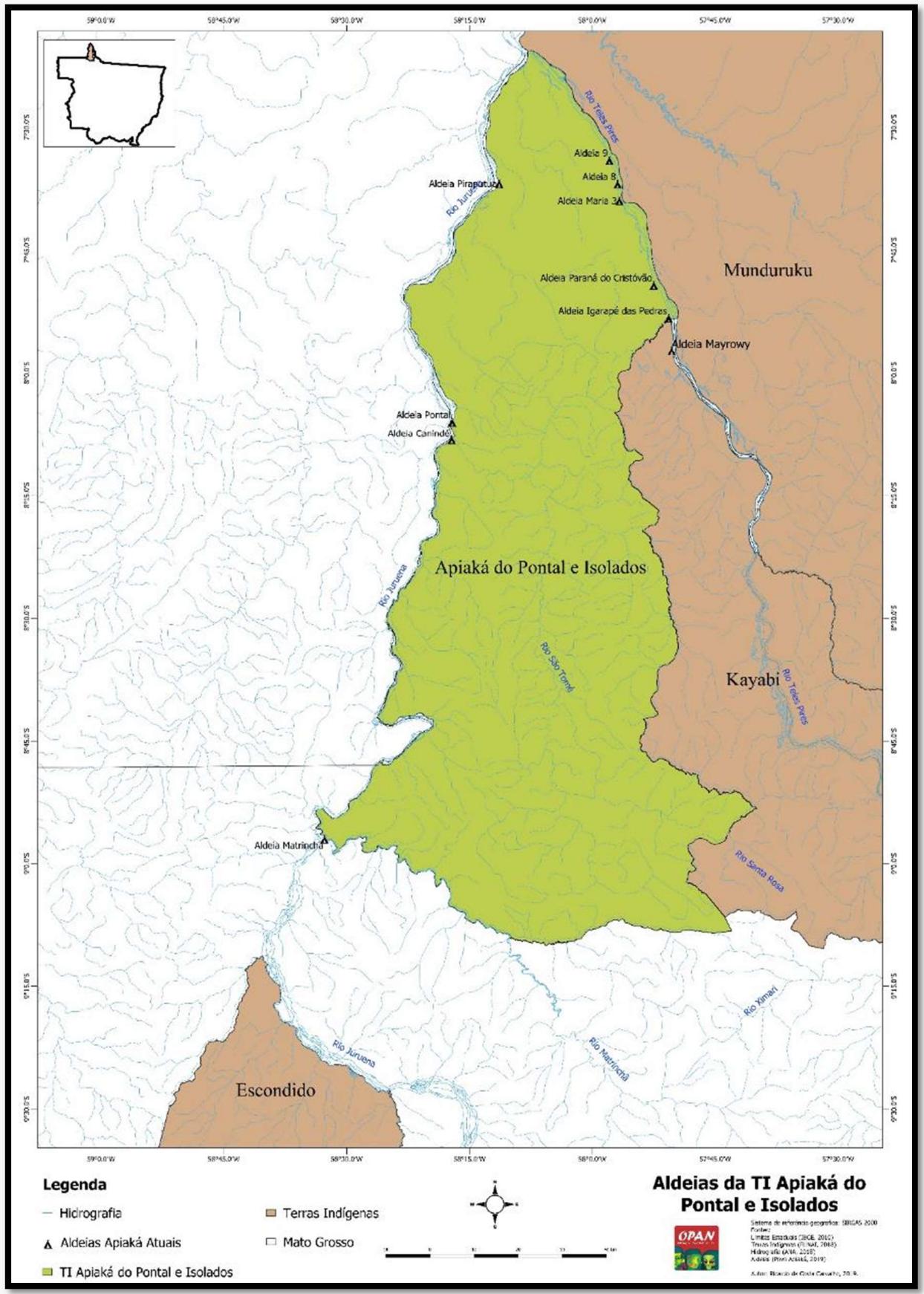


Figura 1 Localização da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados com aldeias atuais. Elaborado pela OPAN

O primeiro contato foi importantíssimo e possibilitou a percepção do povo Apiaká da relevância da identificação de sítios arqueológicos em seu território, sendo que a partir disso nasceu o programa arqueológico denominado “Arqueologia na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados”.

O programa tem como objetivo acompanhar o processo de retorno do povo Apiaká ao seu território historicamente tradicional, realizando a localização e cadastro de sítios arqueológicos, o registro da sua oralidade e o mapeamento dos sítios e dos lugares e eventos revelados nas narrativas orais.

Como dito anteriormente, esta dissertação apresenta os resultados de um trabalho arqueológico que foi realizado a partir de uma ação indigenista. Ou seja, ele procura mostrar que a abordagem arqueológica pode ser uma, dentre tantas outras possibilidades de pesquisas científicas, que tem como motivação a luta indígena pela perpetuação de sua autodeterminação e soberania territorial. Desse modo, a arqueologia aqui é engajada com a realidade política e social referente às causas indígenas, no Brasil.

Essa visão vem sendo discutida há algum tempo por arqueólogos no mundo todo e, inclusive, no Brasil. Segundo afirmou Eremites de Oliveira, a arqueologia não pode negligenciar a “responsabilidade social e a ética na prática arqueológica e, consequentemente, favorecer um processo de alienação em relação à situação histórica dos povos originários no tempo presente” (Eremites de Oliveira, 2017 p.33)

Se por um lado, a arqueologia contribui para os interesses e demandas de coletivos indígenas e, neste caso específico, do povo Apiaká da Aldeia Matrinxã, na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, por outro, os povos indígenas contribuem para a edificação de uma nova ciência arqueológica embasada na multivocalidade e na decolonialidade, e que tem se concretizado, por exemplo, nas chamadas arqueologias colaborativas e nas etnoarqueologias decoloniais (EREMITES DE OLIVEIRA, 2017; GONZALEZ-RUIBAL, 2009; SILVA, 2021).

A arqueologia que está sendo realizada, em conjunto com indígenas apiakás, traz consigo essa proposta de fazer uma arqueologia que quebre a preeminência de um estudo do “Outro”, distinto em termos cultural, social ou temporal (GONZALEZ-RUIBAL 2014). Realizar uma arqueologia em colaboração permite olhar para um sítio arqueológico a partir de diferentes pontos de vista, sendo que este assume múltiplas significações para os diferentes atores e em diferentes instâncias da construção do conhecimento (ZEDEÑO, 1997).

Especificamente, neste estudo, tratamos da relação entre o povo Apiaká e o território tradicional estabelecido historicamente, no interflúvio dos rios Juruena e Teles Pires ou São Manuel.

É importante deixar claro que a arqueologia que estamos realizando não se restringe aos objetivos acadêmicos e científicos, a partir de uma perspectiva ocidentalizada. Ao mesmo tempo, a relação de pertencimento territorial dos indígenas apiakás e a relevância dos sítios arqueológicos nesse processo relacional não se refere apenas ao campo das emoções e da ancestralidade. A relação entre território/territorialidade e materialidade arqueológica também é reivindicada pelo povo Apiaká como um instrumento jurídico, ou seja, ela remete aos direitos dos povos indígenas, previstos na Constituição Federal de 1988 e que são reforçados por outros mecanismos, no direito internacional, como demonstrado por Luiz Eloy Amado, 2018 ,pag 177:

“Assim, no período republicano temos cinco instrumentos legais que regulam o direito territorial dos povos indígenas: Estatuto do Índio de 1973, a Constituição Federal de 1988, Decreto 1.775 de 1996, Portaria n. 14/96 do Ministério da Justiça e a Convenção 169 da Organização internacional do trabalho - OIT. Tem-se na Constituição Federal de 1988 o marco divisor na legislação indigenista, ou seja, a Constituição inovou trazendo um capítulo específico denominado “Dos Índios”. Ali estão dois artigos de fundamental importância para o movimento indígena e que vaticinam os princípios vetores do direito indigenista.

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. [...]

Art. 232 - Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (Eloy Amado, 2018).

O território ocupado historicamente pelo povo Apiaká apresenta, na visão do Estado brasileiro, um grande potencial de geração de energia hidrelétrica e grande capacidade de produção agrícola, minerária e extrativista.

Ao mesmo tempo, a distância dos grandes centros produtores, a precariedade da malha rodoviária e a quantidade de terras indígenas dificultam a expansão agrícola na bacia do rio Juruena, sobretudo a partir do seu médio curso. Esses efeitos acometem com menor intensidade os empreendimentos hidrelétricos cujo maior custo está na fase de implantação e não na de operação. Assim, se espalham pela bacia do rio Juruena, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) que, por serem empreendimentos de menor impacto aos olhos da legislação atual, tem seu licenciamento facilitado.

Os intentos minerários e madeireiros encontram pouca dificuldade em se implantar na região já que ocorrem, em grande número, de maneira ilegal, e são mais difíceis de serem fiscalizados.

Todo esse cenário gera uma grande pressão sobre os povos indígenas que ocupam tradicionalmente a bacia do rio Juruena, com incertezas e conflitos iminentes. Essa realidade é contornada por arranjos políticos pouco sólidos que dependem de contrapartidas, de lado a lado, uma lógica que remete aos séculos XVIII e XIX, nos quais, a partir de alianças, foram implantadas frentes de expansão extrativista de borracha e minério.

Diante do panorama exposto apresenta-se a seguir a estrutura dos capítulos da dissertação.

Capítulo 1- Motivação da pesquisa e abordagem arqueológica

No capítulo 1 serão apresentados os relatos do contato inicial que motivou a pesquisa e uma discussão sobre a abordagem arqueológica utilizada para a execução da mesma.

Capítulo 2 – A paisagem das narrativas e a paisagem das vivências

Nesse capítulo serão apresentados dados fundamentais sobre a relação dos indígenas apiakás com a bacia hidrográfica do rio Juruena. Desde os primeiros relatos escritos sobre a região do rio Juruena são identificados diversos povos indígenas, dentre eles o povo Apiaká. A permanência desse povo na região mostra seu pertencimento territorial e resiliência diante de conflitos históricos com outros povos e com os colonizadores.

No ítem 2.1 , a partir de fontes históricas (CASTELNAU 2000, FLORENCE 1941, COUDREU 1895, GUIMARÃES 1844), apresentaremos a visão dos primeiros colonizadores sobre a presença indígena na região, e a distribuição geográfica dos indígenas apiakás e de outros povos indígenas que ocupavam a região do rio Juruena. Vamos mostrar as mudanças e pressões sofridas pelo povo Apaiká, que o levaram à dispersão e perda de referências culturais como, por exemplo, a língua. Giovana Tempesta relata que “Cercados por seringueiros, a maioria dos apiakás acabou se engajando na extração de látex, mas, ao final do século XIX, uma fração do povo retornou para a floresta, recusando terminantemente o contato com os brancos.” (Tempesta 2009, p 56). Esse processo será apresentado no item 2.2.

Esse período é sucedido pela reorganização espacial do povo Apiaká e por novas alianças formadas para garantir a sua sobrevivência. Vamos apresentar o cenário mais recente do povo Apiaká, incluindo a sua reivindicação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, relatada por diferentes pesquisadores (TEMPESTA 2009, ALMEIDA 2019, ANDRADE 2021). Também apresentaremos os relatos do povo Apiaká, das Aldeias Mayrob e Nova

Matrinxã sobre esta história recente, propondo um mapa das suas ocupações e dos seus movimentos migratórios, a partir de 1950.

Capítulo 3 – A paisagem disputada

Neste capítulo, pretendemos apresentar a região do rio Juruena como uma área de interesses conflitantes entre indígenas e o Estado Nacional. Trataremos de mostrar que, desde os primeiros contatos entre indígenas e não-indígenas, se estabeleceu uma dicotomia entre esses diferentes coletivos. De um lado, fica o Estado expansionista e, de outro, os povos indígenas que tem lutado para que seus territórios e modos de vida sejam respeitados.

No item 3.1 mostraremos que a segunda metade do século XX é uma época marcada pela expansão capitalista nos sertões brasileiros, onde são projetadas ocupações ordenadas em cidades. Tal expansão ou colonialismo interno é liderada por cooperativas sudestinas e sulistas que são apoiadas pelas políticas econômicas do Governo Federal e motivadas pelo baixo custo de terras que são vendidas como devolutas. Neste ínterim, é considerada também a capacidade de geração de energia da região amazônica a partir da matriz hidrelétrica. O Estado incentivado e pressionado pelo poder econômico, prefere olhar para a região como um “lugar de oportunidades”, desconsiderando que há naquele espaço territórios tradicionalmente ocupados por povos originários e outras comunidades tradicionais.

No item 3.2 vamos abordar como essa onda de ocupações gera conflitos intensos com as populações tradicionais. Os indígenas, nesse momento, aglutinados em terras demarcadas, iniciam ações de luta por seus direitos. Neste cenário, uma das ações marcantes da luta indígena ocorreu, na década de 1980, contra a implantação de uma Usina Hidrelétrica no salto Kayabi, no rio dos Peixes, sendo que esta reuniu vários povos indígenas.

No item 3.3. Abordaremos a configuração da pesquisa arqueológica na área de pesquisa. Isso é fundamental para mostrarmos que se antes havia a ideia de que a área se constituía de um vazio demográfico, hoje ela é vista como um vazio arqueológico do ponto de vista estatal. Lembremos que, para o IPHAN, o cadastro de sítios arqueológicos é o que define o reconhecimento do potencial arqueológico de um determinado espaço.

Capítulo 4 – A paisagem cultural

Nesse capítulo são apresentados os resultados das etapas de campo realizadas na área pesquisada. Serão apresentadas as etapas de campo realizadas em 2017 e em 2019, na Terra

Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. A última etapa de campo foi realizada após o período da Pandemia de COVID 19, quando abordamos as comunidades apiakás da TI Apiaká-Kayabi e da TI Apiaká do Pontal e Isolados, para apresentar o nosso trabalho e para conversar sobre o território e a territorialidade apiaká.

Capítulo 5 – Conclusões - Eles nunca saíram daquele lugar

Capítulo 1 - Motivação da pesquisa e abordagem arqueológica

1.1 O início da pesquisa – Materiais e Métodos

Como apresentado anteriormente, meu primeiro contato com o povo Apiaká se deu em uma expedição, no ano de 2017, que tinha como foco elaborar uma cartografia mítico-cultural que incluía o mapeamento e documentação de “sítios sagrados”, ou lugares significativos da bacia do rio Juruena¹. A ação teve foco em cinco saltos ou quedas d’água, sendo todas elas alvos de planos governamentais e empresariais para a instalação de usinas hidrelétricas. Tais lugares são uma referência sociocosmológico para as populações indígenas da região: Apiaka; Enawene-Nawe (Salumã); Haliti (Paresi); Kawaiwete (Kaiabi); Manoki (Irantxe); Myky; Nambiquara do Cerrado; Sabane; Rikbaktsa (Canoeiros) e Kajkwakratxi (Tapayuna).

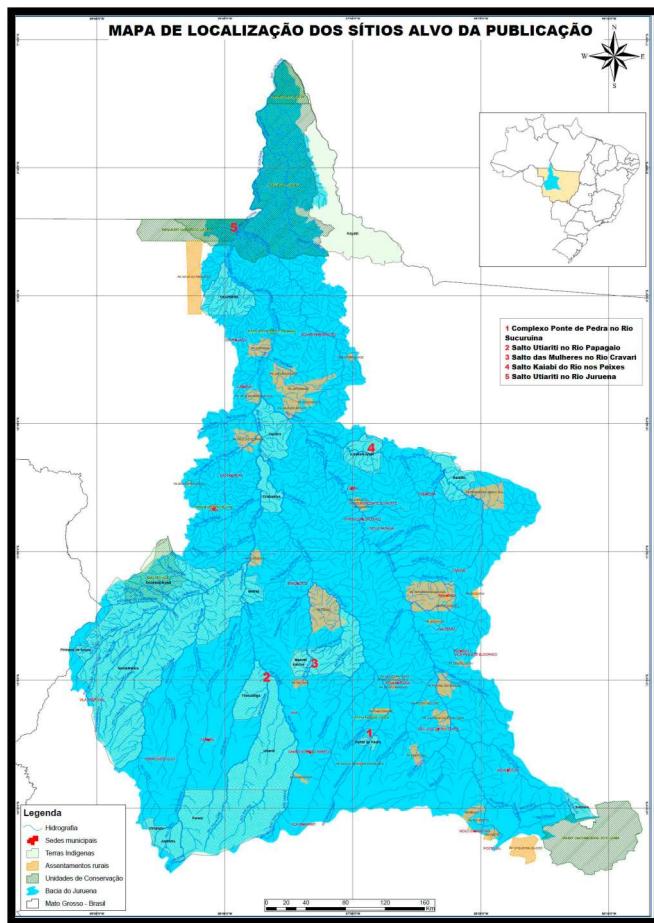


Figura 2 Mapa da bacia do Juruena com saltos sagrados elaborado pela OPAN.

¹ O rio Juruena faz parte da bacia do rio Tapajós, assim pode ser chamada de sub-bacia do Juruena porém devido sua extensão territorial e importância vamos utilizar o termo bacia do Juruena.

Dentre os lugares significativos mapeados durante este trabalho estava incluso o Salto Augusto, localizado na T.I. Apiaká do Pontal e Isolados. Esta pesquisa de mapeamento resultou na publicação intitulada “Paisagens Ancestrais do Juruena” de autoria da antropóloga Juliana Almeida e publicado pela OPAN.

A Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados está implantada na área região conhecida como Pontal do Mato Grosso, compreende o interflúvio do rio Juruena e Teles Pires no município de Apiacás. A T.I. tem tamanho total de 985.599,20 ha está sobreposta ao Parque Nacional do Juruena (Figura 2). A TI faz fronteira com mais duas TIs, Terra Indígena Mundurukú e Terra Indígena Kayabi.(Figura 1)

A viagem para o Salto Augusto foi realizada parcialmente de carro e, também, de barco, sendo que saímos da Aldeia Tatúi acompanhados por Edivan Morimã (liderança apiaká) da T.I. Apiaká-Kaiabi. Indígenas apiakás estão abrindo uma nova aldeia na região do Pontal, às margens do rio Matrinxã, sendo esta chamada de Aldeia Nova Matrinxã. É relevante ressaltar que existe uma importante relação entre os indígenas apiakás da T.I. Apiaká-Kaiabi que ocupam a aldeia Mayrobi e a Aldeia Nova Matrixã, pois as lideranças que abriram esta última e a ocupam atualmente vieram da Mayrobi. Todavia, eles não são os únicos a ocupá-la, e a relação estreita entre essas pessoas e aldeias será retomada mais adiante.

A região do Pontal é tradicionalmente ocupada pelos indígenas apiakás, fato destacado na bibliografia etnológica e histórica e que se manifesta na toponímia local, sendo que Apiacás é o nome do município e da principal referência paisagística regional, ou seja, a Serra dos Apiacás que corta todo o pontal no sentido Leste-Oeste, na porção sul, ligando os rios Teles-Pires e Juruena. Tais dados apresentados reforçam a presença dos indígenas apiakás nesta região, desde tempos pretéritos. Segundo informações orais colhidas com os indígenas, essa formação pode ter sido utilizada como rota pelos indígenas apiakás para o seu deslocamento territorial, tendo sido cadastrados sítios arqueológicos com material cerâmico, no topo da formação próxima à Usina São Manoel.

Hercules Florence relata o contato que teve com grupos apiakás em sua viagem ocorrida, entre 1825 e 1829, quando visitou, dentre outros, o Salto Augusto, sendo que ele retratou este marco paisagístico, indicando nele a existência de um possível cemitério.

Pesquisas realizadas no âmbito da arqueologia de contrato, para as obras da UHE São Manoel, revelaram grande densidade de sítios arqueológicos no alto da Serra dos Apiacás, na altura do rio Teles-Pires. Sítios foram também identificados nos estudos da UHE Teles-Pires, sendo que esses são reivindicados por pessoas dos povos Apiaká e Munduruku. Essa relação dos indígenas com a materialidade exposta pelos estudos arqueológicos reforça a identidade

territorial desses coletivos.

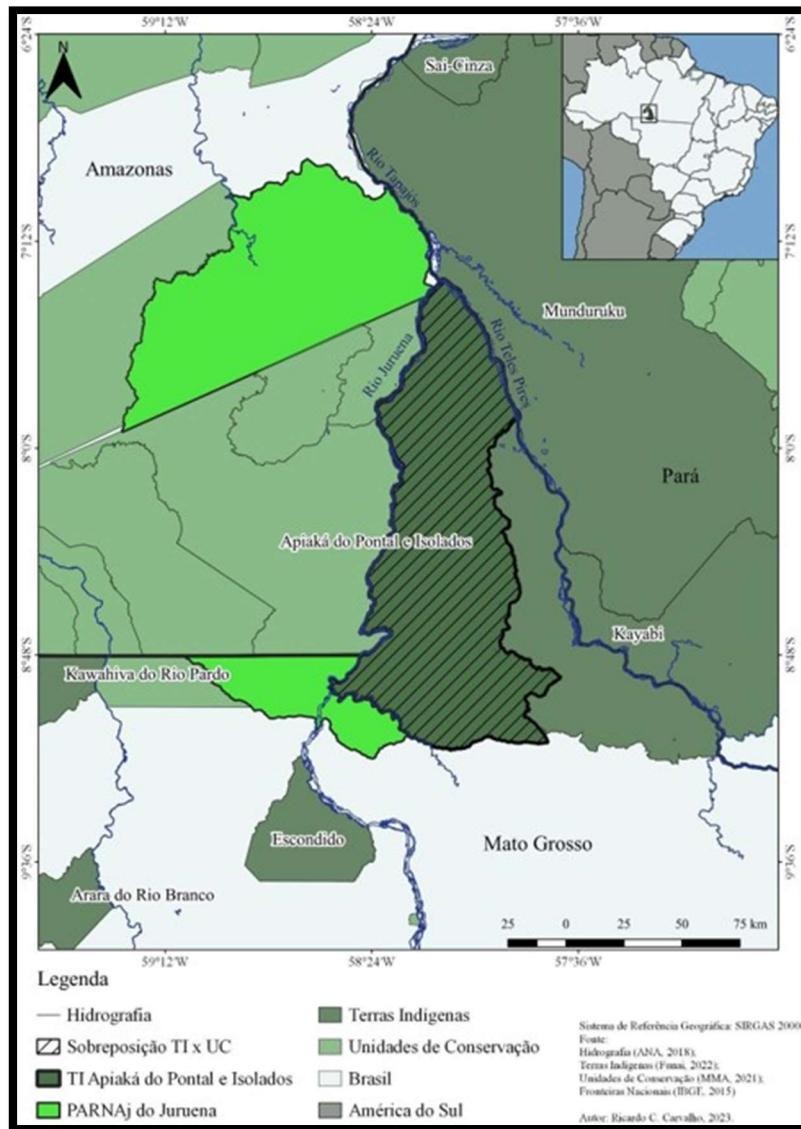


Figura 3: Sobreposição T.I. Apiaká do Pontal e Isolados e Parque Nacional do Juruena.

Nossa abordagem no entorno do Salto Augusto teve características não interventivas, privilegiando o conhecimento indígena do território. Assim, a primeira ação foi obter relatos orais sobre a presença de sítios arqueológicos na região.

Essa metodologia foi bastante produtiva sendo relatados sítios arqueológicos em abrigos com pinturas rupestres localizados próximos às corredeiras do rio Juruena quando o mesmo rompe a Serra dos Apiacás, bem como um sítio próximo à foz do rio Matrinxã ou São João da Barra e um outro sítio relatado na margem direita do rio Juruena, na altura do Salto Augusto.

A equipe visitou os sítios em abrigo-sob-rocha e constatou se tratarem de sítios

multicomponenciais, com pinturas rupestres e, também, vestígios de cerâmica, em superfície. Esses sítios já haviam sido cadastrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, pelo professor Saulo Augusto de Moraes, da Universidade do Estado do Mato Grosso de Juara, tendo sido denominados Abrigo Morimã, Abrigo Ytatupã, Abrigo Kanerão, Sítio Kamassurí.

Foi relatado por Robertinho Apiaká (vice cacique da aldeia Nova Matrinxã) que os abrigos e as pinturas são frequentemente revisitados por índios isolados que ocupam o Pontal. Algumas vezes, essas pinturas são reavivadas por esses indígenas. No entanto, essa informação ainda não foi devidamente documentada.

Com o intuito de reforçar a proteção aos sítios arqueológicos e às cavidades foi encaminhado o cadastro das mesmas ao Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil, junto à Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) e ao Centro Nacional de Estudo e Conservação de Cavernas (CECAV), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse cadastro classifica tais cavidades com grau máximo de relevância conforme a Instrução Normativa MMA nº- 2, de 20 de agosto de 2009 – *Art. 3º Entende-se por cavidade natural subterrânea com grau de relevância máximo aquela que possui pelo menos um dos atributos listados abaixo: XI - destacada relevância histórico-cultural ou religiosa.*²

A prospecção no entorno do Salto Augusto também possibilitou o cadastro de um sítio arqueológico. Uma equipe de biólogos já o havia identificado enquanto trabalhavam em levantamentos para o plano de manejo do Parque Nacional do Juruena. Eles tiveram interesse no local, despertados pela indicação em um croqui feito por Hercules Florence, no qual há uma cruz que menciona a existência de um cemitério. A equipe de biólogos foi movida pela curiosidade, e na ocasião conseguiram identificar depressões no solo próximas de árvores Samaumas que continham fragmentos de cerâmica. Porém, como não contavam com arqueólogos na equipe eles não realizaram à devida identificação e o cadastro do sítio arqueológico.

² Grifo nosso.

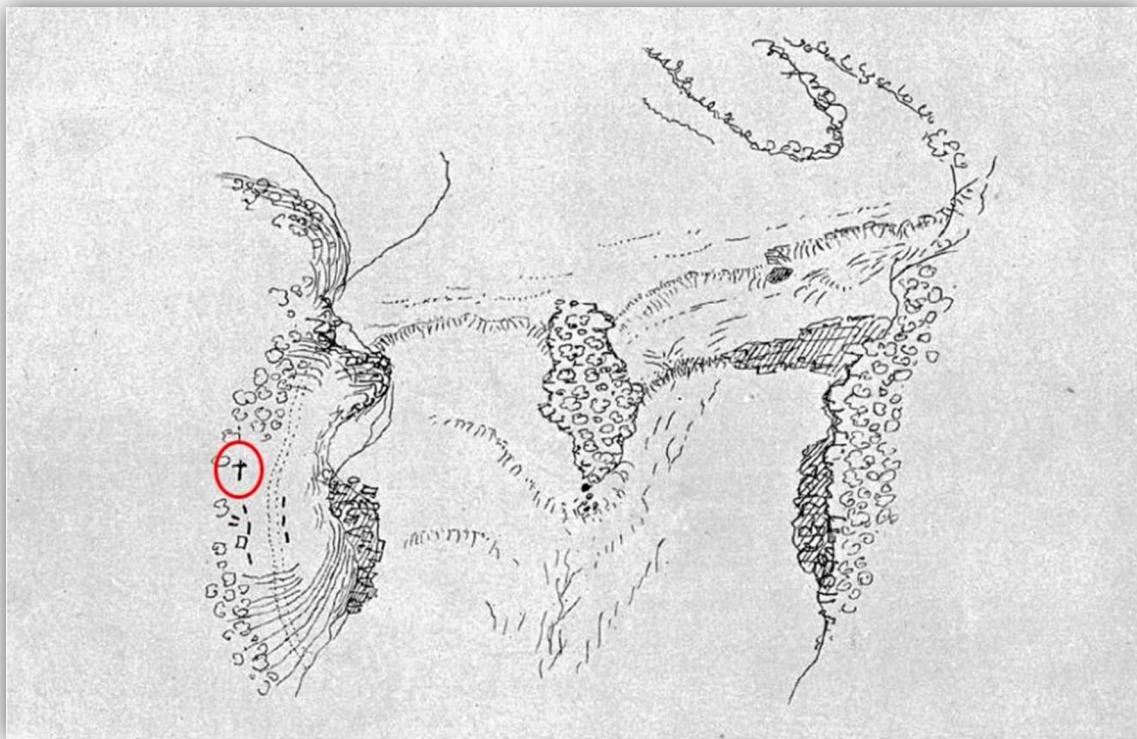


Figura 4: Gravura de Hercules Florence do Salto Augusto, o círculo vermelho destaca o local do sítio.
(Modificado pelo autor, Florence, 2007)

Nas atividades de campo desenvolvidas nessa região, um dos objetivos foi realizar uma vistoria no local, oportunidade na qual foi possível identificarmos fragmentos de cerâmica em superfície e algumas depressões circulares, com aproximadamente 1 metro de diâmetro. Há possibilidade de as depressões observadas pela equipe de biólogos terem sido formadas pela fragmentação de grandes vasos funerários enterrados, mas somente uma intervenção em subsuperfície poderia confirmar tal possibilidade.

Alguns dos indígenas apiakás que integraram a equipe identificaram o local como sendo uma antiga ocupação de seu povo, e a existência de Samaúmas atestaria a prática tradicional de realizar sepultamentos próximos a essas espécies de árvores. As duas árvores são destacadas na paisagem do local devido ao seu grande porte, raízes grandes e emaranhadas e frondosas copas. Essas árvores foram imperiosas na denominação do local e registro do Sítio Arqueológico Samaúmas, na ficha de cadastro encaminhada ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Iphan.

Após esse primeiro campo, o contato com a OPAN e com os indígenas apiakás foi constante, sendo que uma das preocupações das lideranças era a conservação dos sítios com grafismos. Além disso, havia a preocupação com a identificação de novos sítios no território a fim de reafirmar a existência das antigas aldeias relatadas por seus ancestrais.

As constantes conversas e os anseios dos indígenas, da OPAN e meus deram origem ao projeto de acompanhamento arqueológico do processo de retorno e reconhecimento, de parte dos indígenas apiakás, do seu território ancestral, no Pontal.

A abordagem arqueológica e o mapeamento de sítios arqueológicos em terras tradicionais já foram realizados em outras regiões e com outros povos indígenas, tendo os mesmos como protagonistas. Podemos citar alguns desses trabalhos: de Fabíola Andréa Silva e o povo Asurini do Xingu, no Pará; de Francisco Stuchi e o povo Kayabi, no Mato Grosso em área próxima à nossa área de pesquisa; de Bruna Rocha (2012, 2017) e o povo Mundurukú, também no Pará divisa com Mato Grosso; de Francisco Stuchi (2011) e os povos Cinta Larga e Arara, no Mato Grosso e em um contexto de consultoria arqueológica.

1.2 Autorização e regularização de pesquisa em Terra Indígena

A autorização e regularização desta pesquisa seguiu os protocolos determinados por dois órgãos federais distintos: IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por se tratar de uma pesquisa arqueológica; ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) tendo em vista a sobreposição da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados e o Parque Nacional do Juruena.

É importante esclarecer que diversas questões incidem sobre o processo de autorização e regularização da pesquisa em terras indígenas, sendo que algumas delas transparecem a estrutura colonialista na qual a pesquisa acadêmica e seus praticantes estão inseridos.

Desde a Constituição Federal de 1988 os indígenas deixaram de ser tutelados pelo Estado e deixaram de ser inimputáveis. Ainda assim, se exige que pesquisas envolvendo povos indígenas tenham uma autorização formal da FUNAI - assinada pelo presidente do órgão -, sendo que de fato se deveria reconhecer a absoluta autonomia dos povos indígenas de permitir ou não a realização de pesquisas acadêmicas em suas terras e com as pessoas indígenas.

Para a realização desta pesquisa sobrevalorizamos a vontade do povo Apiaká que além de reconhecer e encampar a pesquisa, também se tornou o proponente da mesma junto ao IPHAN e ao ICMBio. **(Anexo A)**

Reconhecer e reforçar a autonomia indígena é fundamental na atual situação política do Brasil onde a vulnerabilidade dos órgãos de Estado às políticas partidárias é moeda corrente, constituindo algo extremamente nefasto para a vida das populações mais vulneráveis, como as indígenas.

1.2.1 Regularização junto a FUNAI e aos Indígenas

A ação indigenista na qual se insere esta pesquisa arqueológica pressupõe a autonomia indígena diante dos processos que os afetam. Segundo Gersem Baniwa (2012 p. 215),

“Há certo consenso entre índios e indigenistas de que as leis brasileiras são bastante generosas com relação aos direitos indígenas, a partir da Constituição Federal de 1988, reforçada com a ratificação da Convenção 169 da OIT e com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. ”

Dentre os direitos indígenas assegurados por esses mecanismos, ou ainda, pela letra da lei, está o “consentimento prévio e informado sobre o que lhes diz respeito.” (Baniwa,2012 p. 216).

A OPAN (Operação Amazônia Nativa), instituição que tem conduzido a ação indigenista na qual se insere esta pesquisa arqueológica, possui mais de 50 anos de experiência de trabalho indigenista no Brasil, tendo sempre atuado na bacia do rio Juruena. Até julho de 2020, ela tinha um acordo de cooperação com a FUNAI e, por isso, nossos primeiros contatos com os indígenas apiakás ocorreram sob os auspícios deste acordo, estando então respaldados para as ações propostas.

Desse modo as lideranças da aldeia Matrinxã resolveram informar à FUNAI sobre a pesquisa arqueológica como forma de reafirmar sua autonomia, tendo sido encaminhado à CR-FUNAI, um documento assinado pela AITAM (Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi’ô), onde é informada a realização das pesquisas tendo a mesma como proponente (**Anexo B**)

A CR-FUNAI respondeu a este documento com a afirmativa de que o órgão não se responsabiliza por ações em terras indígenas não homologadas. Tal afirmativa causou estranheza na equipe que consultou novamente a FUNAI, tendo recebido a mesma resposta de maneira informal.

Essa situação particular, coincidentemente, foi reafirmada pelo Ofício Circular Nº 18/2021/CGMT/DPT/FUNAI onde o órgão indigenista aparece como sendo desautorizado a atuar em terras não homologadas. (**Anexo C**)

Essa postura da FUNAI foi parar no Tribunal Superior Federal que obrigou a mesma a trabalhar em terras não homologadas, conforme segue na íntegra:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, ratificou a medida cautelar já concedida para determinar: (i) a suspensão imediata dos efeitos do Ofício Circular N° 18/2021/CGMT/DPT/FUNAI e o PARECER n. 00013/2021/COAF-CONS/PFE-FUNAI/PGF/AGU; e (ii) a implementação de atividade de proteção territorial nas terras indígenas pela FUNAI, independentemente de estarem homologadas, nos termos do voto do Relator. O Ministro André Mendonça acompanhou o Relator com ressalvas. Falaram: pela requerente Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, a Dra. Samara Carvalho Santos; e, pelo amicus curiae Defensoria Pública da União, o Dr. Francisco de Assis Nascimento Nóbrega, Defensor Público Federal. Plenário, Sessão Virtual de 18.2.2022 a 25.2.2022³.

1.2.2 Regularização junto ao ICMBio

O projeto de pesquisa foi cadastrado no ICMBio com a finalidade de ter autorização do órgão para a pesquisa na área do Parque Nacional do Juruena tendo em vista que a mesma é sobreposta à Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados.

Em 29 de abril de 2021, a autorização foi concedida e, no momento, estamos aguardando a sua renovação.

1.2.3 Regularização junto ao IPHAN

Desde o início do contato junto à comunidade da aldeia Matrinxã, os sítios arqueológicos identificados durante a pesquisa foram relatados ao IPHAN, bem como auxiliamos a equipe da UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso) no cadastro dos sítios arqueológicos identificados antes do nosso contato.

Com intuito de fortalecer o projeto, a equipe de pesquisa que consta na documentação enviada ao IPHAN conta com indígenas, arqueólogos, indigenistas, fotógrafo e um servidor do ICMBio. Além disso, foi efetivada uma parceria com o Instituto do Homem Brasileiro para o fornecimento do endosso institucional e colaboração científica.

A portaria de pesquisa nº 65, data de 22 de outubro de 2021, com validade de 24 meses.

1.3 Arqueologia com os Apiaká – Fundamentação teórica

Como dissemos anteriormente, o processo de reconhecimento do território apiaká não é apenas uma demanda acadêmica na qual os indígenas foram envolvidos de forma passiva. Ao

³ Disponível em [<https://portal.stf.jus.br/processos/downloadTexto.asp?id=5504055&ext=RTF>]

contrário, os indígenas apiakás da aldeia Matrinxã são protagonistas neste processo e tem buscado parcerias que possam fortalecer esta sua empreitada.

O povo Apiaká, desde que se tem notícia e a partir da sua memória ocupa a bacia do rio Juruena, sendo que a sua língua pertencente à família linguística Tupi-Guarani, e está próxima das línguas Juma, Parintintin, Tupi-kawahib e Kaiabi (RODRIGUES 2002). O significado da palavra Apiaká pode ter mais de uma explicação, sendo a mais difundida a de que se refere à palavra marimbondo. Um marimbondo quando provocado voa grandes distâncias para ferroar o provocador e tem uma ferroada bastante dolorida.

A arqueologia em Terras Indígenas pode ser conduzida de formas diferentes, sendo que o primeiro ponto, ou seja, o de nominar “Terra Indígena”, de certa maneira, é dar protagonismo aos indígenas, reconhecendo a sua legitimidade sobre aquele recorte territorial, bem como o seu direito e a sua ancestralidade. Então, Arqueologia em Terra Indígena não é apenas conduzir uma pesquisa arqueológica em determinada área demarcada pelo Estado desassociada das pessoas que ali vivem, mas sim, envolver as pessoas indígenas afetadas por esse território e pela pesquisa arqueológica.

Além disso, há territórios indígenas que estão além das terras demarcadas pelo Estado. A territorialidade não está circunscrita às terras demarcadas, indo muito além e abarcando uma série de outras paisagens e lugares tangíveis e intangíveis.

Em nosso caso, a pesquisa colaborativa nesta Terra Indígena não homologada, mas requerida pelo povo indígena, tem como objetivo atender a uma reivindicação do povo Apiaká e, especialmente, das pessoas que vivem na aldeia Matrinxã e que buscam o reconhecimento de sua história de ocupação territorial.

A arqueologia que desenvolvemos junto com os indígenas apiakás assumiu diferentes perspectivas, que são aqui referenciadas conforme Fabíola Silva (2021):

1) da arqueologia colaborativa, na medida em que pretendeu construir o conhecimento arqueológico junto com os indígenas; (BESPALEZ 2009, STUCHI 2009, SILVA 2011, 2013, MACHADO 2013, ROCHA 2017)

2) da etnografia arqueológica, buscando entender as formas de interação dos indígenas com os materiais arqueológicos e, neste caso, percorrendo o território e identificando os lugares significativos e atentando para a oralidade Apiaká (HAMILAKIS; ANAGNOSTOPOULOS, 2009);

3) da etnoarqueologia transmutada em uma arqueologia do presente que, por sua vez, deixa de lado o “caráter a-histórico, funcionalista e universalista” da pesquisa e que não busca

estabelecer analogias entre passado e presente, mas sim, entender os modos de vida das pessoas no presente e suas relações com as pessoas do passado; (GONZALEZ-RUIBAL, 2009)

4) da arqueologia ativista que, neste caso, é realizada no âmbito de uma ação indigenista em prol das lutas indígenas (ATALAY ET AL., 2014; STOTTMAN, 2010)

Cabe dizer que a arqueologia colaborativa tem sido cada vez mais frequente, em nosso país e como apontado por Fabíola Silva: “Povos indígenas que enfrentaram ou enfrentam processos de desterritorialização e invasão de suas terras veem na arqueologia uma aliada em suas demandas pelo reconhecimento e/ou (re) apropriação de seus territórios” (Silva, 2021 p. 243).

Além do aspecto “combativo e político” da arqueologia colaborativa que reivindica e marca posição diante da demanda por territórios, direitos e visibilidade indígenas, há também, o aspecto relativo à aquisição de conhecimento para a ciência arqueológica tendo em vista que “em sua diversidade, as arqueologias colaborativas têm desencadeado novas formas de pensar e de fazer arqueologia, sendo que neste universo de pesquisas, a multivocalidade e a reflexividade, também são aspectos fundamentais para a produção do conhecimento.” Silva (2021 p. 219). Segundo Eremites de Oliveira (2016 p.137): “Este tipo de perspectiva é recorrente em vários campos do conhecimento científico, mas na arqueologia praticada no Brasil é algo relativamente recente porque implica em certa ruptura com saberes constituídos no Ocidente”.

É papel fundamental da arqueologia colaborativa, como forma de dar um passo adiante a partir da arqueologia do ocidente e fomentar novas ideias a partir dos sítios arqueológicos, (GONZALEZ-RUIBAL 2016).

O aumento desse tipo de pesquisa, pode estar relacionado ao crescimento do número de indígenas formados em cursos superiores e, também, pela rede de relações entre os indígenas que compartilham experiências positivas na luta por seus direitos de forma cada vez mais organizada.

Essa rede de conversas entre indígenas auxilia na difusão de trabalhos indigenistas e na busca por direitos há muito tempo, como relatado por Rosa Maria Monteiro sobre os processos de autodemarcação de Terras Indígenas na década de 1970: “Quando os outros povos do Acre (...) começaram a perceber o que estava acontecendo, quando começou a fermentar a história da autodemarcação, que tinham encontrado maloca antiga e tudo mais, todos os índios passaram a querer também” Fanzeres (2021, pag. 168).

A ciência arqueológica tem exemplos de pesquisas colaborativas que corroboram com as perspectivas dos indígenas Apiaká e são referência para este trabalho. Por exemplo, a

pesquisa citada anteriormente e que foi realizada na Terra Indígena Kaiabi, no Pará (terra indígena limítrofe com a T.I. Apiaká do Pontal e Isolados) com indígenas kayabis que estabeleceram colaboração com Francisco Stuchi para a identificação de sítios arqueológicos em seu território.

Essa forma de se fazer arqueologia colaborativa e etnoarqueologia como arqueologia do presente, junto às comunidades tradicionais, vem sendo praticada em várias partes do planeta e, especialmente, a partir da década de 2000.

Segundo Fabiola Silva, um estudo etnoarqueológico pode ser entendido como o estudo de coletivos humanos no tempo presente e em contextos específicos, buscando entender as suas relações sociais e a sua relação com a paisagem, a materialidade e a imaterialidade (SILVA, 2011)

Atualmente, essa tem sido uma vertente da pesquisa etnoarqueológica, ou seja, alguns pesquisadores transformaram a etnoarqueologia em uma “arqueologia do presente”. O objetivo da observação é entender a relação dos homens com o mundo material no tempo presente e contribuir para o debate antropológico sobre a relação dos homens com os objetos e a materialidade (Silva, 2011 p. 135).

Alguns autores também têm ressaltado que é necessário que a arqueologia seja uma disciplina com engajamento social. Esse engajamento não pode se dar de forma abstrata ou puramente teórica. A arqueologia e os arqueólogos não podem virar as costas para as questões e problemas reais do cotidiano das populações indígenas, especialmente, em se tratando de pesquisas colaborativas como apontado por Fabiola Silva (2021 pag. 234) .

Alguns trabalhos mostram que a colaboração pode ser motivada pelo desejo de uma comunidade de entender melhor o seu passado, de retomar suas memórias e de reviver as suas histórias em determinados lugares (p.ex. bairros urbanos, localidades rurais), e essas pesquisas podem ter diferentes objetivos, dependendo dos contextos, das situações de pesquisa e dos coletivos envolvidos. (Silva, 2021 pag. 234)

Fora do contexto brasileiro também há autores que consideram a colaboração em arqueologia como fundamental, sobretudo quando o estudo ocorre com comunidades e há de se fazer de forma ética e sensível como apontado por Chirikure (2016, pag.698):

“No entanto, deve ser realizado de forma eticamente adequada e sensível, que respeite os direitos e sentimentos de todos os envolvidos. Como Stahl (1995), resumiu, a etnoarqueologia atingiu a maioria e posso dizer que ela deve envelhecer dentro de um contexto de boa ética e relevância local.”

Identificando minha pesquisa no âmbito dessas perspectivas da prática arqueológica, tomo como ponto de partida os intentos e as expectativas do povo indígena Apiaká sobre o

trabalho. Vou elencar os principais pontos não em ordem de importância, mas considerando a forma como eles foram aparecendo ao longo do tempo e da convivência com os indígenas.

O primeiro ponto foi cadastrar os sítios arqueológicos como forma de protegê-los; o segundo ponto foi ter nos sítios arqueológicos argumento para a reafirmação da territorialidade; o terceiro ponto foi cadastrar os sítios arqueológicos como forma de dificultar ou impossibilitar a construção de empreendimentos hidrelétricos em locais significativos; o quarto ponto foi mostrar aos jovens as paisagens e lugares por onde seus ancestrais passaram. Esses podem ser vistos como os principais pontos definidos pelos interlocutores apiakás, para a realização da pesquisa.

Esses pontos acima são reivindicações do povo Apiaká com os quais tive contato nas aldeias Nova Matrinxã e Mayrob. Penso que a motivação para tais reivindicações tenha como pano de fundo, as pressões sofridas pelos povos indígenas e os conflitos com a sociedade ocidental. Segundo Fabiola Silva (2021, p.243):

Neste caso, eles se apropriam dos sítios e materiais arqueológicos e de lugares e marcos na paisagem como testemunhos da sua ocupação histórica dos territórios, ou ainda, como índices da presença de seus antepassados, para a reivindicação daqueles que foram perdidos. (Silva, 2021 p. 243)

No Brasil há vários exemplos que fortalecem as aspirações deste trabalho. Para além dos trabalhos já citados quero também citar a pesquisa de Eduardo Bespalez em conjunto com indígenas Terena, Kinikinau e Laiana.

O trabalho demonstra grande compromisso do pesquisador e envolvimento da comunidade em todas etapas da pesquisa, e uma árdua negociação com as lideranças e com os demais membros da comunidade para que o trabalho acontecesse da forma como os indígenas e os pesquisadores achavam que o mesmo deveria acontecer. Segundo Bespalez (2009, p.169).

A obtenção da autorização indígena para a realização da pesquisa arqueológica na Aldeia Lalima foi uma experiência bastante ilustrativa daquilo que Zimmermann (2005: 301-306) apontou como “problemas para definir a comunidade” e “dificuldades com a aprovação de pesquisa”. A autorização definitiva dos Terena para a realização da pesquisa foi obtida quando já nos encontrávamos em campo, após meses de negociações e preparativos, prontos para iniciar as atividades de levantamento (Bespalez, 2009, pag.169)

A pesquisa desenvolvida fortalece a presença indígena naquele território, mais que isso, identifica aquela paisagem como uma ocupação contínua, ressignificada por diversos povos que passaram por ali ao longo dos anos. (BESPALEZ 2009, 2014)

Parece que o passado arqueológico não é muito diferente do presente etnográfico na TI Lalima, na medida em que a diversidade étnica parece ser uma prerrogativa da trajetória histórica e cultural da ocupação indígena na

área. De fato, apesar das histórias distintas de formação territorial, trata-se da mesma paisagem, a qual, por sua vez, pode ser lida como um palimpsesto, escrito e reescrito, ao menos desde mil anos atrás, nos idiomas Guaikuru, Terena, Kinikinao, Laiana, Guarani e, como diria o Sr. Manoel, “Jacadigo”. Bespalez 2014, pag. 216

A arqueologia colaborativa é fundamental como meio para entender a paisagem do ponto de vista Apiaká e identificar os lugares significativos inseridos nessa paisagem. Quando envolvemos as pessoas vivas no estudo arqueológico, se faz necessário uma mudança na perspectiva, para além do que a arqueologia tradicional considera em seus estudos ou seja os vestígios materiais antrópicos.

Uma abordagem arqueológica “tradicional” pode se debruçar sobre uma determinada paisagem e identificar sítios arqueológicos que são ilhas, conjuntos de peças delimitados por sua disposição. Essa arqueologia deixa de lado os “vazios”, longas paisagens sem artefatos identificados, sendo essa paisagem apenas um suporte para os sítios. A paisagem é uma paleta de variações topográficas, pedológicas e biológicas onde o indivíduo escolhe se estabelecer e transformar aquele lugar. Ainda que, há muito tempo os arqueólogos reflitam sobre isso e discutam, via de regra é possível ter essa abordagem em uma arqueologia “tradicional”.

Na arqueologia colaborativa não há essa possibilidade, ainda que se possa voltar parte dos estudos para os sítios arqueológicos, deve ser considerado o todo onde estão inseridos os sítios e onde estão as pessoas e sua relação com a paisagem. Paul Lane prescinde o entendimento das populações a partir de sua relação com a paisagem. Zedeño e Bowser (2009), por sua vez, apresentam o lugar como a forma fundamental pela qual os arqueólogos podem entender as ocupações humanas e os sítios arqueológicos como marcadores dessa paisagem.

Essa abordagem vai ao encontro do proposto em nossa pesquisa tendo em vista que a interpretação dos indígenas apiakás do território, se faz a partir dos marcos paisagísticos destacados por eles em função do seu significado cultural e pela presença de sítios arqueológicos.

O entendimento do povo Apiaká do seu lugar e do pertencimento dos indivíduos à paisagem é algo construído durante as atividades cotidianas (pesca, caça, cultivo, ócio, estudo) nos momentos de encontros coletivos (uniões, festas, jogos), na oralidade e na permanência. Segundo Zedeño & Brower (2009:1)

Thus, place is a juncture where environment, people, and meaning converge at multiple scales and, in the process, create a record of human behavior, perception, and cognition. The material record of human presence in a place is, in fact, archaeology's subject matter; economic, social, political, and symbolic meanings once ascribed to locales in the landscape may emerge in

the process of reconstructing and interpreting people's pasts from the archaeological record. (Zedeño & Browser, 2009, pag. 1)

O fato de estarem ali diante de tantos desafios e lutas, o fato de ressignificarem, retornarem, transmitirem o conhecimento, e (re)conhecerem o território tradicional reforça sua relação com a paisagem, assim como o fato de viverem ali e colherem castanhas, e pescarem o peixe como é o costume.

Essa série de ações descritas, reforçam que o indivíduo Apiaká se entende pertencente a essa cultura, mesmo quando todo o contexto, como será apresentado a longo da dissertação, mostrava caminhos para ele deixar de lado sua cultura, nega-la ou esconde-la.

O povo Apiaká foi proibido de falar na língua, escravizado, impedido de dormir em casais, sofreu diversas violências com o intuito de tira-lo do seu lugar de origem, fazer esquecer sua história e desaparecer.

A cultura Apiaká persiste entrelaçada com a paisagem do rio Juruena e se estende por toda a bacia do mesmo rio a partir do seu médio curso e seus afluentes, rio Arinos, rio dos Peixes, pela Serra dos Apiacás, e por diversos outros lugares que formam a ampla paisagem cultural do Juruena. A paisagem nesse sentido abarca o povo originário, as narrativas, os lugares modificados ou não pela ação humana.

A paisagem do Juruena para os Apiaká compreende narrativas de conflitos, vitórias, derrotas, conquistas, perdas, morte e vida. Lugares de morada, caça, pesca, rituais, cemitérios, caminhos, cachoeiras, sítios arqueológicos. Abarca também estar alí e estar distante, andar, voltar, visitar. Esse emaranhado da vivência torna essa Paisagem o território Apiaká. (SILVA 2013, ZEDEÑO 2016).

O território pode ser entendido como sendo uma paisagem onde estão contidos lugares significativos. Neste caso, a sua percepção vai além das marcas de modificação do meio e da identificação ou não de sítios arqueológicos. Trata-se de um lugar de vivências, de memórias e de pertencimento. Fabíola Silva define essas relações a partir de sua experiência com o povo Asurini da seguinte forma:

As pessoas criam lugares através de suas experiências com o meio (tangível e intangível), dando significados a eles e produzindo conhecimento sobre os mesmos. Os lugares tem uma dimensão individual e social, bem como agência para modelar e influenciar as ações das pessoas. Os lugares são irremediavelmente ligados à história e à memória das pessoas e, por isso, podem também assumir dimensões políticas e identitárias (Bowser e Zedeño (Eds.) 2009; Stewart e Strathern 2003a). (Silva 2013,pag.31)

Fazem parte de um território, as narrativas e memórias referentes a ele. Assim, mesmo que os indivíduos não tenham estado naquele território eles podem conhecer o mesmo a partir dessas narrativas e memórias. Cabe dizer que parte dos indígenas apiakás nunca tinham ido ao Pontal do Juruena, mas sabiam dele por causa dos relatos que tinham escutado sobre este lugar desde a infância. Alguns, no entanto, estiveram no Pontal na infância e puderam rememorar este lugar quando o revisitaram depois de adultos. Essa percepção de um lugar é tratada por Lynette Russell (2012, pag. 415)

Quem, visitou um lugar da sua infância costuma se surpreender com o quanto pequeno tudo é. As janelas estão mais próximas do chão, as prateleiras são mais baixas do que as lembradas, as casas, os piquetes e até as árvores são lembradas como tendo sido maiores, em vez de o eu ser lembrado como tendo sido menor. As nossas paisagens recordadas pertencem à nossa imaginação, mas isso não diminui a sua importância ou significado, por mais pessoal ou idiossincrático que seja.

Dentro desse contexto temos os sítios arqueológicos identificados no território Apiaká, dentro e fora da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados. Os Apiaká hoje consideram importante conhecer e proteger o patrimônio arqueológico. Segundo suas falas, entendem que são provas da sua presença.

Ao identificar um sítio arqueológico em seu território, e chama-lo de sítio arqueológico, o indígena insere mais uma forma de interpretação da materialidade que pode ser uma camada de entendimento entre várias outras possíveis e uma não anula a outra. (ZEDEÑO 1997)

Um sítio arqueológico pode por um lado colonizar, já que passa a ser tutelado pelo estado e por outro é uma forma de resistir e se fazer entender, não é tomar para si o discurso do outro, mas fazer-se entender e reivindicar, sendo o sítio arqueológico patrimônio inquestionável para o estado nacional protegidos pela constituição e pela Lei 3924/61.

Assim, pode-se dizer que a cultura material identificada nos territórios tradicionais, ao ser classificada como arqueológica passaria a ser uma forma de proteção desses territórios.

No caso do Juruena é interessante observar como a posição dos sítios arqueológicos coincide com a expansão da fronteira agrícola. Os sítios arqueológicos não são apenas uma forma ocidental de interpretar vestígios dos povos indígenas, mas em uma instância podem ser um marcador das fronteiras da ciência ocidental. Essa lógica ganha força com a arqueologia voltada para o Licenciamento Ambiental.

Os sítios identificados, escavados e posteriormente destruídos passam a ser um lugar vazio de possibilidades para as pessoas. Se os sítios identificados e visitados por indígenas como no caso do sítio Velha Matrinxã que veremos adiante, possibilitam contar “novas

histórias” a partir da materialidade e da paisagem ao ser revisitado, estudar um sítio sem a participação dos indígenas impossibilita essas reinterpretações, ressignificações e *revivências*.

Os sítios não são mais uma forma de alcançar a memória, pois passam a ser a memória em si, já que muitos deles não existem mais. Você vai olhar para aquele lugar e dizer que ali existiu um sítio arqueológico. O sítio não é uma chave para alcançar histórias mas faz parte dela, já que ele não existe mais naquele lugar pode existir na memória, enquanto aldeia ou enquanto sítio arqueológico e no museu enquanto materialidade.

Os sítios na lógica do licenciamento estão fadados a desaparecerem e a arqueologia nesse contexto legitima as ocupações. Quando o sítio é cadastrado pela comunidade indígena a lógica de certa forma se inverte, o indígena toma pra si o protagonismo da narrativa do Estado sobre aquele território e o sítio arqueológico pode dar possibilidades de rememorar sua história e estar vivo na cultura indígena.

Arqueólogos contratados por empreendimentos chegam a propor “colaboração” em pesquisas que visam somente, legalizar empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados sem a consulta prévia como previsto na Convenção 169 da OIT⁴.

Exemplo latente do uso equivocado da noção de arqueologia colaborativa em terras indígenas foi o processo de implantação da UHE Teles Pires, em área próxima à T.I. Apiaká do Pontal e Isolados e considerada território dos povos que habitam a região norte do estado do Mato Grosso, ou seja, os povos Apiaká, Kaiaby e Munduruku. Além disso, esta UHE foi projetada no salto das Sete Quedas que um lugar considerado sagrado por esses povos.

Nessa ocasião, o termo “arqueologia colaborativa” teve sua finalidade distorcida e foi usado para “legitimar” a implantação de um empreendimento que fere a cultura e a territorialidade desses povos que ocupam a região do médio e alto Tapajós, desde tempos imemoráveis. (PUGLIESE & VALLE, 2015)

No contexto da prática arqueológica feita no âmbito do licenciamento ambiental e para tratar do impacto de obras de infra-estrutura sobre o patrimônio arqueológico, se percebe que o termo “arqueológico” fica restrito ao estudo da cultura material, excluindo as pessoas vivas desta equação.

⁴ Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, Artigo 6º 1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão: a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

Essa perspectiva de se conceber e fazer arqueologia vem sendo muito discutida e criticada no âmbito acadêmico (EREMITES DE OLIVEIRA 2015, GNECCO, C. ; SCHMIDT DIAS 2015) e, inclusive, entre os profissionais não acadêmicos que trabalham com a arqueologia voltada para licenciamento (GT SAB 2021). Cada vez mais se comprehende que essa perspectiva de voltar a pesquisa arqueológica apenas para os vestígios materiais não é uma opção metodológica, mas sim, uma opção política que tem como objetivo distanciar o patrimônio arqueológico das pessoas, ou ainda, para naturalizar a destruição do patrimônio arqueológico em nome do desenvolvimento econômico (FERREIRA 2013, ALVARENGA 2016)

Entendemos que as pesquisas no âmbito do licenciamento ambiental nas terras indígenas precisam pressupor a realização de estudos etnoarqueológicos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional precisa fazer esta exigência e, acima de tudo precisa fazer valer o princípio da consulta livre, prévia e informada.

A legislação brasileira, reconhece a autonomia cultural dos povos originários e, propõe preservar suas relações sociais internas e inclusive as formas de consulta. Isto está previsto na Constituição Federal.

Capítulo 2 – A Paisagem das narrativas e a paisagem das vivências

O povo Apiaká desde tempos remotos é retratado na bacia do rio Juruena, mas não é esse fato que tornam indissociáveis esse povo e a paisagem do Juruena. Com certeza esta relação precisa ser entendida de forma muito mais complexa e não ser restringida à temporalidade da ocupação apiaká na região, desde pelo menos o século XVIII.

Talvez o que defina o povo Apiaká hoje é a sua resistência, e os primeiros relatos demonstram isso tem do em vista que foram feitos por expedições de colonizadores.

2.1. Primeiros relatos de ocupação Apiaká nos séculos XVIII e XIX

É importante ressaltar que a atual pesquisa não está desconexa de outras pesquisas já feitas na bacia do rio Juruena e/ou com o povo Apiaká. Partimos de um cenário onde vez por outra missionários, indigenistas e acadêmicos relatam o cotidiano e as transformações pelas quais passaram os indígenas apiakás desde os primeiros contatos com a sociedade ocidental, e a partir desses relatos pode-se identificar, parcialmente, o caminho deste povo indígena, desde os séculos XVIII e XIX, até o presente.

Na dissertação de Giovana Tempesta (2009), encontramos um relato bastante detalhado sobre aquele momento (2009) além de mapas etno-históricos e relatos importantíssimos sobre o modo de vida e a cosmovisão dos indígenas apiakás. Além de realizar este trabalho, Giovana Tempesta liderou o grupo que elaborou o Relatório Circunstanciado de Identificação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, sendo que ambos os documentos subsidiaram a pesquisa que gerou esta dissertação.

Outra importante pesquisa que contribui para discutirmos a presença indígena na bacia do rio Juruena foi a de Alexandre Robazzini (2013) que traz uma compilação da história das ocupações territoriais indígenas, na bacia do rio Tapajós. Recentemente, Michel de Andrade (2021) desenvolveu uma pesquisa junto ao povo Apiaká, da Aldeia Nova Matrinxã e este trabalho também foi de importância para esta dissertação.

Ao longo do capítulo, são apresentados relatos históricos de viajantes, desde o século XVIII e que estão resumidos na tabela abaixo:

Tabela 1 Relatos da presença do povo Apiaká no século XVIII e XIX.

Fonte	Região
<i>Almeida Serra 1797</i>	Confluência Arinos-Juruena
<i>Castro & França 1812</i>	Juruena-Arinos
<i>Spix & Martius (1817 – 1820)</i>	Alto Tapajós
<i>Castelnau 1850</i>	Arinos e Alto Juruena
<i>Caldas 1887</i>	Juruena
<i>Coudreau 1895</i>	Alto Tapajós e Arinos

Tempesta (2009, p.14) cita que o primeiro relato de ocupação do povo Apiaká remonta ao século XVIII:

“O diário de H. Florence e a crônica do cônego José Guimarães (1865) são as principais fontes consultadas por Curt Nimuendaju para escrever o artigo “The Cayabi, Tapanyuna, and Apiaca”, publicado no “Handbook of South American Indians”, em 1948. Este pequeno texto, escrito com base apenas em pesquisa bibliográfica, informa que os primeiros registros sobre os apiakás datam da última década do século XVIII, e se referem ao vale do Arinos, afluente oriental do rio Juruena, principal formador do Tapajós”.

Consultando as fontes citadas nos deparamos com dois relatos no livro “*Viagem ao Redor do Brasil*”, de 1880, sendo o primeiro desses relatos o que segue abaixo:

“Na margem oriental do Arinos, fronteira à foz do Rio Negro, ficavam as Minas de *Santa Isabel*, descobertas em 1745 pelos filhos do metre de campo Antônio de Almeida Falcão, morador no arraial de *S. Francisco Xavier*. Povoadas com rápido incremento de sofreguidão desse povo aventureiro, e já florescendo seu arraial, foi quasi totalmente destruído pelos assaltos e depredações dos *apiacás*, tribo vizinha, e em seguida pela fome”. (Fonseca, 1880-1881, pag.67)

O segundo relato refere-se ao documento “*Noticia da viagem de João de Souza Azevedo*” que, no ano de 1746, explorou o estado do Mato Grosso. Esse relato foi retirado de um manuscrito “O original escrito segundo narração de Azevedo” de onde foi copiado pertence ao Sr. General Barão da Penha, possuidor de alguns bons manuscritos”. Tal relato de viagem traz a descrição do território apiaká de uma forma que será revisitada mais tarde e é, atualmente, citada pelos próprios apiakás com os quais conversamos; segue o trecho do diário:

“Empregando 3 dias em acondicionar o mantimento, segui viagem pelo sobredito Arinos do dia 19 de dezembro. Aos 3 dias de navegação topou da parte direita hua pequena ribeira, porém, capaz de canoa; ficando a esquerda duas barras mais pequenas, cuja passagem é o **Reino dos Apiacás**, que atravessou em perto de 2 dias. Ao quinto entrou a passar infinitas caxoeiras, todas caudalosas, e contava já doze passadas no dia 26 do mez dezembro, do qual procede seu roteiro individuando todos os dias.” (Azevedo 1746, Apud Fonseca, 1880, pag. 70)

O trecho descreve como *Reino do Apiacás*, a região da sub bacia do rio Arinos, afluente da margem direita do rio Juruena. Este rio é hoje considerado o mais piscoso da bacia do Juruena e no qual existem 3 Terras Indígenas, sendo uma delas ocupada pelo povo Apiaká que divide a terra com os indígenas kayabis e mundurukus e a T.I. Apiaká – Kayabi.

Essa posição territorial dos indígenas apiakás é reafirmada, no início do século XIX, no relato que consta na Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brazileiro, n.23, de outubro de 1844, no capítulo, “*Sobre usos, costumes e linhagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso.*”

A publicação traz relatos sobre a cultura apiaká, pelo ponto de vista do autor e do seu convívio com os indígenas, a partir de 1818. Essa relação se dá tendo naquele momento, o povo Apiaká como “aliado” da coroa em suas incursões para o estado do Pará. Desta perspectiva, o autor retrata o povo indígena como sendo uma “poderosa Nação”, “numerosa e guerreira”, e que para se tornar aliada foi tratada com a maior “humanidade possível”. É importante lembrar que no primeiro relato de 1746, o mesmo povo é retratado em conflito com as atividades mineradoras na região.

Nesse momento, o povo Apiaká, temporariamente, deixa de ser um entrave para a ocupação do território e passa a ser visto como um aliado ou um facilitador para o trânsito de não-indígenas na bacia do Juruena ou Alto Tapajós. Porém, o texto deixa claro que a visão do Estado Nacional, seja no período colonial, imperial ou república sobre aquela área é que a mesma se constitui em um quase vazio demográfico a ser ocupado, ignorando a anterioridade da presença indígena na região. É importante destacar que após relatar o contato com o povo Apiaká, o autor mostra a intenção de que haja uma investida “civilizatória” sobre essa nação que, como muitas outras nações indígenas, povoava essa região despovoada (Guimarães, 1844).

Menendez (1982, p.306), destaca a estratégia de uso do Governo, do seu bom relacionamento com o povo Apiaká, para dominar o território do baixo Juruena:

“Contudo, com a navegação do Tapajós e suas consequências, e uma vez consolidada a utilização do Madeira, poder-se-ia dizer que a partir do século XIX o território encontra-se literalmente envolvido pela presença do branco.

Assim, em 1816 tomaram-se as primeiras providências para regularizar a navegação do sistema Tapajós-Juruena-Arinos e fundar uma povoação a meio caminho. Até essa data, não existia nenhum núcleo do branco entre o rio Preto, afluente da margem direita do Arinos e ponto de partida para a capital do Pará, e Itaituba no baixo Tapajós.

Salto Augusto configura-se como um ponto de interesse para as autoridades de Cuiabá e, em 1832, é proposto formar com os Apiaká um estabelecimento. Com esse fim, a 29 de fevereiro saiu de Diamantino o segundo inspetor de índios, com um contingente de 16 homens e 5 mulheres. Mas um ano depois o local era abandonado pela insalubridade da região e falta de meios.

Em 1837, João Soares Muniz, é nomeado Diretor dos Apiaká com instruções relativas ao dito local. Assim, em 1842 é repovoado o Salto e aí se estabelece o encarregado, Manuel Teixeira Amazonas, com oito camaradas, seis soldados e quatorze escravos. O local escolhido é uma aldeia Apiaká na foz do rio São João da Barra, afluente da margem direita do Juruena, um pouco mais acima do Salto Augusto. Porém, em 1845 o estabelecimento já não mais existe”.

Algumas descrições de Guimarães jogam luz sobre questões relevantes a respeito da ocupação do espaço. Ele descreve que uma das aldeias era ocupada por pelo menos 1500 indígenas.:

“Severiano – nome por que sempre foi tratado desde a infância; o que se fez notável, por aparecer entre eles, e no meio de tantos nomes bárbaros, quem se appellidasse como cristãos. Tinha sua residência na aldeia – tacatinga -, uma das muitas da Nação situada nas margens do Arinos, com mil e quinhentas almas.” (Guimarães, 1844, pag. 290)

No trecho destacado podemos notar que ele sempre se refere aos indígenas apiakás como Nação. Ao mesmo tempo, é reafirmada a territorialidade apiaká a partir das margens do rio Arinos. Por outro lado, o etnocentrismo da narrativa reafirma a intencionalidade do contato e o projeto colonialista em curso.

Em 1828, Hercules Florence relata seu contato com os indígenas apiakás, nos informes da expedição que ficou como a mais conhecida naquele território. Estes informes ficaram famosos sobretudo pelos exuberantes desenhos e mapas apresentados. Há algumas diferenças interessantes entre o relato de Guimarães e o da expedição de Langsdorf, no que diz respeito aos indígenas apiakás.

Florence acentua o etnocentrismo e os laços de aliança descritos na missão anterior e apresenta os indígenas apiakás como “selvagens, cujas mostras de alegria confirmaram tudo quanto ouvíramos contar sobre a amabilidade de seu caráter” (Florence, 2007, p. 208)

Outros ponto interessante no relato é que não é utilizado o termo “nação” e, ao longo do texto, não há menção sobre a grandiosidade da população. Ao contrário dos relatos

anteriormente destacados, neste de Florence, são descritas pequenas aldeias, sendo essas dispostas ao longo do rio Arinos e Juruena, bem como uma aldeia abandonada. O trecho que segue mostra a navegação continua do viajante pelo rio Arinos que não comenta o avistamento de nenhuma aldeia a não ser a de uma aldeia abandonada.

Passamos nesse dia contínuas cachoeiras, entretanto como as águas atingiam sua maior altura essas cachoeiras estavam cobertas, e nada mais eram que maresias e correntes que não nos incomodaram muito. Numerosas ilhas, ínsuas e rochedos tornam o rio pitoresco. Fomos pousar na Aldeia Velha, lugar abandonado pelos índios *apiacás*, dos quais nós íamos aproximando. (Florence,2007, pag.208)

Este relato reforça a ideia de decréscimo populacional ou de um deslocamento territorial. Há um outro trecho que trata de uma pequena aldeia.

Há pouco tinham vindo ter a esse lugar, atraídos por um ribeirão piscoso, e levantado um grande rancho coberto de sapé, onde moravam em comum, embora fossem nada menos de 80, entre homens, mulheres e crianças. Também as redes em que dormiam eram suspensas umas em cima das outras, e as havia em tal quantidade que a custo se caminhava no interior do rancho. (Florence, 2007, pag. 218)

No decorrer do texto é possível perceber que o território a norte não é muito extenso, e aquela aldeia apiaká citada em 1746 não é mais mencionada, embora a equipe de Langsorff tenha acampado próxima ao Salto Augusto. Menendez produziu um mapa onde tenta mostrar o processo de migração apiaká, no sentido norte e descendo o rio Juruena, no século XIX; chamamos atenção para a presença de uma aldeia apiaká na margem esquerda do rio Juruena,

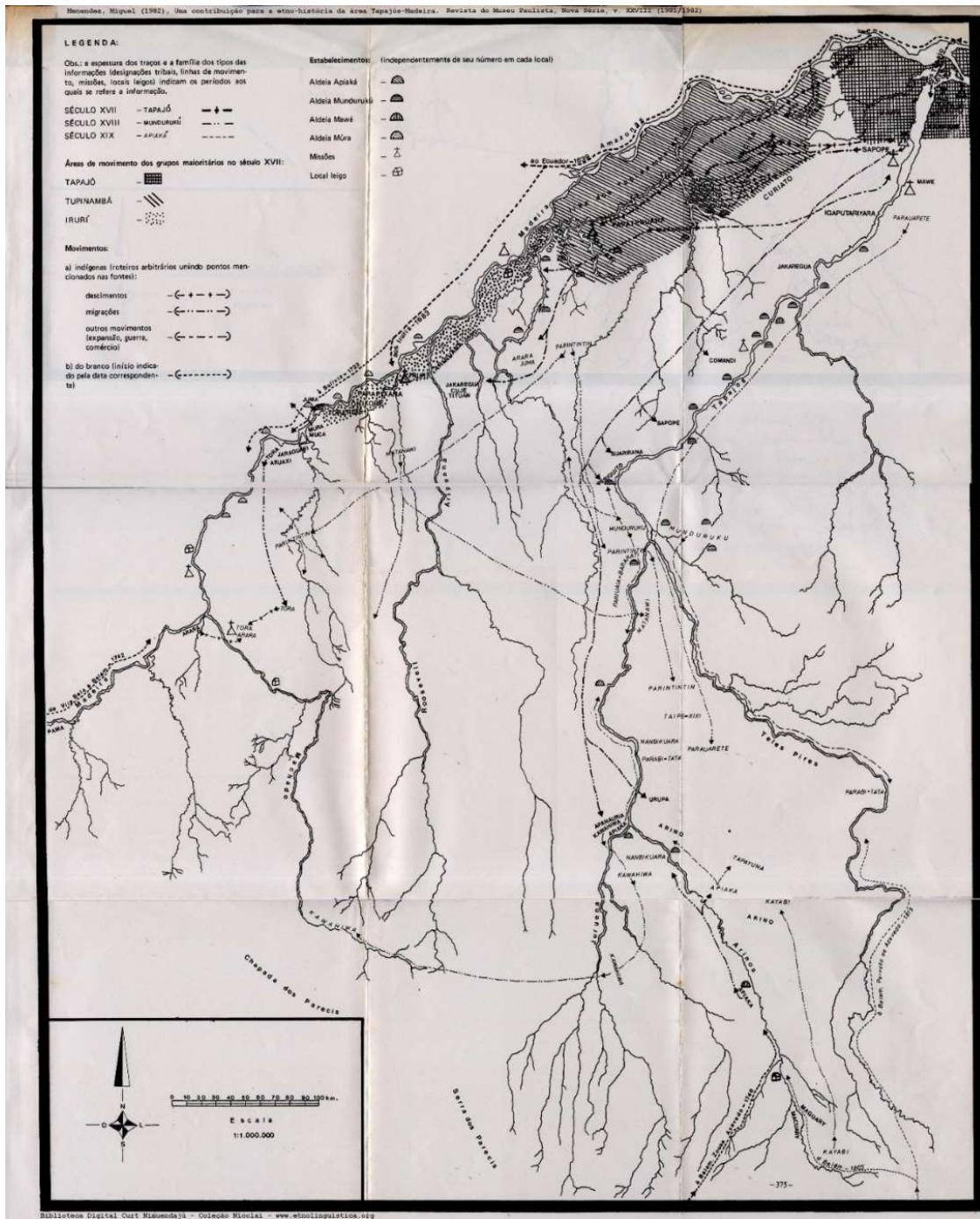
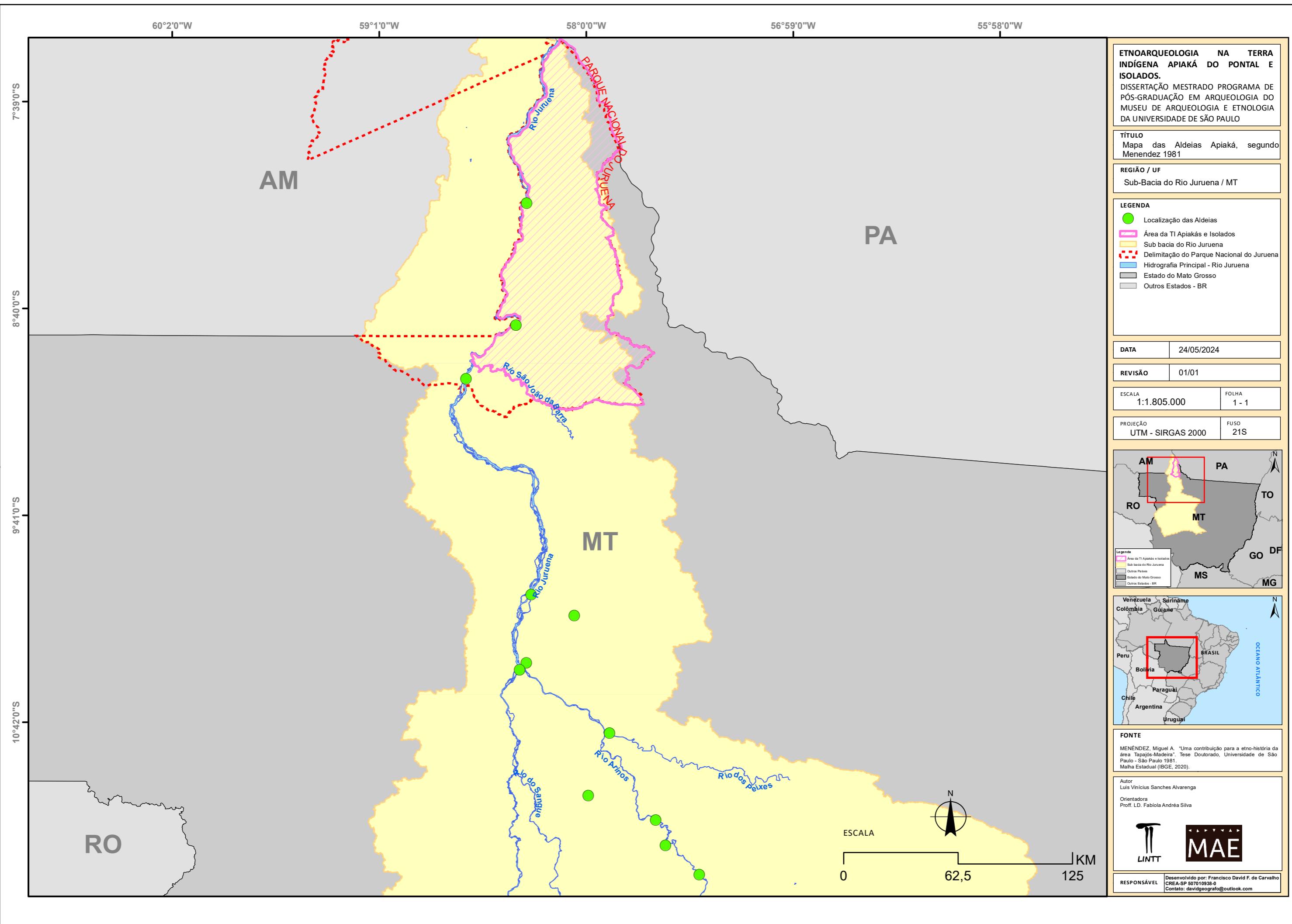


Figura 5: Mapa proposto por Menendez (1982) mostra aldeias Apiaká ao longo dos rios Arinos e Juruena no séc. XIX.

Os cronistas e viajantes destacados nesta dissertação também trataram de outros temas relativos à vida dos indígenas, porém, nos ocupamos apenas das informações sobre a sua ocupação territorial tendo em vista o nosso objetivo neste trabalho ser fundamentalmente entender esta questão relativa aos territórios e territorialidade apiaká.

A bibliografia que consta nos trabalhos específicos sobre a região (p.ex. Tempesta 2009, Menendez 1982, Stuchi 2009, Robazzini 2013, Chandless 1860), evidencia que os relatos dos viajantes são mais abundantes sobre a presença indígena na região, até a primeira metade do século XIX. Entre as décadas de 1850 e 1900 são poucos os relatos sobre a presença apiaká, na região. Na página à seguir é apresentada uma reinterpretação do mapa proposto por Menendez 1982 com foco nas aldeias Apiaká. (Mapa 1)



Outro ponto importante a se destacar é o rápido declínio populacional do povo Apiaká acompanhado da mudança de descrição do mesmo. Giovanna Tempesta (2009, p.54) faz um recorte preciso sobre esta situação como é possível verificar abaixo:

“Assim, em 1854, um morador de Diamantino informou ao Presidente da Província que os apiakás estavam reduzidos a menos da quarta parte da população registrada para os primeiros anos do século XIX, tendo sido salvos da extinção pela “forte e guerreira nação Munduruku” (Prudêncio 1904: 7). A natureza da relação com os mundurukus, no entanto, é equívoca; o engenheiro M. G. Tocantins (1877), de passagem pelo alto Tapajós em 1875, relatou que os mundurukus perseguiram os apiakás até que estes se estabeleceram no Salto Augusto (médio Juruena). Alguns anos depois, em 1861, o geógrafo inglês W. Chandless, partindo de Diamantino, encontrou índios apiakás no rio Arinos, escrevendo que: “Os Apiacares são uma pequena tribo, e a primeira que encontramos que entende a Língua Geral: diz-se que uma grande parte da tribo, não desejando manter relação com os brancos, retirou-se e se estabeleceu no rio São Manoel (Teles Pires)” (Chandless 1862: 273).”

O cenário resumido corrobora com o mapa proposto por Menendez (1982), e é interessante verificar como a área específica da atual T.I. Apiaká do Pontal e Isolados não é citada com frequência e nem tampouco são mencionadas aldeias nesse trecho da região. , Talvez, isso possa ser explicado pela quantidade de cachoeiras que dificultavam a navegação. No entanto, há um relato de Barbosa Rodrigues (1875) que menciona aldeias nessa área.

Em viagem pelo rio Juruena, em 1872, o botânico brasileiro João Barbosa Rodrigues registrou três aldeias Apiaká: Taquaralzinho (S 9°. 2'; W 58°. 16' 40"); Salto Augusto ou Salto Grande, a jusante da foz do rio São João da Barra; e uma terceira de coordenadas S 8°. 53' 15"; W 58°. 15', entre o salto São Simão e o Salto Augusto; além da capoeira do Largo da Povoação, próximo à confluência dos rios Arinos e Juruena. As aldeias dos Munduruku situavam-se logo a jusante da foz do São Manuel (Teles Pires) no Juruena. (FUNAI, 2011, p. 90).

Curt Nimuendaju também cita uma aldeia apiaká, próxima à cachoeira São Florêncio, sendo que esta aldeia teria sido atacada, queimada e saqueada por outro povo indígena (Nimuendajú 1963 apud Stuchi 2009). Nesse período, já havia grande pressão entre os povos indígenas que habitavam a região dada a presença da coletoria do Estado do Mato Grosso.

Michel Andrade propõe um gráfico do declínio populacional Apiaká que alcança até os dias de hoje.

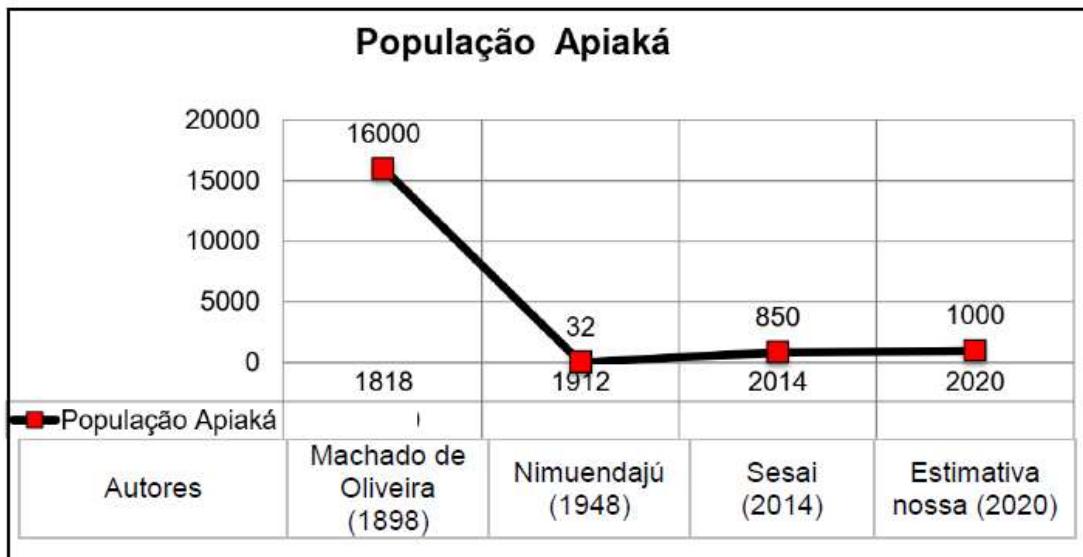


Figura 6 : “Representação em gráfico do extermínio da população Apiaká” (Andrade, 2021, pag. 46)

A extração da borracha é um ponto importantíssimo para entendermos a dispersão Apiaká a partir da segunda metade do século XIX, assim como seu decréscimo populacional.

Na segunda metade do século XIX, com a chegada de elementos não-indígenas atraídos pelo *boom* da borracha à região dos formadores do rio Tapajós, os indígenas foram recrutados como mão-de-obra para os seringais, passando a viver longe de suas aldeias por períodos cada vez mais longos, estando sujeitos a epidemias e a desmandos dos patrões.(Tempesta, 2009, pag.40)

No Relatório Circunstanciado de Identificação da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados, coordenado por Giovana Tempesta, em 2011. Essa questão é destacada quando se fala do contexto de ocupação e as passagens relacionadas a esse processo estão até hoje presentes na história oral do povo Apiaká.

Habitando um Contestado, os Apiaká sofreram os desmandos de coletores de impostos mato-grossenses, que pretendiam obter mão-de-obra barata e mulheres. As relações amigáveis estabelecidas com os não-índios durante o século XIX deterioravam-se rapidamente e os índios começaram a ser perseguidos sistematicamente em 1902, por ocasião da instalação da sede da Coletoria de Impostos de Mato Grosso no local chamado Barra de São Manuel (ponto de confluência entre os rios Juruena e Teles Pires, já no Tapajós, que hoje é uma vila pertencente ao município de Apuí/AM), dentro dos limites da área disputada com o governo do Pará. (FUNAI, 2011, pag. 45).

2.2 Seringueiros e a Dispersão Apiaká

Os acontecimentos do início do século XX são fundamentais para a memória do povo Apiaká, sobretudo aqueles relacionados ao auge do extrativismo da borracha, na região. Quando contam sobre a história da região indígenas apiakás relatam o sofrimento pelo qual passaram nas mãos de Paulo Correa, coletor de impostos.

É preciso dizer que a virada do século XIX para o XX foi impactante não apenas para o povo Apiaká. Todos os povos indígenas da região sofreram as consequências do contato com não-indígenas e, especialmente no início do século XX. Raymundo Pereira Brasil em seu livro *Os Sertões do Rio Tapajó de 1910* relatou a presença de mais de sete mil seringueiros trabalhando na extração da borracha, entre Barreiras e Cururu, no ano de 1910, sendo que se registrou uma produção de, aproximadamente, 655 mil quilos de borracha, sendo esta controlada pelo posto de Itaituba.

No relato de Brasil (1910) é apontado um caso de cobrança errônea de impostos por parte do representante do Estado do Mato Grosso, Paulo Correa. Ele cobrava o imposto de forma indevida por causa de sua força na localidade.

“Paulo Corrêa, vítima de seus próprios sequazes, como consta, assassinou barbaramente diversos moradores d'aquelle abandonada região; o actual, Francisco da Silva Paes, fero e truculento, tem mandado assassinar diversos moradores, não respeitando os seus sequazes, também para homicídios, o território paraense. Tudo isto ficou provado por mim, na qualidade de Prefeito de Itaituba” (Brasil, 1910, pag.91).

Essa conjuntura acirrou o “espalhamento” dos indígenas apiaká, pela região norte do Mato Grosso, e para a região de Santarém, no Pará. A história se propagou e, além de Raymundo Pereira, o Marechal Rondon também relata tal acontecimento.

No Salto Augusto, pela margem esquerda, viram-se velhos signaes de um grande aldeamento dos Apiacás (do grupo tupi), de onde o barboso collector do S. Manuel, Paulo Correia, posteriormente assassinado pelos seus sequazes, mandará expulsar aquelles índios matando grande parte delles, para roubar-lhes as mulheres. Esse acto de requintada crueldade é conhecido de toda população do Tapajóz, e no livro “Os Sertões do Tapajóz”, o seu autor o Tenente Coronel Raymundo Ferreira Brazil, faz menção dos actos revoltantes praticados por esse falecido collector contra os moradores de São Manuel. Poucos homens e muitas mulheres Apiacás foram encontradas na collectoria do S. Manuel. Depois da tragedia Paulo Correia o resto desses índios se internou entre o S. Manuel e o Juruena, não se tendo notícia segura do seu paradeiro. (Rondon, 1915, pag. 42).

O impacto desta desterritorialização foi tão grande na cultura apiaká que Giovana Tempesta (2009, p.43) apresenta a historicidade do povo a partir desse marco do processo de colonização da região.

Desse modo, podemos distinguir três períodos na historicidade apiaká, atentando, como pondera A.-C. Taylor, para a tensão inerente ao processo de produção de tipos propriados de mediação em situações de aguda assimetria de poder, a saber: o tempo das guerras, o tempo do seringal e o tempo da comunidade. (Tempesta, 2009, pag. 43).

Apesar da figura de Paulo Correa ser central durante esse período nefasto, personalizar o processo da extração da borracha na sua pessoa é, de certa forma, esconder que a ocupação das regiões amazônicas, a partir da extração de borracha ou de outros produtos, é um projeto estatal para a ocupação de espaços considerados como de “vazio” populacional. E esse processo de ocupação territorial enquanto estratégia geopolítica do Estado brasileiro é relatado também por Menendez (1982), Tempesta (2009), Stuchi (2009), Robazzini (2013), Almeida (2019) dentre outros autores que pesquisaram sobre a bacia do rio Tapajós.

Obviamente, a crueldade impetrada por tal indivíduo deve ser relembrada e destacada, mas não se pode esquecer que ele é uma peça dentro de uma engrenagem maior que desconsiderava a presença indígena em toda bacia do Tapajós e Juruena. Cabe dizer que esta engrenagem ainda persiste na região, e continua desconsiderando a presença indígena; vamos retomar essa discussão no capítulo 3.

Giovana Tempesta transcreveu o relato de uma anciã apiaká sobre a história ocorrida entre Paulo Correa e os indígenas apiakás.

Tinha uma índia apiaká, a mulher do Paulo Corrêa, era ela que atiçava o pessoal dele para matar apiaká: ‘Pode matar apiaká, apiaká não presta.’ Aí o pessoal sentava o pau, lá na Barra. Aí os apiakás fugiram da Barra, foram para o São Tomé, foram fazer a aldeia Apiakatuba: ‘Aqui é nosso lugar, Apiakatuba’, se escondendo por causa daquele pessoal. Aí foi indo, até que terminou essa briga deles, os apiakás ficaram mansos, acabou o medo dos brancos. (...) Eles pegaram a cabeça do Paulo Corrêa lá na Barra mesmo, o guaxeba dele, branco mesmo, entregou para os apiakás: ‘Aqui a cabeça do seu *cunhado*; ele matava um monte de parente de vocês, agora vocês levam para a aldeia de vocês.’ Aí eles foram por terra de novo; atravessaram o rio Bararati e o Ximari, na banda do Amazonas. Quando chegaram na boca do São Tomé, atravessaram para esse lado do Pontal. Aí pegaram a estrada deles e vieram embora. Chegaram na aldeia, falaram: ‘Olha a cabeça do Paulo Corrêa. O amigo dele mesmo entregou a cabeça para fazer festa. Então nós trouxemos.’ Aí pintaram a cabeça dele de urucum, botaram urucum no buraco dos olhos dele, riscaram tudo, passaram jenipapo, ficou pretinho, tornaram a riscar do outro lado, aqueles riscos no rosto, ficou diferente. ‘Você conhece aquele cara que matava nossos parentes?’ ‘Não.’ ‘Olha aí ele’, o capitão dizia. Era assim. Mas era festa direto, vários dias. Dizem que ele matava gente demais, até branco ele matava. (Tempesta, 2009, pag.60)

A prática de amansamento de indígenas empetrada no século anterior ainda se fazia presente no imaginário dos senhores da borracha e, segundo Giovana Tempesta (2009, p.63) persiste até o presente

“Animados com os lucros provenientes da borracha, particulares paraenses empreendiam a colonização do alto Tapajós, chegando a solicitar o apoio de missionários (mas não do Estado), para que tornassem disponível a força de trabalho indígena por meio da pacificação dos povos ainda arredios que habitavam a região” (Tempesta, 2009, pag.63)

Tempesta (2009, p.92), ainda destaca uma frase de Raymundo Pereira Brasil: “As margens do Tapajós, mesmo estas, nas cachoeiras e na maioria dos logares, estão ainda inexploradas, inoccupadas. Todavia, têm borracha, muita borracha!” .

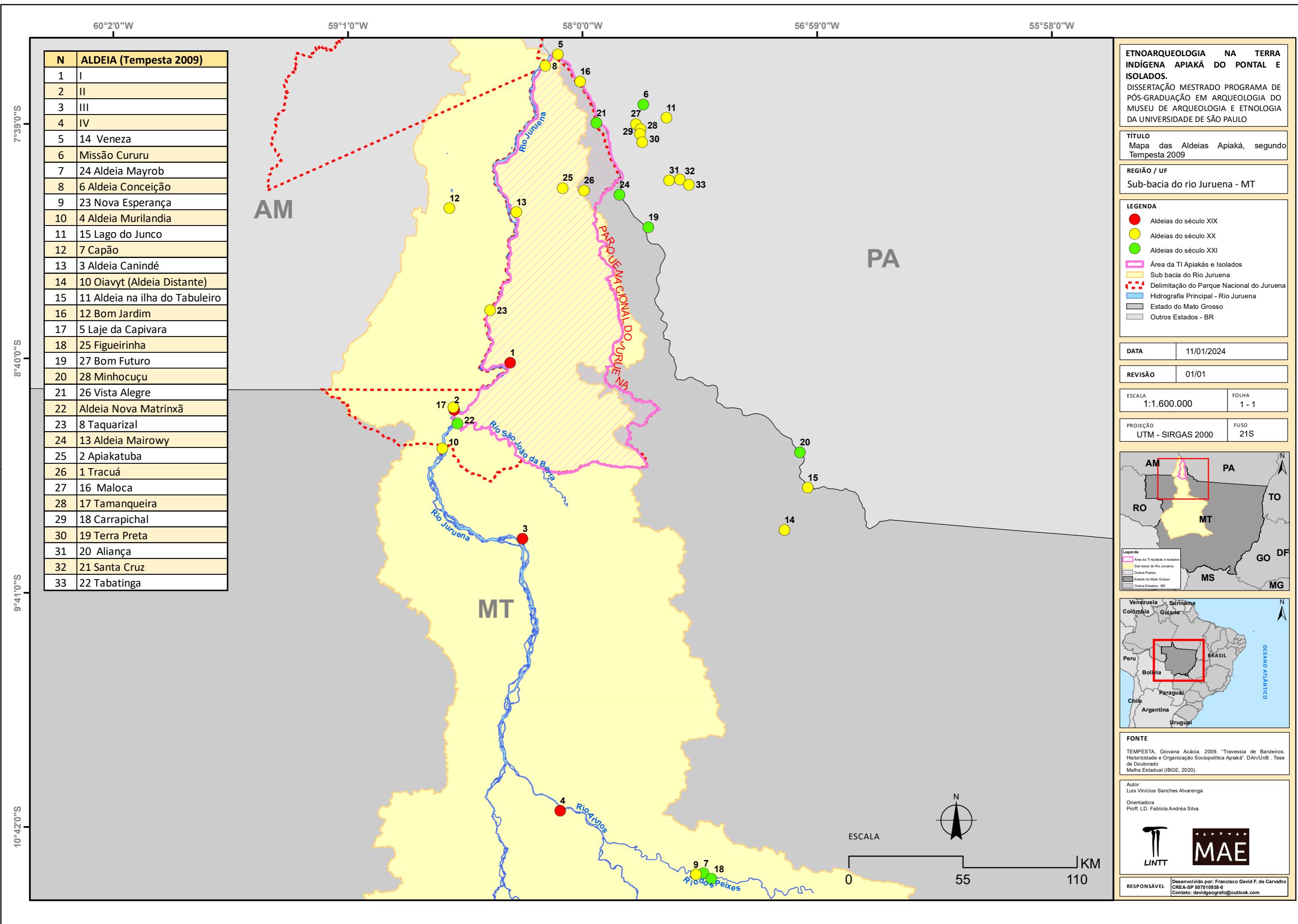
Ainda sobre esta conjuntura de início do século XX, temos o relato de Marechal Rondon sobre a atuação do primeiro coletor Thomaz Carneiro.

Tantos foram os castigos e maus tratos infligidos aos indios, não só por ele como tambem pelo seu irmão, Ernesto Carneiro, Commandante do destacamento policial, que a represalia não se fez esperar. Os Apiacás, no intuito de tomarem um justo deforço, reuniram-se um dia nas proximidades do lugar, e, alta noite, sem que fossem presentidos, penetraram na Collectoria e mataram o Collector e seu irmão. Para substituir o Sr. Thomaz Carneiro, foi nomeado o Sr. Fabio Freire, que continuou na mesma serie de perseguições aos indios, dizendo querer assim vingar a morte do seu antecessor. Uma vez mandou convidar todos os Apiacás para um café; estes, na boa fé, comquanto meio receiosos, aceitaram o convite; e, quando se achavam no barracão tomando o liquido, o Sr. Freire mandou, pelo contingente da Collectoria, já antecipadamente preparado e prevenido, fazer uma descarga, matando quasi todos. Apenas escapou uma mulher. Ainda hoje quem vae á Collectoria, vê, bem em frente a um barracão que foi quartel, o lugar onde todos elles foram enterrados em valla commum. Depois desse feito, reuniu o Sr. Freire perto de 100 homens, entre seringueiros e pessoal da Collectoria, e foi levar um assalto a uma antiga malóca que existia na Cachoeira de S. Florêncio. O assalto foi feito muito cedo, quando os Apiacás se achavam ainda dentro da malóca e, á medida que os indios, apavorados pelo incendio, iam sahindo, fazendo gestos e exclamações, eram recebidos a tiro. Poucos foram os que escaparam; ainda hoje, quem passar pela cachoeira S. Florencio, verá já amortecidos, os signaes dessa obra de arrazamento e destruição. Substituiu o Sr. Fabio Freire o Sr. Antonio Gomes de Lima, que se demorou cerca de tres annos, sendo considerado por todos um bom Collector. Foi substituido pelo Sr. Paula Corrêa, que continuou a perseguir os Apiacás e a cometter toda a sorte de violencias contra os seringueiros. Impediu irrevogavelmente que os Apiacás descessem o rio até S. Manuel. Os que iam de encontro ás suas ordens, eram castigados severamente. Afinal, as perseguições aos Apiacás e seringueiros tomaram proporções taes, que um dia foi o Sr. Paula Corrêa assassinado pelos seus proprios sequazes e camaradas. Foi substituído pelo Sr. Sotéro Barreto

que normalizou tudo e inaugurou uma época de paz e prosperidade na Collectoria. Como é facil comprehendér, os Apiacás, acossados, perseguidos e violentados pelos civilizados, internaram-se na floresta e abandonaram as margens do Juruena. Os poucos, que mais perto se encontravam em contacto com seringueiros, voltaram á Collectoria e lá se acham, ainda hoje, satisfeitos sob a protecção do respectivo Collector. Quando por lá passei, em fins de Fevereiro do corrente anno [isto é, de 1912], existiam na Collectoria 32 indios Apiacás, sendo: mulheres 16, homens 7 e crianças 9". Como podemos deprehender destas palavras do Capitão Pinheiro, as perseguições e violencias exercidas contra os indefesos Apiacás, por varios funcionários publicos do Estado de Matto Grosso no Tapajoz, ultrapassaram os limites da mais requintada barbaria e fera crueldade; mas, por mais negro que tal quadro nos pareça, é preciso saber-se que ainda lhe faltam muitos outros tons, não menos tétricos do que esses, a começar pelo que define a baixeza das intenções que moveram o Collector Paula Corrêa, e seus predecessores, a cometer tantas violencias e atrocidades: o intento era roubar aos indios as suas mulheres! (Rondon, 1916, pag. 218 apud FUNAI 2011)

Enfim, o processo histórico de genocídio apresentado acima impôs ao povo Apiaká marcas profundas que são sentidas até os dias de hoje. No início do século XX, os indígenas apiakás se espalharam pelo norte do Mato Grosso, sendo que alguns permaneceram na região do pontal do Mato Grosso, e outros subiram o Juruena em direção às cidades de Juara e Porto dos Gaúchos, quase sempre permanecendo na bacia do rio Juruena. Muitos passaram a viver em aldeias dos povos indígenas Mundurukú e Kayabi.

O resgate desta história de dispersão e reassentamento dos indígenas apiakás foi realizado a partir do resgate da memória de pessoas que pertencem a diferentes núcleos familiares apiakás, fizemos uma adaptação do mapa etnohistórico proposto por Giovana Tempesta em sua tese de 2009. (Mapa 2)



2.3 Aldeias Mayrob e Nova Matrinxã e a reocupação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados

Nesse tópico apresentaremos os relatos de indígenas apiakás que residem na aldeia Mayrob e na aldeia Nova Matrinxã⁵. A aldeia Mayrob, localizada na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, na cidade de Juara, é o ponto central para se entender o rearranjo apiaká após a sua dispersão. Esta T.I. recebeu as famílias dispersas a partir do processo descrito acima e foi dela que indígenas apiakás partiram para reocupar o território histórico tradicional, na região do Pontal, a partir da década de 2000.

A Terra Indígena Apiaká Kayabi está situada no município de Juara, na região Norte do Estado do Mato Grosso. Ela abrange uma área total de 109 mil hectares cobertos pelo bioma amazônico, tendo como rio principal, o rio dos Peixes, afluente da margem direita do rio Arinos.

Segundo relato de indígenas apiakás e kayabis, quem iniciou a ocupação da Terra Indígena Apiaká-Kayabí, apontando a mesma como um local destinado a reunir indígenas oprimidos pela crescente ocupação do estado, nas terras do norte do Mato Grosso, foi o padre João Dornstauder, ligado à Missão Anchieta.

Inicialmente, na década de 1960 a terra foi ocupada pelos Kayabi, na aldeia Tatuí, sendo esta a maior aldeia Kayabi da T.I., ainda nos dias atuais. Os indígenas apiakás só iniciaram a ocupação, na década de 1980, com a formação da aldeia Nova Esperança e, posteriormente, com a formação da aldeia Mayrob, sendo esta a maior aldeia apiaká até os dias de hoje (conforme quadro da **figura 7**). .

⁵ Serão apresentados mapas dos relatos para demonstrar a escala de distância e a mobilidade dos Apiaká pelo território do Alto Tapajós. Os mapas foram elaborados com base nos relatos orais de cada interlocutor.

QUADRO I - ASCENDÊNCIA ÉTNICA DA POPULAÇÃO DA RESERVA
INDÍGENA ATIARA

Número	Ascendência étnica				Ano de che- gada à Reser- va	Localização atual (1985)	Atribuição étnica dos filhos
	1	2	3	4			
1.Ele Ela	A G	A Mu	Ek A	T	1967 1967	Jurua	A
2.Ele Ela	A	Ek	En	A	1967	Jurua	A
3.Ele Ela	K A	K Ek	Mu	K	1969 1967	Jurua	A (?)
4.Ele Ela	K A	K Ek	En	A	1969 1967	U.I. Região	K
5.Ela	D D	D Mu	Mu	Ma	1973	Nova Esper- ança	Mu
6.Ele Ela	A D	A G	A G	A	1974 1974	Mayrob	A
7.Ele Ela	K A	M A	M A	N	1974	Mayrob	M
8.Ele Ela	A K	K M	M A	A	1967 1974	Nova Esper- ança	A
9.Ele Ela	A K	A K	Ek Ek	A	1974 1974	Mayrob	A
10.Ele Ela	G A	D A	A A	Ek A	1967 1974	Mayrob	A
11.+ +	G A	G A	G A	A	— 1970	Mayrob	A (?)
12.Ele Ela	A G	Ek D	Ta A	A Mu	1967 1977	Desconhecida	A
13.Ele Ela	K G	K K	K Ek	K	1978 1969	R.I. Kayabi	K
14.Ele Ela	M Kk	M Ek	F Ek	M Ek	1983 1983	Mayrob	M
15.Ele Ela	B M	H M	H T	H N	1989 1989	Mayrob	H
16.Ele Ela	Mu E	G H	B G	Mu G	1973 1984	Nova Esper- ança	?
17.Ele Ela	E B	G B	S A	H A	1974 1976	Mayrob	K
18.Ele Ela	I D	T D	S D	A Kt	1974 1974	Mayrob	K

A = Arapá; G = Guaporé; H = Havaí; Mu = Munduruku; M = Mura; T = Tapirapé;
 B = Baniwa; S = Sateré-Mawé; N = Nambiquara; P = Pataxó; V = Vaiá;
 E = Ecorá; F = Xavante; K = Krenak; D = Diquibá; G = Guajá; Mu = Muçurá;
 Kk = Kuká; E = Ecorá; G = Guajá; Mu = Muçurá;
 A = Avô materno; B = Avô paterno; C = Avô materno; D = Avô paterno;

Figura 7: Quadro de ocupação da Aldeia Mayrob em 1986. (Wenzel,1986)

O trabalho que realizamos na Terra Indígena Apiaká-Kayabi se constituiu na coleta da história oral do povo Apiaká. Além disso, buscamos apresentar, para a comunidade da aldeia Mayrob, o trabalho desenvolvido na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados junto a comunidade da aldeia Matrinxã. Isso foi realizado tendo em vista que são todos os indígenas apiakás que tem interesse na perspectiva do trabalho colaborativo e, considerando também, que os moradores e fundadores da aldeia Matrinxã são originários da aldeia Mayrob.⁶

⁶ Além disso, o trabalho foi focado em acompanhar a equipe da OPAN durante as oficinas de esclarecimento dos processos de licenciamento ambiental das barragens previstas para a bacia do rio Juruena, sobretudo da UHE Castanheira. Essas oficinas aconteceram nas principais aldeias dos três povos que ocupam a T.I. Apiaká-Kayabi, ou seja, Apiaká, na aldeia Mayrob, Kayabi, na aldeia Tatuí e Munduruku, na aldeia Nova Munduruku. A reunião com os indígenas mundurukú se ateve às questões relacionadas a UHE Castanheira.



Figura 8: Casa tradicional Apiaka na Aldeia Mayrob, nosso lugar de pouso. (Autor, 2022)

2.3.1 Povo Apiaká – Aldeia Mayrob

Na aldeia Mayrob tivemos como principal interlocutor institucional o cacique Edivaldo. Ele organizou a conversa da equipe com o restante dos moradores da aldeia que ficou agendada para o mesmo dia, na parte da noite.

A aldeia Mayrob está implantada na margem direita do rio dos peixes, em elevação entre a margem do rio e a Serra dos Caiabis. Essa conformação da implantação da aldeia na paisagem é semelhante àquela onde está implantada a aldeia Matrinxã, no sul da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, mais especificamente, na margem direita do rio Matrinxã, entre a margem do rio e a Serra dos Apiaká.

Foi organizada uma apresentação com a comunidade sobre o processo da UHE Castanheira e para apresentar a pesquisa arqueológica na T.I Apiaka do Pontal e Isolados. O encontro ocorreu na casa tradicional e contou com pessoas de todas as faixas etárias da aldeia, tendo uma participação efetiva das pessoas.

Durante a reunião foi explanado para a comunidade da Aldeia Mayrob a abordagem arqueológica utilizada no Projeto de Pesquisa Arqueológica “Etnoarqueologia da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados”. Como dito anteriormente, nesta abordagem proposta, o principal objetivo foi dar protagonismo ao povo Apiaká. Por isso, interlocutores que participaram

diretamente da pesquisa foram sempre acolhidos em suas proposições por todos os membros não-indígenas da equipe de pesquisa.

Nesta etapa da pesquisa tivemos 3 interlocutores indígenas fundamentais: Sr. Adolfo Gomes Morimã, Sr. Agenor Apiaká e Sr. Erivan Morimã.

Foram realizadas conversas informais durante as atividades cotidianas dos interlocutores. Assim, o Sr. Adolfo conversou conosco enquanto acompanhava sua família na feitura de farinha de mandioca, uma tradição que se perpetua ao longo dos anos e está na base alimentar dos indígenas apiakás. As casas de farinha ficam nas margens do rio dos Peixes.

Os tachos ou fornos de farinha ficam sob uma estrutura de madeira com 6 esteios e telhado de duas águas. Ao lado dessa estrutura fica um ralador elétrico composto por um motor instalado em estrutura de madeira de 4 pés. Sobre esta estrutura há um recipiente de madeira onde a mandioca é colocada para ser ralada. Outra estrutura externa à “casa” do forno e, instalada a céu aberto, é a prensa utilizada para subtrair a água da massa da mandioca ralada.

A atividade é exercida pela família que retira a mandioca submersa na água do rio e a descasca. Depois, uma das pessoas vai passando a mandioca no ralador, sendo a mandioca ralada colocada em um tambor plástico. Posteriormente essa massa de mandioca é colocada em um saco de ráfia que é levado para a prensa. Ao longo dessa atividade conversamos com o Sr. Adolfo que acompanhava as ações realizadas por seu filho e netos.

O senhor Adolfo nasceu em porto dos gaúchos, sendo que seus pais e restante da família subiram o rio Juruena, na década de 1950, para fugir do sarampo que estava matando um grande número de pessoas na aldeia. Ela ficava localizada no interflúvio do Juruena com o rio Teles Pires, próxima à barra do rio Teles Pires com o rio Juruena.

Seus pais foram trabalhar na extração da seringa, na empresa Conomale, em Porto dos Gaúchos. De lá foram convidados pelo padre João Dolstinerque estava reunindo indígenas da região do rio Juruena para levar para a TI Apiaká/Kaiabi.

A primeira aldeia em que ele morou na TI Apiaká/Kaiabi foi a aldeia Tatuí. De lá sua família se deslocou para a aldeia Nova Esperança e, posteriormente, fundou a Aldeia Mayrob.



Figura 9: Família do Sr. Adolfo fazendo farinha.(Autor, 2022)

As narrativas de seus pais e avó sempre remetiam ao Pontal, sendo que as principais histórias do seu povo eram situadas nesta região. A história que mais marcou Adolfo foi aquela referente ao massacre promovido pelo Paulo Pereira que, posteriormente, foi morto por indígenas apiakás. Segundo o sr. Adolfo alguns alimentos e o modo de fazer arco e flecha dos antigos apiakás ainda permanecem sendo produzidos na atualidade. A madeira utilizada são a seriva e a pupunha do mato. Na região da Aldeia Matrinxã são utilizadas a piúva preta e a maparajuba. São utilizadas também plantas domesticadas denominadas “flecha mansa”, a piúva amarela pode ser utilizada, mas com pouca durabilidade.



Figura 10 : Lugares de referência Sr. Adolfo.

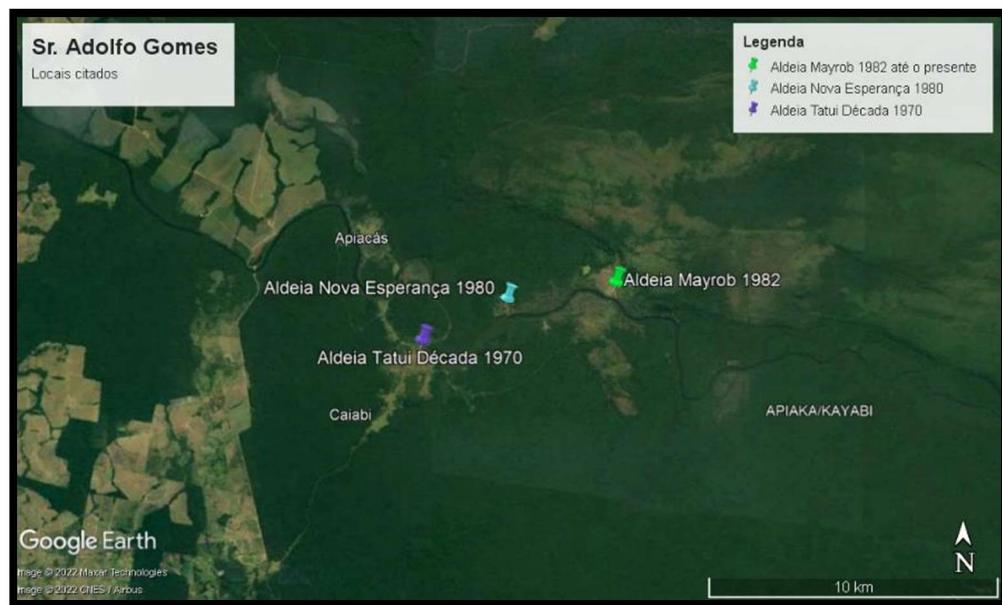


Figura 11: Lugares de referência Sr. Adolfo na T.I. Apiaká/Kayabi.

Argenor Apiaká

Argenor conta que morava na região do rio Teles-Pires em um povoado grande, em proximidade com os indígenas mundurukús. Segundo ele, “naquele tempo era 5 mil mundurukú lá, agora é não sei quantos mil, tem muito mundurukú agora”. A aldeia onde ele morava era pequena, aproximadamente, ocupada por 3 famílias.

“Mas grande era la na missão (Missão Cururuzinho), la quando eu saí de lá as freiras falavam que tinha 5 mil mundurukú, só mundurukú mesmo, la eles

não falavam Português, se você falava com eles não entendia nada. Eu entendia né, por que eu falo na língua mundurukú, só que como aqui não tem ninguém que fala comigo na língua. Só minha comadre alí e meu cumpadre que já faleceu, minha sogra Inês a mulher do Nicolau, com eles só falo na língua.” Argenor Apiaká, 2022

Argenor nasceu no estado do Pará, na região do rio Anipirí que, segundo ele, era “um ríozinho mais estreito que esse aqui, lá pra dentro, pra dentro mesmo. Lá não existia, era só cinco famílias que morava lá, cinco ou três”.

Argenor conta que não tinha nenhum contato com a cidade, vivendo somente na aldeia e visitando as aldeias próximas.

“Ixi, a cidade mais perto lá podia esquecer, me criei lá sem saber o que era um carro, uma cidade, parece que mesmo na escuridão. Mas como eu tava falando. Eu comecei a sair o cacique lá da missão Cururu ele era apegado a mim, porque só eu que falava assim português pra eu falar com as pessoas, fulano e tal assim. Aí depois eu falava com o pessoal e falava com o cacique no idioma. É isso aqui que eles falaram, é por aqui, aqui não, era assim. Muito difícil. É sério mesmo não sabia nem o que era um carro. Falava muito em carro. Nem uma televisão não sabia. Não conhecia não morava pra dentro.” Argenor Apiaká, 2022

Ele viveu na aldeia no Anipirí até, aproximadamente, 15 anos de idade quando foi morar em outra aldeia localizada na margem do rio Teles Pires. Nela teve contato com um chefe da FUNAI que o chamou para ser piloteiro, apesar da sua pouca experiência com motores.

“Os caras disseram rapaz você vai deixar o cara quebrar o motor e tal. E tinha um primo meu que chamava Vavá, ele também tinha uns 15 anos e naquele tempo andava aquele borrifador, sucam e chegava muito né no cururuzinho. E eu ficava pensando né, cachoeira que só a porra nesse rio, mas graças a deus. Eu voltei e os caras com medo de mim, que eu pilotasse pra eles. Rapaz índio você vai afundar nós. Não, eu nunca pilotei mas pode deixar que eu sei onde tá pedra onde ta o rebujo. E trabalhei um ano nisso aí. Ia pra Jacareacanga, buscar mercadoria, os caras comprava borracha né. Mas não ia em voadeira não ia em barco, barco comprido, como daqui naquele tacho alí. Aí outra vez ia gente comigo, meu avô ele morreu, bem velhinho já. Ele disse, não! vou contigo só pra ajudar a tirar água do barco. Então vamo embora. Queria passear, se nós não afundar na cachoeira. Aí nós ia até no jacaré, um monte, trazia rede, sabão, açúcar era tudo difícil.” Argenor Apiaká, 2022

Argenor contou sobre os seus dias trabalhando com a venda de mercadorias e pilotando barco. Era um trabalho parecido com o que Roberto Morimã fazia, subindo e descendo o rio Tapajós com mercadorias, a passagem relatada a seguir, tocou Argenor de tal

forma que ele preferiu ir para um trabalho mais pesado. Preferiu trabalhar no garimpo que ver o sofrimento das famílias à beira do rio.

“Hoje eu imagino né, se nós fosse comprar chegar assim no beradeiro assim, capaz a coisa mais triste, se você via. Sempre eu contava aqui aquelas índias né pedindo sabão, encostando assim atrás de comida, chegava um monte de gente assim na frente pedindo e eu não podia dar. O barco assim cheio de rede, sabão, açúcar, café. E eu dizia não posso dar, chorava menino. Aí sempre eu jogava assim, umas barra de sabão depois conversava com o chefe lá.

Mas não gostava de parar por isso vinha muita gente, pedia né. Eu vi mesmo com meus próprios olhos, se a gente desse a rede inteira eles partia a rede no meio pra dar dois. Rapaz coisa triste. Chinelo, se via com um chinelo desse aí e as meninas visse, -me dá esse chinelo do seu pé aí. Não dá só tem esse. Era coisa triste. Não sei agora né, mas era de lagrimar mesmo os olhos.

Era um regatão. Só que eu ia só buscar né, mercadoria e depois que o comprador de borracha saía. Bem aqui pra cima aqui, pro rumo do cururuzinho. Eles iam trocando a mercadoria em borracha.

Mas era alegria demais, chegava assim, enchia de gente dos dois lados do barco olhando assim.

Fiquei três anos, aí não aguentei. Eu não gostava de andar pra lá por isso era triste. Daí fui trabalhar no garimpo, manualzão com pazão.”
Argenor Apiaká, 2022

Essa história que Agenor conta remete à década de 1980, e nessa época os garimpos na região do Juruena e, principalmente, do rio Teles Pires estavam a todo vapor; as imagens de satélite mostram o tamanho do impacto no rio e na paisagem. Obviamente, nesse contexto, o garimpo era uma fonte de renda muito atrativa para os indígenas e ribeirinhos.

“O que eu era acostumado né, lá era um garimpo muito grande, tinha um barranco lá que enchia saco mesmo. Você cavando o buraco a água enchendo e você não para não é direto. E com a pá aqui e o barro enchendo de novo, eu era novinho e sozinho. Eu dizia ta bom, vou vencer, e venci. Aí outro dia sem mentira nenhuma, não podia mijar, nem dar uma “telefonada” sentar assim, que isso aqui doía tudo, de tanto trabalhar. Trabalho bruto. E aqui não. Aqui nessa Mayrob ainda tem gente que reclama ainda, de barriga cheia. Fala eu não tenho nada, tem uma lata de óleo na minha casa, ele vê um pacotinho de arroz que já ta no final ele fica doido, lá não rapaz se vê aquilo ali. Aqui o cara tem essa castanha aí, vende aí, todo ano. Já ta chegando a safra bem dizer de novo.

Já fui, na aldeia Matrinxã e o lugar é bom assim. E tem muito peixe e dizendo o povo lá que pesca demais. É um lugar bom lá. Pois é rapaz mas é isso.” Argenor Apiaká, 2022



Figura 12: Imagens de Satélite década de 1980.



Figura 13: Imagem de satélite década de 1980, garimpos Juruena e Novo Astro.

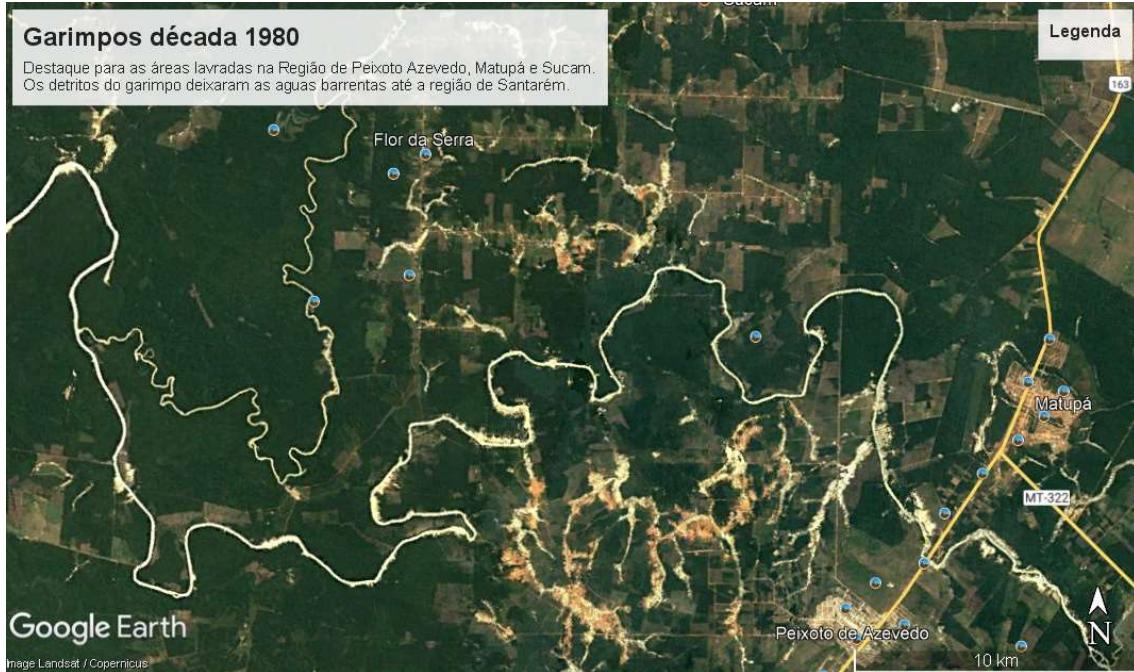


Figura 14: Imagem de satélite da década de 1980, região de Peixoto Azevedo, rio Teles Pires.

Erivan Morimã

As duas conversas com o sr. Erivan Morimã ocorreram na varanda de sua casa. Ele é um homem engajado nas decisões políticas da aldeia e exerceu o cargo de cacique por diversos anos. Ele só deixou a carreira política, dentro e fora da aldeia, para se dedicar à família, embora ainda demonstre muito interesse pelo tema.

“Trabalhei 20 anos de cacique. Saí porque eu quis mesmo. Saí porque minha esposa, meus filhos cresceram, quando eu assustei os filhos já estavam namorando, e já iam casar e eu só na correria. Mas nunca faltava nada em casa, pelo menos a educação.

Aí uma ida dessa pra Brasília, com o Raoni. A gente tava brigando pela terra do... aquela última terra dos caiapó dessas que foi demarcada, não sei se vocês lembram dessa última terra que foi demarcada.” Erivan Morimã

Erivan conta da sua trajetória e de sua família, desde o seu nascimento e infância, no Carrapichal e na aldeia Conceição, na região do Pontal, até o seu estabelecimento na aldeia Mayrob, onde reside até os dias de hoje. Sua família veio para a T.I. Apiaká/Kayabi, por causa do incentivo do Sr. Pedrinho e do “Velho” Adolfo. Seus familiares vieram para trabalhar com o Padre João na cooperativa de castanha e borracha. Uma parcela dos primeiros indígenas apiakás que vieram para a T.I. Apiaká/Kayabi foi morar na cidade de Juara.

Um relato muito importante para a pesquisa foi o que se refere a à retomada da região

onde hoje está a T.I. Apiaká do Pontal e Isolados. Ele contou que na retomada da porção norte houve problemas com um dos fazendeiros que se dizia dono da área. Tal discussão se deu na região onde foi implantada a Aldeia Pontal, local escolhido por se tratar de uma antiga aldeia apiaká.

“É ali perto de novo progresso, a gente tava brigando com eles, junto né. Naquele tempo que os índios era mais unido né.

Numa ida dessas o presidente da FUNAI reunindo no pátio do hotel, da pousada ele disse

“Pois é seu Raoni, minha meta é essa eu entrei aqui para ajudar os índios, do contrário eu não vinha. Os índios que tem terra intacta que não tem fazenda que só ta no verde e que tem sua história toda lá e que tem aldeia e quiser brigar a gente ta pronto pra ajudar, apoiar”

E aí nisso fui pensando no hotel fiquei pensando e falei pro Megaron, “Megarom, os Apiaká tem uma terra chamada Reino dos Apiaká, e não tem nenhum apiaká morando lá só tem uma família que nunca abandonou lá” e o Megerom disse “ e você conhece todas aldeias?” eu disse sei, lá eram 36 aldeias nessa área por isso eles falam o Reino dos Apiaká. Começando da barra do rio Arinos e fechando no teles pires, no teles pires tinha mais pouca aldeia do lado de lá só tinha 3 e no centro.

“E porque você não visita Morimã?” Eu disse ta bom. Cheguei aqui conversei com a comunidade alí debaixo daquele pé de cajá-manga, que tal a gente visitar nossa terra tradicional tio alberto? Porque ele era meu vice (cacique) né, um dos anciões que sabe tudinho. Ele disse vamo então. Vamos fazer um projeto pra FUNAI e pedir o recurso, na época era 500 litros de gasolina pra descer visitando tudo.

Aí fomos, ele dizia “aqui era uma aldeia”, a capoeira. Isso que eu me admiro até hoje que pra lá Vinícius a capoeira não cresceu rápido igual aqui. Aqui você faz uma roça ela rapidinho cresce repõe. Lá você via certinho, aí encostava via o lugas das casas, pau queimado, tinha muito lugar que tinha ainda pé de banana, e aí ele falava, “isso aqui era a aldeia tal.” E ele relatava o Lourival relatava. Aí chegamos em 25 aldeias o resto era pra dentro e tal. Aí chegamos e dissemos pro pessoal né “e aí vamos brigar?” sabendo que lá não tinha ninguém só tinha um tal de Tião Barbudo, lá dentro do São Tomé uma tal fazenda estrela, mas lá não tem nada só tem o aberto e ele não vai dar conta de se manter lá, porque nem estrada tem ele sobe de voadeira e a gente já barra ele ali na entrada do rio São tomé. A estratégia era essa montar um aldeia alí. Ele vai entrar e a gente “opa, nós estamos brigando por isso aí”.

“E como nós vamos fazer? Com os índios daqui?”

“Não nós temos os apiaká lá do Pará que tão vivendo na Aldeia Mundurukú. Que tal nós fazer uma expedição” Outra expedição isso já era a segunda. A primeira nós fomos monitorar e na segunda já fazia reunião com eles. Ta bom. Lá vai nós de novo.” Erivan Morimã

A fala de Erivan reforça a proposição da ocupação territorial apiaká ter ocorrido na bacia do médio e baixo rio Juruena. Os seus relatos tratam das movimentações dos indígenas apiakás entre o baixo rio Juruena, na confluência com o rio Teles Pires e nas regiões do rio Arinos e rio

do Sangue. Essas movimentações territoriais são apresentadas, também, nas etnografias já consagradas sobre a região como, por exemplo, a de Menendez (1981) (Figura 12) e Nimuendaju (1944).

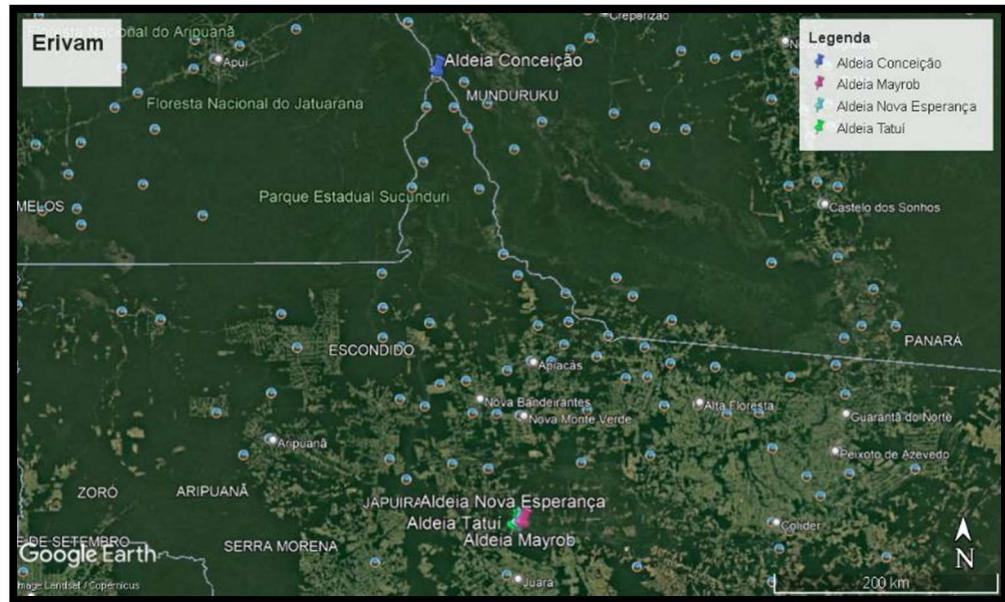


Figura 15: Lugares de referência Sr. Erivan.

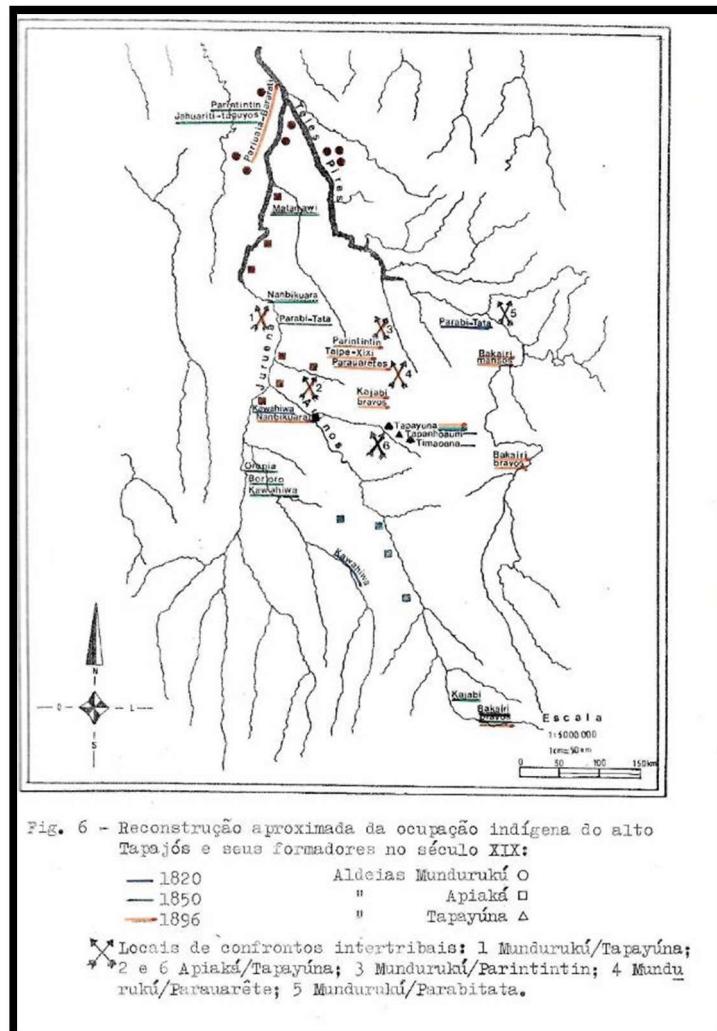


Figura 16 : Mapa de aldeias. Fonte: Menendez 1981 pag. 89

2.3.2 Povo Apiaká – Aldeia Nova Matrinxã

Nossa primeira conversa se deu com o vice-cacique Robertinho. Robertinho vem sendo o principal interlocutor de nossa equipe na articulação das etapas de campo e na continuidade do projeto.

Robertinho é engajado no cotidiano da aldeia matrinxã de maneira geral, sendo o professor do ensino fundamental e articulador do projeto de pesca esportiva. Ele procura incentivar os jovens a desenvolverem projetos ligados à memória e ao patrimônio cultural do povo Apiaká, dentre outras atividades.

Após a conversa com Robertinho conversamos com Erivaldo, Antônia, Cacique Roberto, Pongó e Letícia (esposa de Robertinho). Os diálogos foram conduzidos de maneira informal, procurando acompanhar as pessoas nas suas atividades cotidianas.

Robertinho Morimã

A primeira conversa com Robertinho, na etapa de campo de 2022, aconteceu na visita ao abrigo Morimã. Esta designação remete aosobre nome de sua família e, segundo ele, este nome tem origem em uma árvore que é utilizada para fazer peneiras, partes de flechas e outros artefatos. Na ocasião desta conversa estavam presentes Vinicius, Ricardo (OPAN) e Brisa (OPAN) junto com Robertinho. Neste ínterim, fomos ao Salto Augusto e ao sítio Samaúma, mas devido ao barulho intenso da cachoeira não foi possível gravar a nossa conversa.

Sentados à sombra do abrigo pudemos conversar sobre histórias do povo Apiaká e sobre a sua relação com o território tradicional.

Sobre a escolha do local de implantação das aldeias apiakás, Robertinho assim como seu pai, fazem referência às aldeias existentes. A aldeia Matrinxã e a Aldeia Mayrob são implantadas no sopé da serra, entre este e o rio, no caso a aldeia Matrinxã o rio Matrinxã ou São João da Barra no caso da Mayrob o rio dos Peixes. Ainda, sobre as escolhas dos locais de implantação das aldeias, ele reforçou a presença de barranco alto. Segundo ele, essas características paisagísticas fazem parte de uma estratégia de defesa contra outros grupos indígenas e não indígenas. Nesta conversa ele fez menção aos flechais que são os lugares onde se busca matéria prima para a fabricação de flechas. Segundo Robertinho, os indígenas apiakás passavam meses em busca de flechas, e os locais desta matéria-prima são referenciados, até a atualidade, na região do rio Arinos e rio dos Peixes, mais especificamente, na área da atual cidade de Paranorte. Há relatos de constantes de guerras entre os indígenas apiakás e os povos vizinhos Kayabí e Kayapó.

Robertinho conta que canoeiros não-indígenas costumam relatar que, antigamente, “eles pegavam crianças apiaká pra viver no meio deles, e por isso tem índio no meio deles que é diferente”.

As conversas trataram de acontecimentos mais antigos e mais recentes como, por exemplo, a abertura das atuais aldeias dentro da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados. Robertinho falou sobre as dificuldades que os indígenas apiakás passaram e ainda passam ao residirem em terras indígenas de outros povos, mais especificamente, sobre as dificuldades dos que estão na aldeia Mayrowi, localizada às margens do rio Teles Pires, na Terra Indígena Kayabi. Ele conta que quando se deu o início da reocupação da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados, algumas pessoas da aldeia Mayrowi saíram de lá e foram ajudar a ocupar a aldeia Pontal. O atual cacique da aldeia Pontal era cacique da aldeia Mayrowi e ele pensa que deveria ter incentivado todos a se mudarem para a aldeia Pontal, pois a mesma está dentro de uma terra Apiaká.

A aldeia Pontal é formada por pessoas que moravam em pequenas aldeias constituídas por grupos familiares, ao longo do rio Juruena e do rio Teles Pires, bem como por indígenas vindos da aldeia Mayrowi. Essas aldeias formadas por esses núcleos familiares eram uma referência durante a circulação de pessoas, ao longo do rio Juruena, pois quando as pessoas desciam o rio Juruena, no sentido da barra, as paradas que elas faziam eram nessas pequenas aldeias.

Uma história recorrente é a do conflito com um homem de nome Ari, dono de uma pousada de pesca. Esta história nos foi contada por Erivan Morimã durante uma visita à aldeia Mayrob. Segundo Robertinho, a pousada já não funciona no mesmo lugar, foi transferida para próximo da barra do Juruena com Teles Pires onde se forma o Tapajós, de forma geral esse local é referido apenas como “barra”.

Robertinho relata que na aldeia pontal a maior parte dos Apiaká é da família Kamassuri e que na aldeia Mayrowi, a maior parte é da família Paleci.

A atividade que mais impactou a permanência dos indígenas apiakas na região do Pontal foi o extrativismo nos seringais. Além disso, houve conflitos com os caçadores de peles. Robertinho conta que ainda há seringais na região e, inclusive, estruturas abandonadas como, por exemplo, os barracões.

Robertinho reafirma a importância das histórias narradas por Manuel Morimã, seu tio que mora em Alta Floresta e que nasceu na região do Bararati. Ele trabalhou como guia dos seringueiros.

Segundo Robertinho, os índios isolados que habitam a TI Apiaká do Pontal e Isolados é proveniente do povo Apiaká, eles se refugiaram no mato no último massacre que ocorreu na época do Paulo Corrêa. Segundo seu relato, no meio deles há indivíduos que falam português. Conforme Robertinho, os isolados disseram que um dia eles voltariam a fazer contato, mas não queriam que ninguém fosse atrás deles, sendo que eles devem estar em uma aldeia próxima ao rio São Tomé.

Robertinho conta que o povo Apiaká gosta de se movimentar no território. Porém, ao ser perguntado sobre a possibilidade dele mudar de lugar de moradia, o mesmo afirmou que pretende seguir morando na aldeia Matrinxã.

Ele diz que perto do córrego das cobras tem um lugar ideal para abrir uma aldeia, e que vai incentivar a abertura de mais aldeias no território.



Figura 17: Robertinho Morimã no Salto Augusto. (Autor, 2022)



Figura 18: Robertinho Morimã no abrigo Morimã. (Autor, 2019)



Figura 19: Café da manhã na cozinha da aldeia, Brisa (OPAN), Pongó, Antônia, Ricardo, Cacique Roberto, Robertinho, Kemili, Geneci, Rocildo (Autor, 2022)



Figura 20: Conversa com grupo na aldeia Matrinxã. Pongó, Ricardo (OPAN), Cacique Roberto, Robertinho, Erivaldo, Rocildo, Benedito, Francivaldo.(Autor, 2022)



Figura 21: Cacique Alberto Morimã e Ricardo (OPAN) a caminho da caverna da onça. (Autor, 2022)

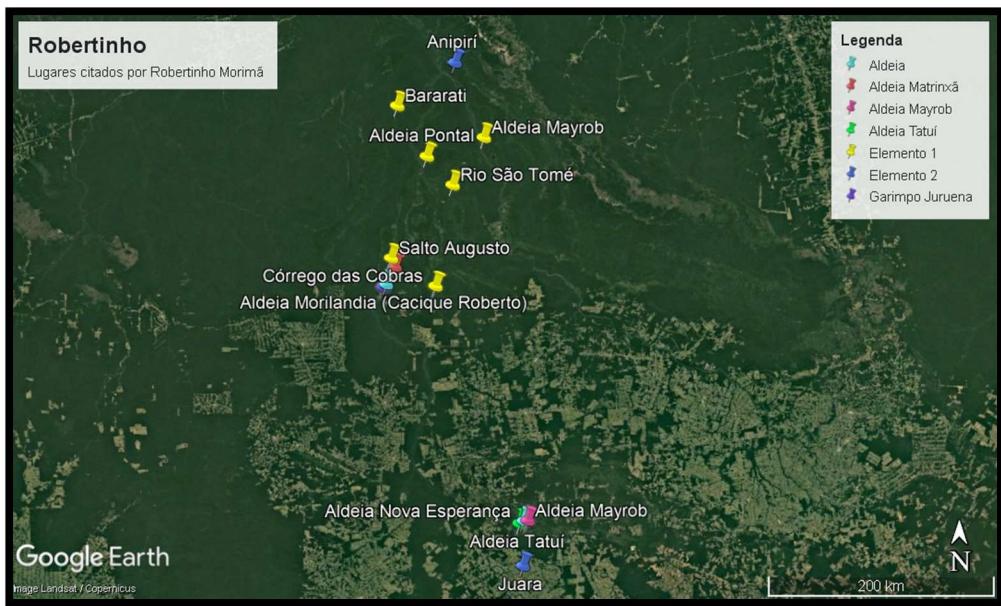


Figura 22: Lugares de referência para Robertinho Morimã com base em seus relatos orais.



Figura 23: Lugares de referência para Robertinho Morimã com base em seus relatos orais.



Figura 24: Lugares de referência para Robertinho Morimã com base em seus relatos orais.



Figura 25: Lugares de referência para Robertinho com base em seus relatos orais.

Erivaldo Morimã

Ele nasceu onde hoje é a aldeia Cururuzinho e, segundo disse “nossos irmãos todos nasceram ali menos a Letícia que nasceu na Mayrob”. Ele conta que eles moravam no rio Juruena, na região do Carrapichal. Porém, com a pressão dos garimpeiros e seringueiros, eles subiram pela calha do rio Teles Pires. Ele disse: “somos descendentes dessas terras mesmo pra cá”.

Segundo ele, no tempo em que a cidade de Alta Floresta foi iniciada, o seu pai foi cuidar de umas terras para os lados do estado do Mato Grosso. Erivaldo tinha 9 anos de idade, na época. O seu pai foi trabalhar com uma empresa de exploração e acabou morrendo no Salto Augusto, em um acidente de barco. Após o falecimento do seu pai, o seu avô buscou a sua família e a levou para a atual Terra Indígena Apiaká-Kayabi, no Rio dos Peixes, para morar na aldeia Nova Esperança.

Segundo Erivaldo a aldeia Mayrob surgiu após uma desavença e parte dos moradores da aldeia Nova Esperança já queriam abrir uma aldeia onde é a Mayrob, mas o seu avô não queria a separação do grupo.

Na época dessa debandada apiaká subindo o rio Juruena, a família de Erivaldo foi umas das últimas a sair da região. O restante das pessoas que saíram não se deslocou até a altura da cidade de Juara, se distribuindo na margem do rio Juruena,

Os primeiros indígenas apiakás - velho Pedrinho, velho Cândido, Manuel, Graciano, pais do Edésio - a saírem daquele território fundaram a aldeia Morilandia e a intenção era juntar as famílias alií naquele lugar. Porém, os conflitos com o Garimpo Juruena impediram que a aldeia prosperasse e ela foi abandonada. Nesta ocasião, o padre João convidou-os para irem para a aldeia Tatuí. Hoje, algumas dessas famílias moram em cidades e nunca mais retornaram para a aldeia.

“A mãe do Edésio morava ali pra baixo do Salto perto da caverna ”, relata o Erivaldo.

Ele conta a história do senhor Pedro, um não índio que morou muito tempo com indígenas apiakás. Ele os acompanhou nessa migração, porém aconteceu uma desavença entre o avô de Erivaldo e ele. Ele conta que após a abertura da aldeia apiaká -provavelmente da Aldeia Nova Esperança - o seu avô disse que ali só poderiam viver indígenas e que então ele teria que ir embora, apesar de já se reconhecer como índio e ter filhos.

Erivaldo diz que o avô contava muitas histórias sobre o território, e dizia que a aldeia maior era aquela próxima ao Salto Augusto e que havia uma outra aldeia na boca do rio dos Peixes com o rio Arinos, sendo que a aldeia do rio dos Peixes era aquela onde vivia o cacique mais forte da região que comandava todos os outros. Ele conta que esse cacique se vestiu de militar para contatar com os outros indígenas apiakás. Erivaldo entende essa atitude e o próprio cacique como fazendo parte do processo que acabou levando os indígenas apiakás a trabalharem como escravos na borracha. Segundo ele, estelíder mais forte acabou ajudando a “domesticar” os outros, sendo que todos o acompanharam: . “Os apiaká ficaram um tempo trabalhando e sofrendo. Paulo Correa separava os homens das mulheres e foi acabando o povo, levaram para a barra”. Depois, com a epidemia do sarampo, mais pessoas foram dizimadas. As datas da epidemia não são precisas, mas a primeira parece ocorrer entre 1910 e 1920 e a segundo próximo a década de 1950.

Segundo ele, alguns indígenas apiakás foram levados para São Paulo para estudar, e um deles aprendeu o trabalho do não indígena e voltou para a região sozinho. Erivaldo conta que o seu avô presenciou quando indígenas apiakás se reuniram e desceram “sentido a barra para matar o Paulo Correa e libertar os apiaká”Eles teriam descidocantando um canto de guerra e quando chegaram no lugar mataram os não indígenas, sendo que apenas um sobreviveu, apesar de ferido de flecha. Depois, teriam subido o rio Juruena sentido uma aldeia existente próximo a atual aldeia Pontal as margens do rio com a cabeça do Paulo Correa para fazer festa.

Durante este período, alguns indígenas se isolaram e disseram que não queriam ser perturbados e que depois de 50 anos eles novamente fariam contato. Erivaldo associa este fato com os avistamentos ocorridos na época da abertura da aldeia Matrinxã. Segundo ele, os

isolados sabem que quem está ali são seus parentes e que sabem os seus nomes. Seria por isso que os isolados teriam permitido a instalação da aldeia neste local.

Outras tentativas de entrada no interior da T.I Apiaká do Pontal e Isolados foram abandonadas por sumiço das pessoas ou outros motivos misteriosos. Na época da criação do Parnaíba Juruena, havia um deputado que conhecia a vontade dos indígenas apiakás de formalizar a demarcação da terra indígena, mas não havia um antropólogo que pudesse fazer o laudo antropológico sobre o seu pertencimento àquela terra. Porém, em 2009, Giovana Tempesta que estava fazendo o seu doutorado realizou este trabalho.

Cacique Roberto Morimã

A conversa com Roberto Apiaká ocorreu numa visita à antiga aldeia Morilandia também chamada de Murilandia e Moryland. Naquela manhã subimos o rio Juruena no sentido da aldeia Morilandia que foi cadastrada como sítio arqueológico, ao longo do projeto. A antiga aldeia fica próxima ao Garimpo Juruena e, segundo Roberto, muitos indígenas apiakás foram envenenados ali, sendo essa uma das estratégias usadas por garimpeiros e seringueiros. O envenenamento acontecia através do consumo de comida envenenada oferecida pelos extrativistas. A conversa também ocorreu no retorno quando tentamos pescar, contudo o horário do dia não estava propício para a pesca.

Roberto conta que a Aldeia Morilandia tem o nome de sua irmã. Ele contou que o atual modo de vida, ou seja, de ficar muito tempo em uma única aldeia é diferente do modo como eles viviam antigamente. Eles andavam muito pela bacia do Juruena, disse Roberto, eles sempre se deslocavam e não usavam roupas como agora. Naquele tempo, usavam tanga feita de palha de buriti “vocês bate ele e cozinha, fica branquinho”. Quando solteiro ele morava na aldeia chamada Maloca Véia, no rio Anipirí, afluente do rio Tapajós. O rio Anipirí fazia parte da Missão Cururú. Ele também viveu no local onde seu pai cortava seringa, perto de um córrego chamado Água Branca e, depois, ele foi pra um lugar chamado Terra Preta e, em seguida, para um outro lugar chamado Carrapichal. Ele também morou em um lugar chamado Tamanqueira onde se fazia farinha e se coletava copaíba que eram vendidas na Missão, no rio Cururu.

Roberto conta que seu cunhado, casado com sua irmã Morilandia teve contato com uma senhora linguista que ia de avião até a Missão e pegava ele para levar até Porto dos Gaúchos para dar aulas.

Roberto conta que todas as casas eram feitas de palha, sendo grandes casas onde moravam diversas famílias. As moradias eram feitas de pau como as de seus parentes e as

pessoas atavam as redes e moravam nas mesmas. As casa de agora tem a mesma forma das casas dos não-indígenas, sendo que isso resultou do contato.

Roberto conta que casou depois de velho, tendo permanecido solteiro por bastante tempo. Casou com uma mulher Mundurukú, no tempo em que morava no estado do Pará. Antes de se casar rodou muito, disse ele, foi pra Belém, Itaituba e Santarém.

Ele rodou vários lugares a trabalho, com outros colegas que viajavam. Eles subiam e desciam o rio Tapajós para buscar mercadorias. Viajavam em um barco de madeira quando subiam até o rio Pimental, e de lá desembarcavam e embarcavam em outro barco seguindo viagem até a cidade de Belém, ficando cerca de um mês no trajeto de ida e volta. Ele conta que trabalhou, aproximadamente, cinco anos viajando dessa forma.

Depois que parou com a vida de viajar à trabalho seguiu com o seu pai para a região do rio dos Peixes na T.I. Apiaká-Kayabi. Os primeiros indígenas que vieram para a região depois deles foram o velho Cândido e o Seu Pedrinho.

Roberto contou sobre o surto de sarampo ocorrido na região. Segundo ele, a primeira vez que isso aconteceu, os indígenas apiakás moravam na barra do rio São Manoel. Por causa desta epidemia, morreu muita gente, e ele sabe disso de ouvir seu pai contar, pois ele ainda não era nascido. No segundo surto epidêmico, porém, ele pegou a doença mas resistiu. Ele contou que os doentes eram deitados em folhas de banana.

A conversa seguiu com muitas histórias sobre as relações dos indígenas apiakás com os vizinhos, sobre a Missão, as andanças e a demarcação das terras do entorno.

No campo de 2019, tivemos uma conversa com Roberto Morimã na área do sítio arqueológico Velha Matrinxã e nessa entrevista ele falou sobre a relação dele com o território percorrido ao longo da campanha, bem como sobre a sua relação sentimental com os vestígios cerâmicos tendo em vista que eles remetem a sua infância. Abaixo, reproduzimos trechos desta conversa.

- *Como foi a ultima vez que você subiu o rio Juruena? Com quem estava?*

Eu fui de remo, com meu pai.

- *Quem mais estava com vocês?*

Estava acompanhado com meu pai, a primeira vez foi com meu pai. A segunda vez já foi com minha esposa e ele (Robertinho).

- *O senhor chegou a passar naquele Córrego Matrinxã?*

Passei só na barra dele, mas tinha uma vontade de entrar nele, de ver como era. Igual agora que a gente foi e teve oportunidade de andar mais de um quilômetro pra dentro a gente viu. Acho que assim a importância né, e esses jovens que a gente levou e andou com a gente e viu e diz que é muito bonito né assim como era no passado.

- *Contou pra eles como era no tempo antigo?*

Sim. Daqui pra lá falei pra eles, quando passava por aqui de remo. Agora parece tão fácil, mas antes era difícil vir de canoinha remando e chegar aqui no Salto Augusto. Do Salto Augusto pro Porto do Garimpo e do Porto do Garimpo o povo vinha buscar nós lá do Mayrob. De lá pra cá as coisas mudou muito. E agora a gente veio pra cá.

Foi falado desse morro aí de caco de panela que agora ninguém mais sabe fazer. Mas acho que se a gente achasse o produto de onde eles tiravam o barro, eu tenho uma esperancinha. Sei fazer assim o misturado dele pra fazer a panela. Eu vi minha vó fazendo e acho que isso não perdi ainda.

- *O senhor chegou a ver sua avó fazendo?*

Uhum, ví! Eu sei onde que tem desse daí. Lá pra baixo da Mayrowi (aldeia na margem do rio Teles Pires), na aldeia que se chama Bom Jardim, tem isso daí. Lá minha tia fazia muito, panelinha assim.

- *Ouvia dos seus pais seus avós histórias sobre esses saltos? Esses saltos são importantes?*

É, são importantes porque são os sagrados pra nós. Você viu aquele cara falando ali do Salto Augusto, que nós parece que tinha caído um pajé ali que ia descendo e caiu e sumiu. E os pajés nossos mesmos falaram que ia virar uma serpente. Então a gente tem essa história. Mas pra tirar ele daí tem que ter uma arco assim e uma flecha. Ele fica bem no pé de uma figueira e se a gente furar os olhos dele ele vira gente. Mas nós não vai fazer isso né..

- *Os Apiaká faziam algum ritual ali no Salto Augusto?*

- Fazia. Antigamente fazia a tatuagem cedo né. Fazia no rosto e pela cintura, então a gente sempre fazia de manhã. Nessa época eu nem existia ainda. Eu escutei do meu avô Leônicio, um velho que morava no mato e sempre contava. E tinha perigo de passar com os outros ali.

- *Lá no Córrego Matrinxã o que achou de interessante?*

Interessante que a gente foi e viu aquela pedra quebrada ali, né? Que eles faziam machadinha,

amolavam machadinha. E agora mesmo a gente viu uns cortados lá. Tenho certeza de que eles (índios isolados) estão lá pra dentro, em alguma maloca lá pra dentro.

- *Conta pra gente daquela aldeia grande que o senhor disse que tem lá pra dentro no rio São Tomé.*

Então, tem essa aldeia antiga lá que se chama Apiakatuba. Então, lá esses índios aí que saíram e os outros voltaram pro mato e estão até hoje no mato.

- *Sobre aquelas pinturas que vimos ali perto do Salto Augusto, o senhor já viu outras?*

Só lá no São Simão. Lá é recente. Sempre eles passam lá. Lá eles estão sempre vivendo elas.

- *E essa cerâmica que sua avó fazia, como era? Tinha alguma pintura?*

Pintura ela não tinha não, só lixava ela e boliava. E depois a gente colocava no fogo, fogueira aberta. Ninguém ia lá, só ela mesmo, bem caladinho. Rachava, né, e ninguém ia lá, só ela mesmo. Não queria zuada, rachava, né. Ela não queria ninguém. A gente era menino, juntava lenha pra colocar no fogo, e ela colocava as panelas pra assar. Aí nós ia embora e ficava só ela controlando. Depois que acabava tudo, ela ia lixar com aquela lixa que mostrei pra você ali. Pegava um bocado e ficava ali lixando.

- *Quando sua avó e sua tia faziam, ela ia buscar longe ou era pertinho?*

Não, nós ia buscar lá, essa velha na vez que ela saiu do mato, ela era nova. Aí o marido dela, esse velho Leônicio, que era um velho guerreiro porrodão (termo usado por sr. Roberto para designar um homem forte), ele era grossão, assim, achou lá na beira do rio e lá nós buscava pra ela.

- *Amassava com o pé?*

Não, era com a mão. E aí ia misturando, tinha lá um mais preto e outro vermelho. Aí misturava, ligava ele bem, tinha uma forma no chão, assim. Aí fazia e ia deixando no sol e depois colocava no fogo.

- *Colocava mais alguma coisa ou só esse barro mesmo?*

Misturava um pau que tem aí no mato. A gente toca fogo nele e ele dá a cinza, né. A gente pega o barro e mistura. Aí liga só e pronto. Só um pau só. Depois disso, é só lixar, pegar a folha de

embaúba e lixar.

- *Esses locais em que achamos os cacos de pote dão a certeza de que aqui era território de vocês?*

Era. Era não, é. (risos). Quem ia fazer isso aqui, no mato? O branco não fazia, né. Então é nosso, nosso material aí, ó. Então essas tatuna (termo utilizado por sr. Roberto para designar montículos de terra e cerâmica observados no sítio arqueológico) é tudo gente morto. Que nem a gente fala: se tem uma coisa que o branco gosta muito tem que colocar lá, só por ter uma ideia, pros outros índios não usar. Então quebrava em cima da tuna deles, então pra não levar.

- *Naquela samaúma que a gente foi ano passado era também morada?*

Era, lá era aldeia grande. Meu avô falava que la era aldeia grande.

- *E por que ela está lá? Tem algum significado?*

Eles plantaram lá a urna. É um costume que a gente tem. A samaúma quando morre apodrece tudo até o tronco. Então, é um costume que a gente tinha.

- *E o território de vocês, era de onde até aonde?*

Quando eu entendi, ouvia muita da cidade Apiacá cortando. Tem dois córregos lá. Tem o Aximari e outro lá que eu não sei o nome, que a gente chamava de Igarapé da Maloca, mas agora mudou o nome. Sei lá como é o nome que eles colocaram agora, mas a gente chamava de Igararpé da Maloca. Então, subia aqui e girava por lá e ia por aí mesmo só varando. Pegava o Arinos e o rio dos Peixes até lá no Salto. Nos ia, nós não, os antigos iam pegar flecha lá porque essa flechinha camajuba é muito difícil ter em várias aldeias, terra indígena. Ainda mais no Cerrado. Então a gente ia lá. Um tempo lá na Missão tinha uma Figura ainda dos pessoal tirando feixão assim, e carregando o feixo nas costas.



Figura 26: Cacique Roberto Morimã no caminho para aldeia Morilandia. (Autor, 2022)



Figura 27: Cacique Roberto durante conversa na aldeia Morilandia. (Autor, 2022)



Figura 28: Cacique Roberto e vice-cacique Robertinho na aldeia Morilândia. (Autor, 2022)

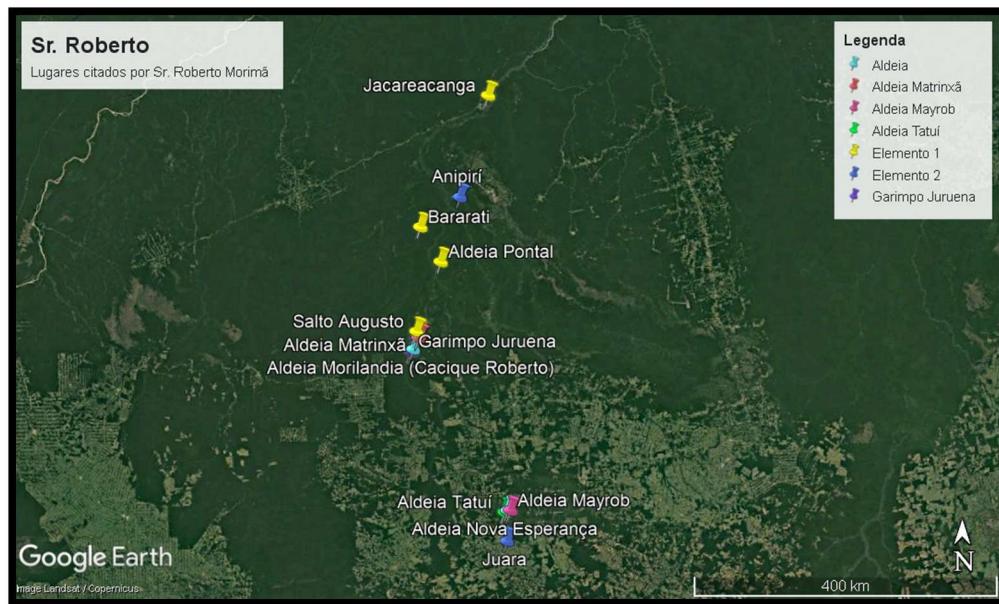


Figura 29: Lugares de referência para Cacique Roberto.



Figura 30: Lugares de referência para Cacique Roberto.

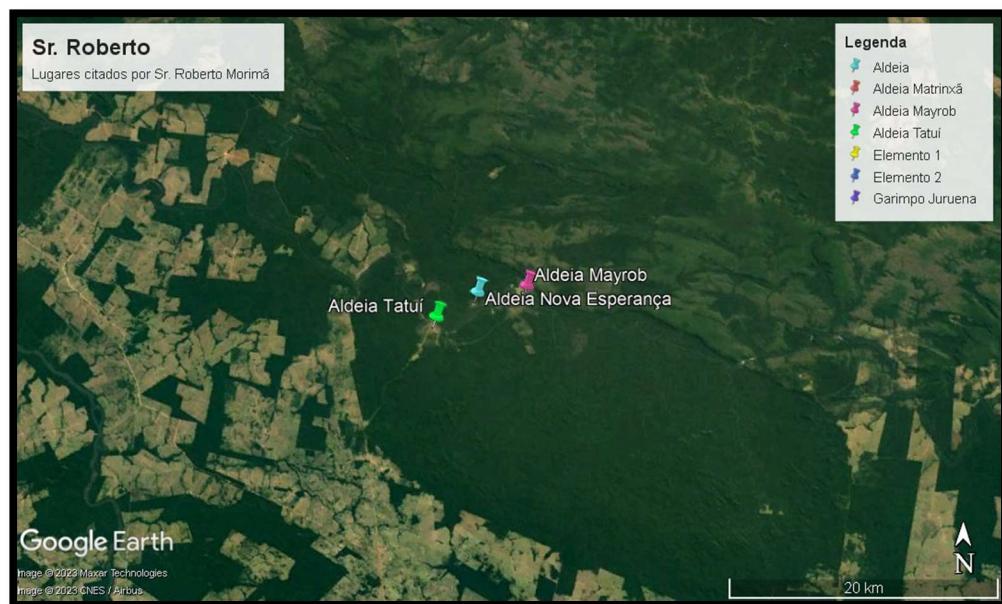


Figura 31: Lugares de referência para Cacique Roberto.



Figura 32: Lugares de referência para Cacique Roberto.

Pongó Morimã (José Benedito Morimã)

Algumas conversas ocorreram com Pongó, a mais demorada delas foi em sua casa num final de tarde, conversamos de forma descontraída enquanto ele descansava na rede e nós tomávamos café. Pongó é o irmão mais novo de Roberto Morimã.

Pongó contou que nasceu na região do Pontal, mas não sabia ao certo o local. Deveria ser entre a barra do rio São Manoel e a Missão Cururu, sendo que ele foi batizado nesta Missão. Sua primeira lembrança é da aldeia Veneza, na margem do rio Teles Pires onde morou com seu avô. Ele lembra de seu pai fazer o trajeto da região do Teles Pires para a aldeia Nova Esperança à remo. Seu pai faleceu na aldeia Mayrob de doença e quando ele morreu Pongó começou a trabalhar em fazendas.

Quando seu pai faleceu, grande parte da família morava na aldeia Mayrob. Sua avó morava em Porto dos Gaúchos com sua tia Marilza e seu tio Cândido. Ele conta que a sua avó tinha tatuagens tradicionais apiaká, em todo o corpo e feitas com jenipapo. O senhor Fernandes, um dos mais antigos anciões é seu tio e mora no estado do Pará. Ele era chamado de irmão pelo seu pai, mas possivelmente era um primo.

Sua mãe não é uma indígena apiaká, pois ela é ribeirinha. No entanto, ela se reconhece como uma mulher apiaká e, desde que casou, sempre viveu em aldeia, primeiro na aldeia Mayrob e atualmente na aldeia Nova Matrinxã.



Figura 33: Pongó esculpindo ponta de canoa decorativa. (Autor, 2022)



Figura 34: Conversa com Pongó e sua esposa Zefina Paleci. (Autor, 2022)

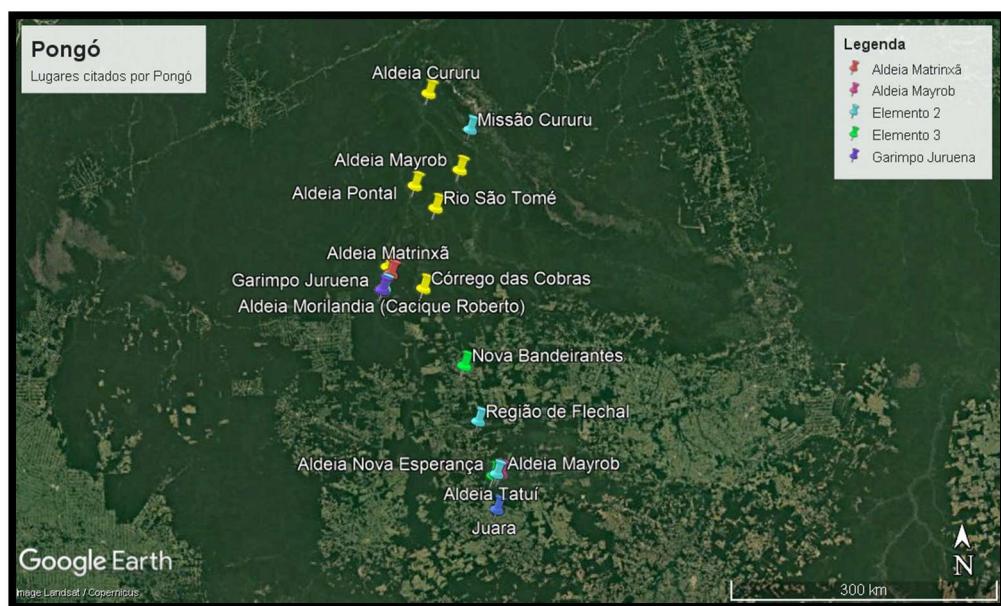


Figura 35: Lugares de referência para Pongó.



Figura 36: Lugares de referência para Pongó.

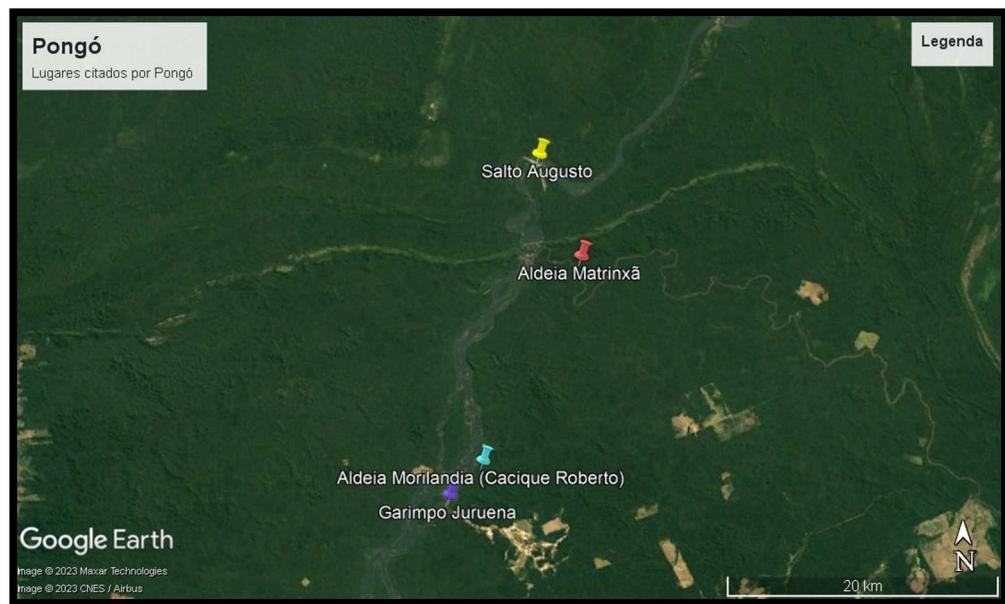


Figura 37: Lugares de referência para Pongó.

Letícia Morimã

A conversa com Dona Letícia ocorreu em sua casa, em uma tarde quente enquanto ela repousava na rede e contava histórias sobre a sua trajetória até chegar na aldeia Matrinxã. Letícia é esposa de Robertinho.

Uma das histórias recentes na qual se insere Letícia diz respeito ao estabelecimento da aldeia Matrinxã. Segundo outros narradores deste fato, ela teria participado da escolha do lugar onde fariam a aldeia. A decisão de implantar a aldeia naquele lugar foi ancorada no fato de que havia ali uma corredeira, sendo que próximo a ela Robertinho e Letícia fizeram a sua casa.

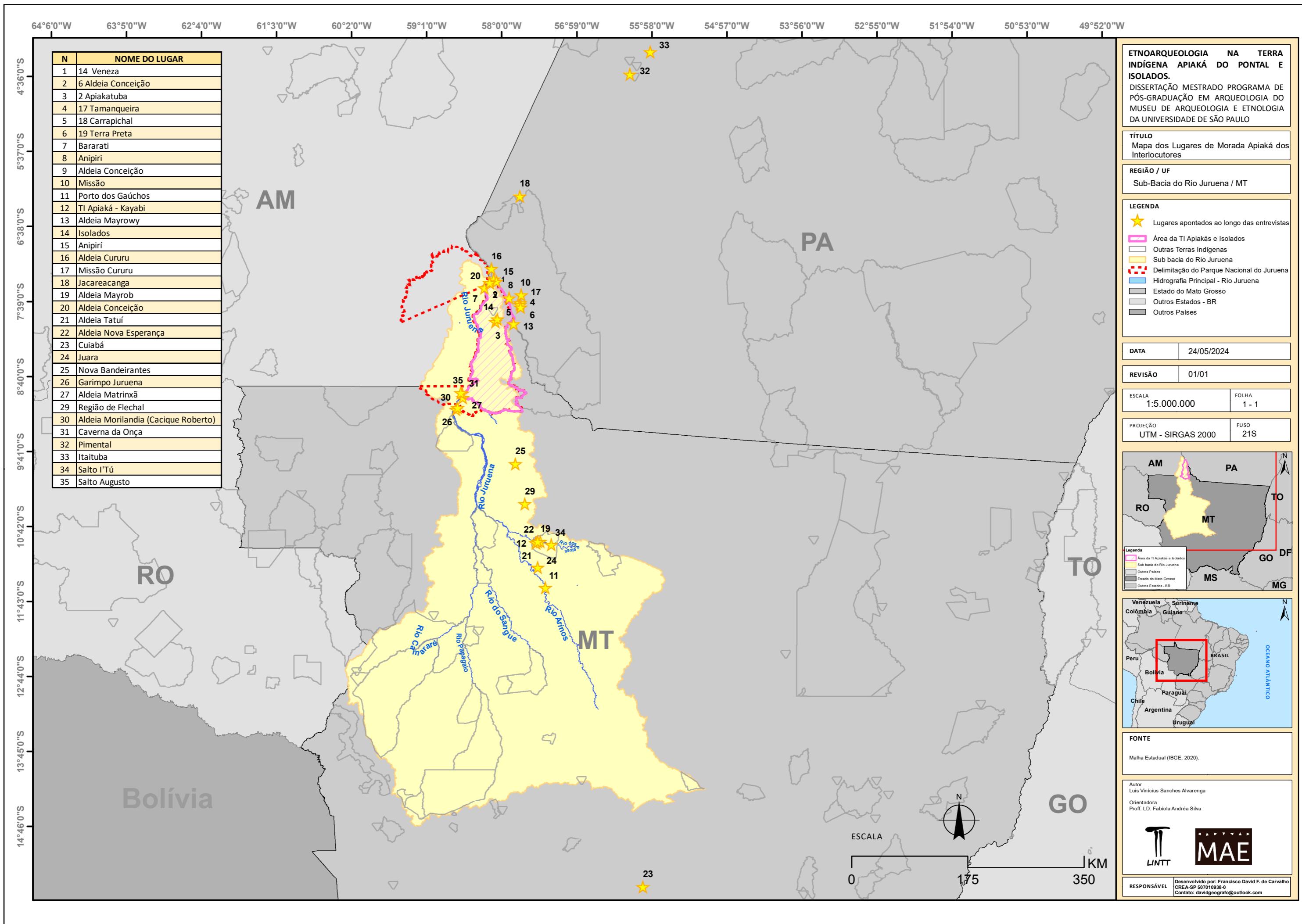
Leticia é uma das poucas mulheres apiakás que tem as tradicionais tatuagens faciais feitas com espinho de tukumã e jenipapo. Leticia conta que fez as suas tatuagens na aldeia Mayrob. Ela cresceu sendo criada pelos avós, na TI Apiaká-Kayabi, pois seus pais morreram quando ela ainda era criança.

Elá conta que ouvia muitas histórias de seu avô Alvaro Morimã, e dentre essas histórias havia aquela sobre as guerras que os indígenas apiakás sempre faziam com os canoeiros. O seu avô também contava que presenciou os maus-tratos sofridos pelos indígenas apiakás, no contato com os seringueiros. Em relação aos isolados, o seu avô dizia que para encontrá-los novamente, seria necessário ir até a aldeia Apiakatuba que fica no rio São Tomé; eles fizeram duas expedições até este lugar, mas não encontraram ninguém.

Álvaro contava que na época da epidemia de sarampo muitos indígenas apiakás foram enterrados na aldeia Samaúma, uma aldeia que existia onde foi identificado o sítio arqueológico Samaúma. Segundo ela, quando a aldeia foi estabelecida a Samaúma já existia.



Figura 38: Letícia Morimã em sua casa.



Realizar trabalho de campo, mesmo com todo o planejamento prévio, pode resultar em imprevistos e desencontros que nos fazem refletir sobre o próprio trabalho, seus objetivos e sobre as relações que estabelecemos com nossos interlocutores. Uma das etapas de campo foi marcada por uma notícia triste, morte de um jovem apiaká deixou a aldeia em luto e que acabou alterando o nosso planejamento inicial. Esta alteração de planejamento resultou que tivéssemos mais tempo de trabalho na Terra Indígena Apiaká-Kayabi e, a partir disso, pudemos coletar dados importantíssimos para o trabalho como, por exemplo, alguns desses relatos orais acima.

Trabalhar com pessoas é entender que acontecimentos inesperados podem delinear outros rumos ou caminhos de pesquisa.

Projetar linearidade no processo histórico a partir de vestígios materiais é um equívoco, entender a dispersão de uma cultura por sua materialidade como se aquele fosse o único caminho ou um caminho naturalizado é distanciar-se da realidade que é muito mais fluida e instável do aquilo que contam os sítios arqueológicos.

Como poderíamos verificar a dispersão ou a permanência do povo Apiaká a partir unicamente da sua cultura material? Nesse sentido provavelmente cairíamos no mesmo equívoco como já citado, feito por antropólogos que definiram o povo Apiaká como extinto.

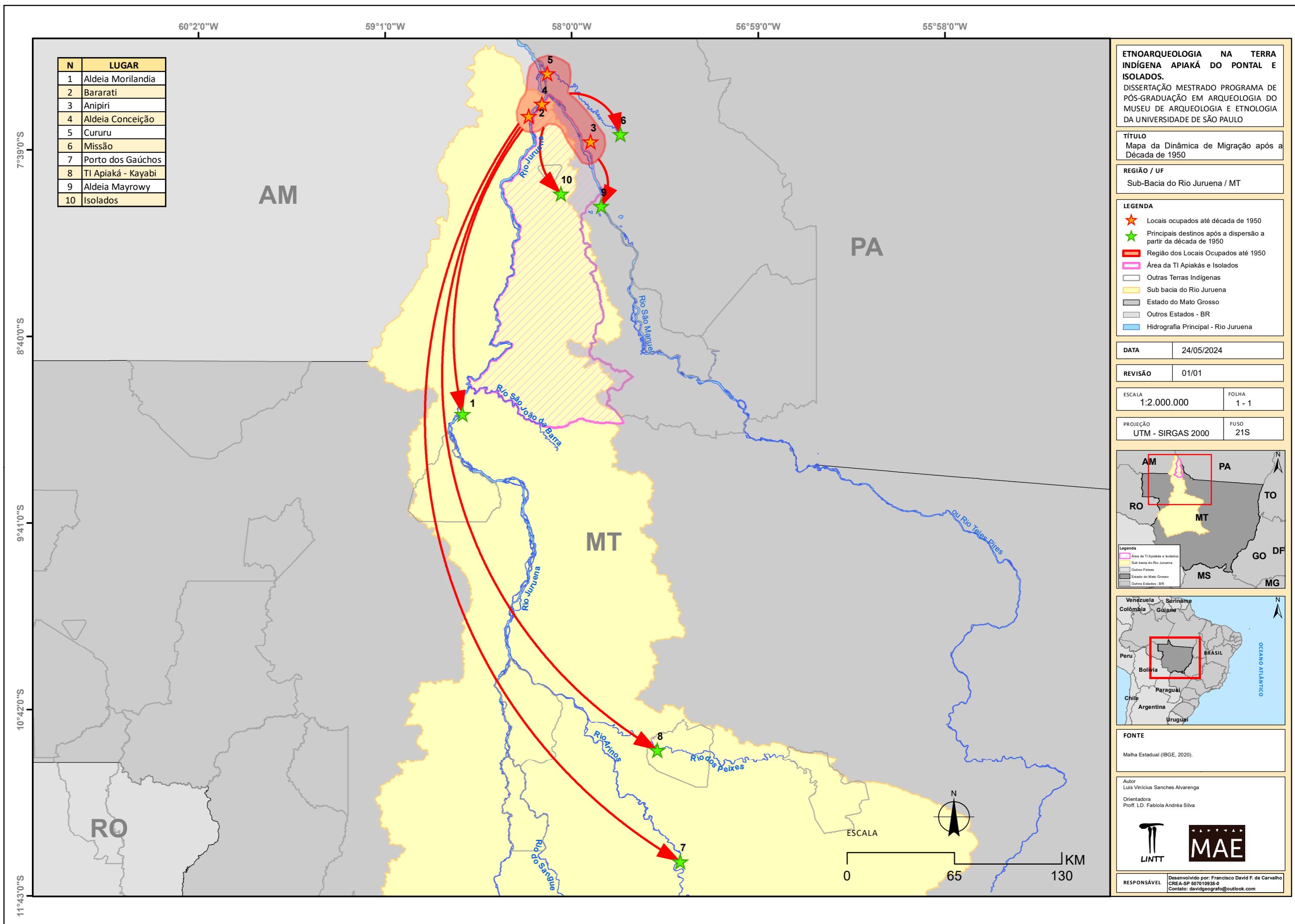
Quanto a cultura material, hoje os Apiaká não fazem mais cerâmica, modificaram algumas características de suas aldeias e nem por isso deixaram de ser Apiaká, uma abordagem arqueológica voltada aos artefatos e que ignora a presença indígena viva pode levar a uma visão equivocada da permanência e da distribuição de determinado povo. Quem pisa sobre o sítio cotidianamente está intimamente ligado a ele, ignorar a existência dos artefatos do seu convívio é uma escolha, escavar um sítio e ignorar essa relação também é.

Assim, podemos entender a história do povo Apiaká que ocupa a bacia do rio Juruena desde tempos imemoriais. Além disso, podemos dizer que a sua persistência em continuar nesta região é um ato de resistência.

A história narrada pelos indígenas apiakás, nos mostra que muitos destinos são possíveis frente às lutas e desafios que lhes foram impostos, ao longo dos anos. Entendemos que a relação íntima deste povo com a paisagem do Juruena e sua bacia se traduz em arranjos e caminhos de resistência e permanência nos lugares. O mesmo podemos dizer sobre outros povos indígenas que compartilham de histórias de lutas contra a expansão da sociedade ocidental que ameaça seus modos de vida e soberania territorial.

No que se refere à relação da comunidade da aldeia Mayrob com a ocupação da T.I. Apiaká do Pontal e Isolados, podemos compreender, a partir de nossos interlocutores, que a reocupação do território histórico tradicional é muito importante. Trata-se de um processo que

vai sendo realizado aos poucos e se consolidando como algo fundamental para manutenção da cultura apiaká. Os relatos desses homens e mulheres apiakás afirmam ser este território o seu território ancestral. Em realidade, para os indígenas apiakás toda a bacia do rio Juruena é seu território, pois crivado de antigas aldeias e lugares significativos. Um território e uma paisagem ancestral repletos de histórias, memórias e vivências.



Capítulo 3 – A Paisagem disputada

O capítulo, pretende apresentar a região do rio Juruena como uma área de interesses conflitantes onde, desde o primeiro contato dos indígenas com o Estado Nacional existe uma dicotomia entre ambos, um conflito de interesses. De um lado, o Estado e seus interesses de colonizar e se apropriar dos recursos existentes nesta região e, de outro, os povos indígenas lutando para que o seu território e modo de vida sejam respeitados.

Hoje, a região ainda é tratada pelos governantes como um vazio demográfico, e uma área com pouco uso e com potencial para ser explorada. Essa percepção, como vimos, é uma herança muito antiga que vem desde o período colonial, legitimada pelo Estado e que dá subsídios e justificativas para uma política de terras corrupta e prejudicial aos povos originários da região.

3.1 Projeto estatal para a bacia do Juruena

Vamos apresentar uma discussão que se inicia na segunda metade do século XX, época marcada pela expansão capitalista nos sertões brasileiros, para onde são projetadas ocupações ordenadas em cidades. Tal expansão ou colonialismo interno é liderada por cooperativas sudestinas e sulistas que são apoiadas pelas políticas econômicas do Governo Federal e motivadas pelo baixo custo de terras que são vendidas como devolutas.

O governo federal se responsabilizou por criar incentivos fiscais e financeiros, bem como realizar investimentos em infraestrutura para a promoção da colonização. Não se tratou somente de possibilitar legalmente a colonização, tratou-se, sim de mobilizar a capitalização da Amazônia através de subvenções financeiras do poder público para viabilizar e amparar a iniciativa privada. (Cunha, 2010, pag. 54)

No mesmo contexto, é desenvolvido um projeto estatal de levantamento do potencial de geração de energia das bacias hidrográficas, sem consulta aos indígenas e demais povos tradicionais, parecendo como se nada houvesse na região além de “oportunidades” para o colonizador, incentivado pelo período da ditadura militar iniciada em 1964.

Devemos considerar que o Estado Brasileiro mantém programas de assentamento e defesa dos povos indígenas, e que houve assentamentos no Estado do Mato Grosso. No entanto, a intensão aqui é mostrar que esses programas ocorrem junto com outras ações estatais que ocorrem por pressões econômicas e, consequentemente, a demarcação é fruto de lutas.

No período em que estamos, sobretudo nos últimos anos, com o governo federal que se encerrou no ano de 2022, a visão sobre função e direito às terras do norte do Mato Grosso e das

terras amazônicas está totalmente voltada para a máxima exploração dos recursos naturais. O direito às terras ocupadas pelos povos indígenas vem sendo defendido como pertencente àqueles que, supostamente, trazem o progresso para as mesmas, ou seja, os não indígenas.

A propagada massiva do agronegócio, cuja vocação primordial é a apropriação de grandes extensões de terra, supostamente, “sem uso” para gerar lucros, empregos e progresso, busca instaurar a ideia de que terras preservadas são terras desperdiçadas e que é necessário dar a elas um bom uso. Cunha (2010) destaca “que essas terras da área da Amazônia Legal foram consideradas espaços vazios e zonas de fronteira” (Cunha, 2010, pag. 55)

Essa visão ignora outros possíveis usos da terra para além daqueles previstos na perspectiva capitalista e que domina as políticas do Estado burguês-ocidental. No âmbito desta perspectiva, a terra serve para edificar cidades ou para gerar recursos e insumos que alimentem uma determinada forma de vivência consumista e produtivista. Além disso, todo o espaço contido dentro dos limites federais do Estado Nacional é destinado a esse fim, com algumas exceções. Seguindo essa visão, a forma de uso dos territórios históricos e tradicionais dos povos originários – que não estão demarcados e homologados oficialmente – são uma exceção, são uma forma de uso não prevista e, portanto, as terras são consideradas improdutivas para o Estado. São espaços vazios, espaços que o Estado deve preocupar-se em dar um uso. Cabe lembrar que o estabelecimento da cidade de Sinop obedecia a essa lógica de ocupação.

O projeto Gleba Celeste se apoiava na ideia de “loteamento, povoamento e desenvolvimento”. Para tanto, necessitava da implantação de infraestrutura urbana e rural. Para as cidades, propunha-se estruturar centros administrativos com organizações funcionais; para o campo, subsidiar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. (Botelho & Secchi, 2014, pag. 37)

Essa visão unilateral e verticalizada tem embasado a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, seja pelo extermínio dos povos indígenas, ao longo de 4 séculos, seja por ações de tutela que se justificam na ideia de que somos todos brasileiros. O discurso da brasilidade comum entre indígenas e não indígenas acaba por trazer mazelas aos povos indígenas, permitindo, por exemplo, que o Estado possa sobrepor a sua vontade em relação à vontade dos povos indígenas; os casos de empreendimentos econômicos em terras indígenas são exemplos muito claros do que estamos tentando afirmar nessas páginas da dissertação.

Como demonstrado no capítulo 2 sempre foi interesse do Estado ocupar os sertões brasileiros como forma de estruturar seus limites, ocupando os chamados “vazios demográficos”, “terras devolutas” e em desuso. Essas terras foram sendo forçadamente ocupadas com o respaldo do Estado à custa de massacres e “amansamento” dos povos indígenas. Neste processo, muitas vezes, a igreja assumiu um papel fundamental na tentativa

de destruição das sociedades indígenas por meio da catequização e oferecimento de novas crenças e valores.

O principal objetivo da política estatal aliado aos mais diversos interesses econômicos, é que o acesso à terra seja garantido às pessoas que coadunem com o projeto capitalista.

No início do século XX, havia uma política estatal de ocupação dos “vazios demográficos” que estabelecia os marcos de regularização de terras e que delegava tal incumbência para o setor privado.

Com a política de povoamento do território nacional, incentivada pelo Governo Federal através do "Serviço de Povoamento do Solo Nacional" (1907), os Governos Estaduais passaram a investir na fundação de núcleos coloniais. Entretanto, entregaram esta tarefa a colonizadores ou empresas particulares de colonização, através de concessões de terras reservadas à colonização oficial e privada, sendo parte dela destinada aos futuros núcleos de povoações. (Moreno, 1999, pag. 74)

Segundo Moreno (2005), o Estado do Mato Grosso passa a integrar a economia brasileira, no século XX, a partir do ciclo do café e, mais especificamente, na década de 1930. É importante lembrar que o Estado do Mato Grosso, naquele período, ainda compreendia o que hoje é o Estado do Mato Grosso do Sul – o desmembramento aconteceu em 1977 -, sendo que a área produtiva do café estava localizada na região sul do Estado e tinha como foco abastecer a região sudeste, do Brasil.

Ainda segundo Moreno (1999), de 1930 a 1945, período em que o Estado do mato Grosso estava sob intervenção federal, foram implantados núcleos de povoamento no em áreas que hoje se situam no Mato Grosso do Sul. No Mato Grosso, esse processo iniciou nos anos de 1940, mas tomou impulso na década de 1950. Na década de 1940, o Governo Federal havia criado “organismos especiais, tais como a Expedição Roncador Xingu (1940), que deu origem à Fundação Brasil Central, (1943) objetivando a exploração e a colonização de regiões ‘desconhecidas’” (Moreno, 1999, pag. 76).

A partir das décadas de 1960 e 1970 a expansão toma outras proporções com os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional.

As bases para o desenvolvimento regional foram definidas nacionalmente pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (PND I e PND II) Da década de 1970. Anteriormente, foi criada a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que teve sua atuação definida na região denominada Amazônia Legal (Lei nº5173/66). Nesse contexto nasceram programas como o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de

Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste) ligado a SUDAM, e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

No PND II, a nossa área de pesquisa está inserida dentro do chamado Poloamazônia que previa a exploração agropecuária e madeireira na área (Figura 35). Em nenhum espaço deste plano estão previstas ações em benefício dos povos indígenas.

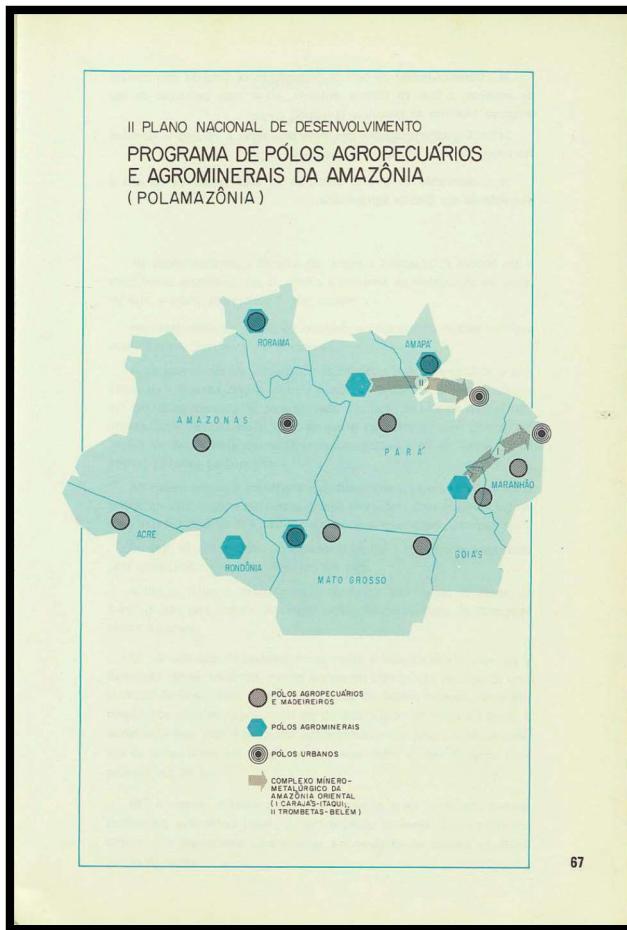


Figura 39: Extraída do Plano Nacional de Desenvolvimento II 1975 – 1979.

Junto com esse plano de desenvolvimento foram destinados recursos para a implantação de duas importantes rodovias na região: a BR 163, também chamada de Cuiabá-Santarém, e a rodovia estadual 338 que liga a BR 163 às cidades de Porto dos Gaúchos e Aripuanã. Podemos destacar um trecho do PND para ilustrar o que ressaltamos acima:

Está o Brasil realizando um esforço de desenvolvimento regional, colonização e ocupação produtiva que é dos maiores, senão o maior, no mundo atual.

O próximo estágio, graças aos resultados já alcançados pela execução de programas especiais, como o PIN, PROTERRA, PROVALE e PRODOESTE, será caracterizado por:

Início de contribuição significativa das novas áreas ao crescimento do PIB, principalmente em agricultura, pecuária e mineração, como resultado dos projetos já implantados. Integração efetiva entre as regiões, por já estar construído, em grande parte, o sistema físico de infra-estrutura de transportes (Transamazônica, Cuiabá-Santarém) e comunicações, principalmente. PND II 1975 – 1979, pag. 60.

Outro fator importante da estratégia de ocupação da região é a produção de energia elétrica a partir da construção de usinas hidrelétricas. A região amazônica, inclusive, é tida como sendo fundamental para a geração deste tipo de energia, com ênfase para a bacia do Tapajós.

Execução de Programa Ampliado de Energia Elétrica, no valor de aproximadamente Cr\$ 200 bilhões, capaz de realizar, no período, um aumento de cerca de 60% na capacidade instalada de geração, além das correspondentes expansões nos sistemas de transmissão e distribuição.

Esse programa inclui, além de Jataí, e outros importantes aproveitamentos hidroelétricos (Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago e outras de menor porte), a segunda e possivelmente a terceira central nuclear, além da instalação de centrais termoelétricas de complementação. Deverão, se favoráveis os estudos de viabilidade, ser executados dois projetos energéticos na bacia do Tocantins (Tucuruí e São Félix), além de amplo programa de pesquisa do potencial hidroelétrico da **Amazônia (notadamente os rios Xingu, Tapajós e Madeira)**. PND II 1975 – 1979, pag. 84.

As construções de usinas hidrelétricas compreendem empreendimentos complexos que, além dos custos dos investimento nas obras de infraestrutura, geram impactos ambientais e sociais profundos no entorno. Pensando na relação dos povos indígenas com os rios e cachoeiras, locais preferencialmente previstos para tais empreendimentos, entende-se que os mesmos oferecem um grande risco para essas culturas. Um desses empreendimentos marcou a história recente dos povos indígenas Apiaká e Kayabi, bem como de outros que vivem na bacia do rio Juruena e para além dela.

3.2 Luta indígena contra a ocupação capitalista (Caso da Usina do Salto Kayabi)

Essa onda de ocupações tem gerado conflitos intensos com as populações tradicionais e está sendo acompanhada por trabalhos indigenistas ainda incipientes. Os povos indígenas que vivem em terras demarcadas têm se engajado cada vez mais nas lutas por seus direitos à compensação dos danos causados por esses empreendimentos. Uma das ações de luta indígena mais marcante ocorreu, na década de 1980, contra a implantação de uma usina hidrelétrica no salto Kayabi, no rio dos Peixes. Esta ação reuniu vários povos indígenas, Kayabi, Apiaká, Mundurukú, Rikbaktsa, Xavantes, Kayapó.

Segundo Dornstauder (1955), a aldeia Tatuí é a mais antiga das aldeias na Terra Indígena Apiaká-Kayabi. Ele também explica que o nome Tatuí advém da abreviação do termo Iniatatui que pode ser entendido etimologicamente como sendo o resultado da junção da palavra Iniatatu (peixe cascudo) com a palavra “y” (água). Esta aldeia é ocupada desde 1953, segundo Dineva Kayabi em seu artigo de 2016, pag 11:

“Dona Catarina conta que a abertura da aldeia foi apoiada pelo Padre João. Disse que foi ele quem marcou esse lugar. O Padre João perguntou, naquele tempo, para Francisco Jurukatu - o primeiro Cacique da Tatuí - se queriam ir para esse lugar mesmo. Francisco Jurukatu era viúvo e só estava com Ataíde, o filho dele. Então conversou com o filho e as outras pessoas do Batelão. Depois de decidir para onde iriam, saíram lá do Rio Batelão para a Aldeia Tatuí. O padre já andava nessa região que era área de seringal e área de pegar flecha, lugar onde está o Salto Sagrado.” (Kayabi, 2016 pag 11)

Durante o trabalho de campo visitamos a Terra Indígena Apiaká-Kayabi e, mais especificamente, as aldeias Tatuí (Kayabi) e Mayrob (Apiaká). Nesta visita, o principal assunto que veio à tona foram as preocupações relativas à implantação da UHE Castanheira projetada para ser construída no rio Arinos, afluente da margem direita do rio Juruena. Esse empreendimento hidrelétrico não é o primeiro a causar preocupações para a comunidade da Terra Indígena Apiaká-Kayabi.

Na aldeia Tatuí, os nossos principais interlocutores e participantes nas atividades foram o cacique Dionísio e o vice cacique Kawayp.

Inicialmente, foi organizada uma reunião para apresentar o status das ações do Programa de Direitos Indígenas da OPAN e, nesse momento a contribuição da arqueologia foi explicada de forma que os participantes da reunião entendessem a possibilidade das ações arqueológicas servirem como um meio de colaborar para a resistência e perpetuação da sua cultura.

Desde a etapa de campo em 2017, ficou claro que a história recente dos Kayabi, na região do rio dos Peixes é uma história de resiliência cultural e de resistência contra o projeto colonialista – desde o período colonial até os dias de hoje. O povo Kayabi se vê dividindo um território com um rival histórico, ou seja, o povo Apiaká. Ele vem sofrendo com as intervenções da sociedade nacional, dada a proximidade em que ele se encontra com as fronteiras agrícolas e com a cidade de Juara. Por isso, os indígenas Kayabis precisam encontrar meios de dar continuidade à sua cultura e, ao mesmo tempo, lidar com as transformações “necessárias”. Para além dessas pressões cotidianas, o fato histórico marcante da resistência e luta desses indígenas é a luta pelo impedimento da construção da usina hidrelétrica projetada para o Salto Kayabi; esta obra iniciou na década de 1980.

Após a reunião com os indígenas kayabis foi programada a subida pelo rio dos Peixes, até o Salto Kayabi, com intuito de conhecer a paisagem e os lugares significativos e, também, ouvir os relatos sobre a expulsão dos empreendedores, na década de 1980.

Os relatos sobre a resistência dos povos indígenas Kayabi e Apiaká, junto com outros povos da bacia do Juruena, é lembrança recorrente quando falamos da relação deles com as águas e os lugares significativos da bacia do Juruena.

Em 2017, quando o trabalho foi focado nesses locais, para a elaboração do livro “Paisagens Ancestrais do Juruena” que trata do rio Juruena e seus locais de importância, o ato de resistência foi lembrado pelos indígenas kayabis, assim como pelos indígenas Rikbaktsa. Na etapa de campo de 2019 e nas conversas, em 2022, esse fato da história recente desses povos foi recordado também pelo povo Apiaká, na aldeia Mayrob e na aldeia Nova Matrinxã.

Esse fato histórico marcante está no artigo de conclusão de curso de Dineva Maria Kayabi, liderança Kawaiveté, da aldeia Tatuí, intitulado “SALTO SAGRADO DO POVO KAYABI: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA”, e que foi defendido na UNEMAT, em 2016.

Ouvir os relatos dos anciões sobre como se deu a luta contra a construção da UHE no salto Itu é impressionante, e observar as cicatrizes na paisagem deixadas pelo início das obras da UHE, na década de 1980, dá uma ideia muito vívida do tamanho do estrago que foi realizado pelo empreendimento. Considerando que já havia um canteiro de obras instalado e uma estrada que ligava a obra à cidade de Juara se pode ver a força da resistência indígena e os significativos prejuízos financeiros do proponente do empreendimento.

Esta viagem pelo rio dos peixes, em direção ao salto Kayabi, se deu logo pela manhã em uma voadeira e, ao longo do caminho, os indígenas kayabi mais velhos foram relatando as memórias deste movimento de resistência.

Perto da cachoeira um indígena nos relatou: “daqui a gente já podia ver as luzes a os alojamentos”. Essa memória ligada a este fato atribui mais uma camada de significado àquela paisagem já consagrada pelos indígenas kayabi, fortalecendo o seu vínculo com aquele lugar.

A caminhada para os antigos canteiros de obras e alojamentos foi feita a partir de uma estrada larga e cascalhada, com barrancos altos que indicavam mostrando que ali houvera mudanças significativas, e que dificilmente serão recuperadas ao longo dos anos. A estrada partia da margem do rio dos Peixes e subia a colina, onde no alto, estavam estabelecidos o canteiro e os alojamentos. Esta mesma estrada segue e alcança a cidade de Juara.

No topo da colina, a mata já cobriu boa parte dos platôs artificiais que abrigavam as estruturas da obra, mas ainda é possível ver no solo restos construtivos, como telhas e alguns tijolos. Para acessar o Salto Kayabi existe uma pequena trilha não estruturada, o que demonstra

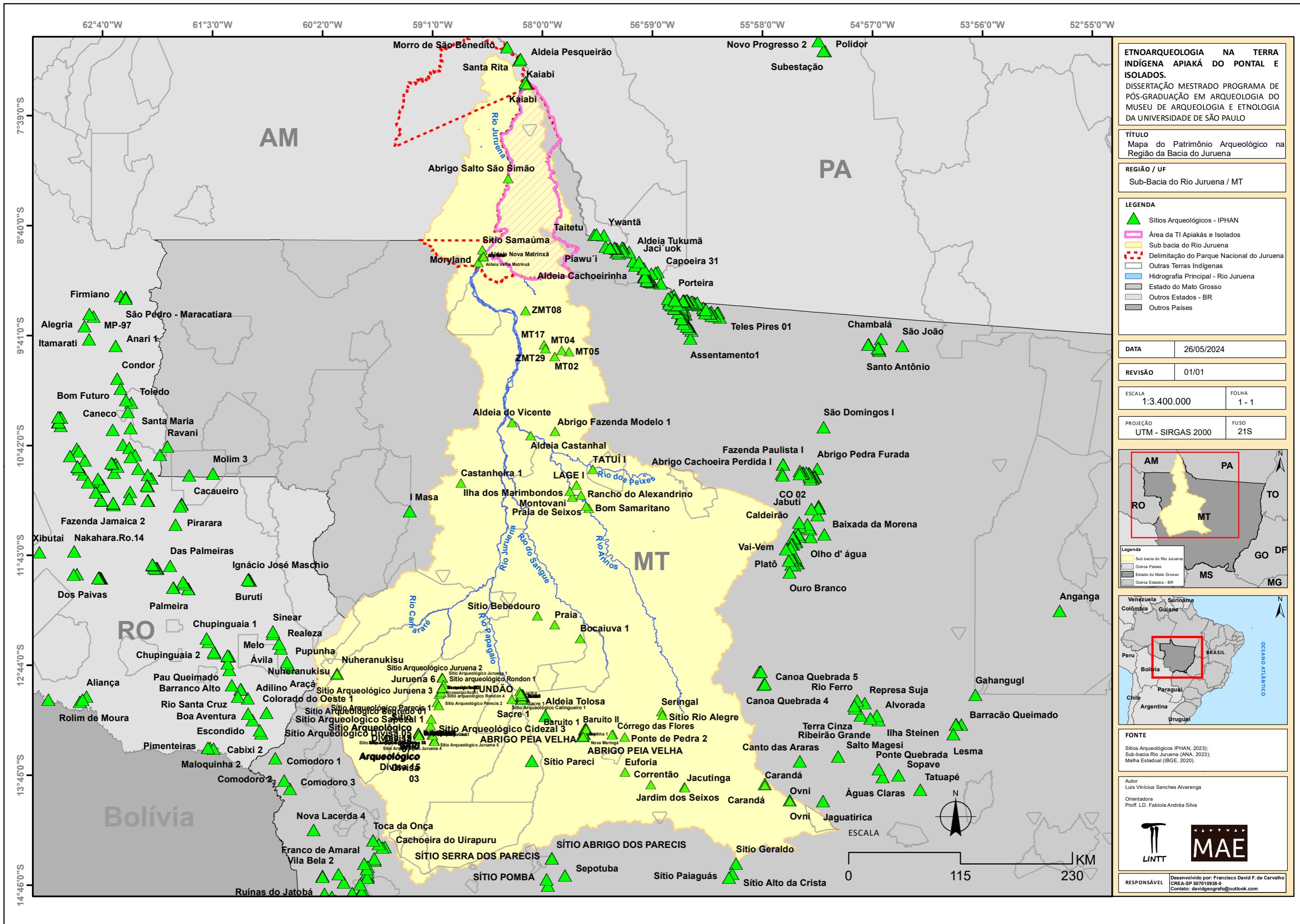
que as obras não conseguiram alcançar o principal marco paisagístico local. Ainda é possível ver um marco topográfico da EPE onde estaria projetado o eixo da barragem. Dineva Kayabi (2016, pag. 26) apresenta em seu artigo um relato sobre este lugar e como a união dos povos da bacia do Juruena se reuniram para lutar contra a barragem.

Naquela época, perto do Salto já havia quase uma cidadezinha, com muitas pessoas trabalhando e morando. Nós nunca aceitamos a construção da Usina porque o salto é sagrado. A luta teve a participação de vários povos indígenas, fomos até Cuiabá em movimento para apoiar a nós, *Kayabi* e *Apiaká*, que estávamos na luta da rejeição à construção da UHE no salto sagrado. Katu fala que “*Já foi tentado muito a fazer usina no salto, mas foram convocados vários povos do Mato Grosso. Vieram Myky, Xavante, Rickbatsa, Manoky, Munduruku, Apiaká, Kawayweté e derrubaram todas aquelas casas que estavam construindo*”. (Kayabi, 2016 pag. 26)

Durante o dia, percorremos todos esses lugares que foram acompanhados de relatos indígenas. Relatos esses dirigidos para a equipe e, principalmente, para as crianças que nos acompanhavam. Assim, entendemos que vivenciar essa paisagem reforça as histórias contadas tendo em vista que ela vai persistir para além das vidas dos homens que lutaram contra a instalação da UHE, no salto Kayabi. Em outras palavras, caminhar pela paisagem é uma prática social que ajuda a reforçar a identidade territorial, para as próximas gerações.

Como é possível observar, a grande mobilização e união dos povos indígenas do Estado do Mato Grosso em torno da questão da construção desta usina hidrelétrica, o e que resultou na desistência dos empreendedores de erguerem a barragem no salto sagrado, é um feito memorável. Infelizmente, até os dias atuais, o empreendimento consta como um projeto econômico, para o lugar. É uma demonstração de que ainda hoje o Estado ignora a necessidade de consulta aos povos indígenas sobre o que deve ou não ser feito em seu território tradicional, sendo que o mesmo vai além das T.I.s demarcadas.

Para o Estado e outros interesses econômicos, a bacia do rio Juruena ainda é um “vazio demográfico”, um lugar que não gera divisas e que deve ser explorado. No que tange à arqueologia, talvez a mesma lógica se aplique; pelo menos para uma determinada arqueologia. Os mapas arqueológicos mostram um vazio de sítios arqueológicos que aos poucos vai sendo preenchido (Mapa 5) e, na maior parte das vezes, a partir de pesquisas arqueológicas meramente comprometidas com os empreendimentos hidrelétricos. A escala apresentada no mapa mostra a bacia do Juruena em relação com o seu entorno, sendo possível observar a lacuna de informações arqueológicas oficiais.



A organização dos indígenas da bacia do Juruena é fundamental para a manter os seus territórios. Hoje existe uma grande rede que interliga os povos indígenas com as comunidades ribeirinhas, e que tem o papel fundamental de dar coesão às reivindicações e trocas desses/entre coletivos. Na rede Juruena Vivo eles se definem da seguinte forma:

“Somos uma rede composta por indígenas, agricultores familiares, pesquisadores, entidades da sociedade civil, movimentos sociais urbanos e rurais, entre outros que atuam na bacia do rio Juruena (MT). Defendemos a integridade ambiental da região, a valorização da diversidade cultural e a ampliação da participação social nos processos de tomada de decisão sobre o desenvolvimento sustentável.

Desejamos:

- Fomentar a participação da população na gestão ambiental e de recursos hídricos (conselhos municipais, comitês populares, comitês de bacias hidrográficas etc.);
- Colaborar com as iniciativas de desenvolvimento sustentável;
- Dar visibilidade à importância da integridade da bacia hidrográfica do Juruena (bacia do Tapajós) para a economia, a biodiversidade e o clima.
- Valorizar a diversidade cultural na bacia do Juruena.”⁷

Vemos que a expansão capitalista no sentido sul-norte continua sendo levada a cabo pelo desenvolvimentismo do Estado e por outros interesses econômicos (p.ex. agronegócio, mineradores, empresas enérgicas) até os dias atuais. A situação fundiária e a não regularização definitiva da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados dá espaço para fragilidades como a sobreposição do PARNAs Juruena e os diversos cadastros de imóveis que constam sobre a T.I. Um estudo detalhado sobre essa situação foi elaborado por Ricardo Carvalho no âmbito do Programa De Direitos Indígenas da OPAN. (Figura 40)

As formas de resistência dos povos indígenas se adequa às ameaças impostas por esses mais diferentes interesses estatais e econômicos. Cada vez mais a educação, o direito e a visibilidade fortalecem a luta apiaká, em específico, e a luta indígena, no geral. Neste cenário, acreditamos que o conhecimento arqueológico pode ajudar a fortalecer essa luta, pois fornece caminhos para proteção do território.

⁷ https://www.redejuruenavivo.com/sobre/#sobre_quem

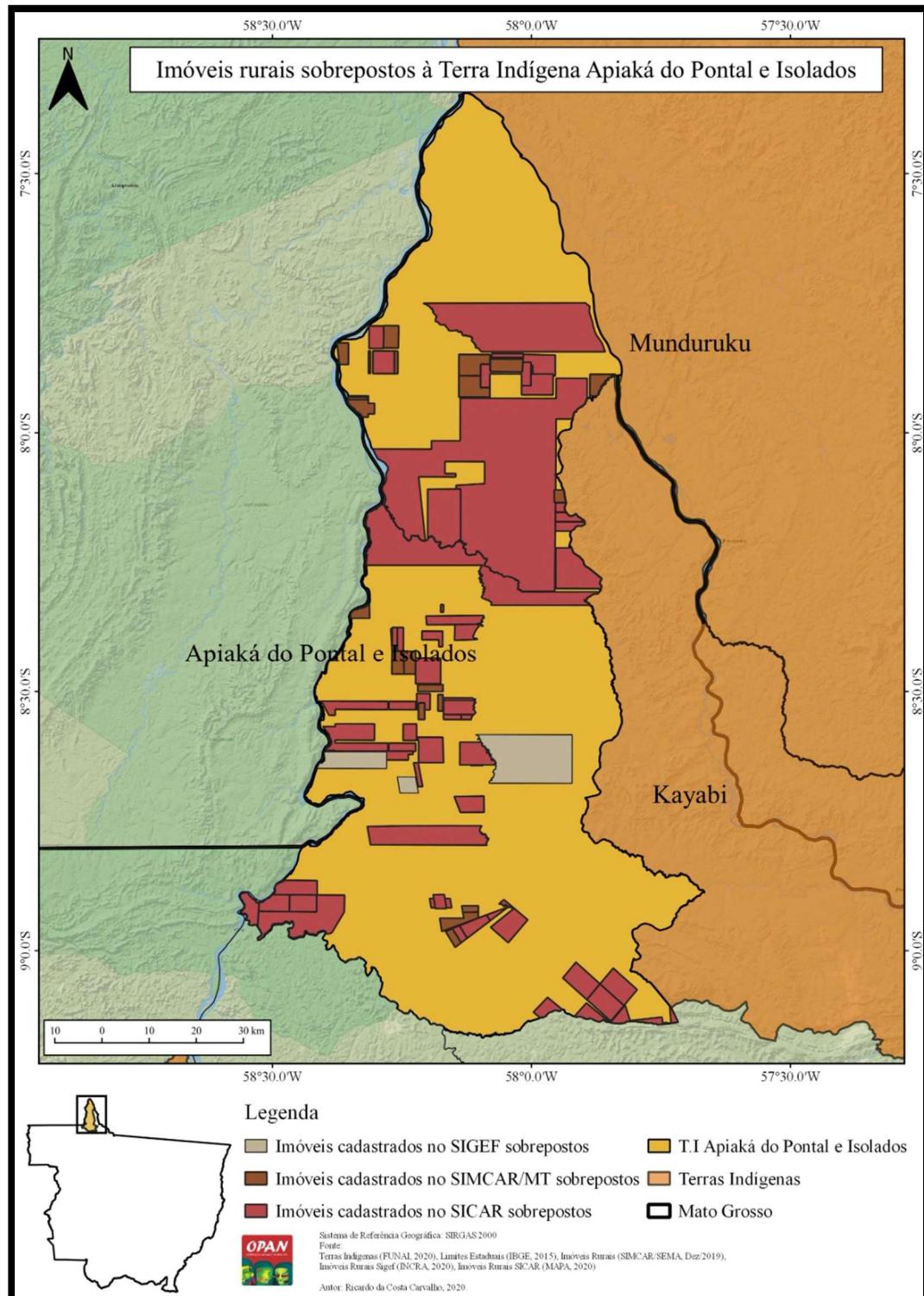


Figura 40: Mapa de sobreposição de Imóveis Rurais e a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. Carvalho (2021, pag. 79)

3.3 Arqueologia na região do rio Juruena

Se antes, a região era vista como um vazio demográfico, hoje se acrescenta o fato de que ela também é vista como um vazio arqueológico do ponto de vista estatal. Lembremos que, para o IPHAN, o cadastro de sítios arqueológicos é o que define o reconhecimento do potencial arqueológico de um determinado espaço.

O recorte espacial proposto nesta pesquisa considera a bacia do rio Juruena como o principal fenômeno a ser estudado. No entanto, também leva em consideração a bacia do rio Teles Pires a bacia do Tapajós tendo em vista a sua importância para se compreender a ocupação territorial indígena e os dados arqueológicos que foram produzidos sobre essas regiões.

Dos 3 recortes apresentados Tapajós, Teles Pires e Juruena, a bacia do rio Juruena é a menos estudada arqueologicamente, sobretudo se pensarmos em estudos acadêmicos.

Da confluência do rio Teles Pires com o rio Juruena à jusante existem estudos arqueológicos sistemáticos, desde a década de 1970, como os realizados por Celso Perota que deu ênfase às terras pretas. Nas sub-bacias do rio Teles Pires e do rio Juruena os estudos arqueológicos sistemáticos começaram somente a partir dos projetos de licenciamento ambiental a partir da década de 2000.

Como foi definido em diferentes trabalhos, a Terra Preta Antropogênica (TPA), como o próprio nome indica, resulta de processos de transformação dos solos e da ação humana e está relacionada com os padrões de assentamento, mobilidade e subsistência das populações pré-coloniais. São microecossistemas altamente férteis que parecem manter sua alta produtividade mesmo sob as condições climáticas de uma floresta tropical úmida. Por conseguinte, as comunidades locais frequentemente buscam as TPAs para reocupar, formar aldeias ou para o cultivo alimentos tradicionais como mandioca, banana, milho. NEVES Et. Al 2003, pag. 51 – 75.

Os primeiros relatos sobre as TPAs datam de 1870, quando Charles Hartt e Herbert Smith, em seu livro *The Amazons and the Coast* (1879), relatam sobre a sua presença nessas regiões, sugerindo a conexão dessas terras com os assentamentos indígenas e, especialmente, porque elas continham grande quantidade de fragmentos cerâmicos. Hartt sugeriu que os indígenas eram atraídos pelas TPAs, por essas se tratarem de um solo extremamente fértil (ROBAZZINI, 2013).

O etnólogo Curt Nimuendajú produziu um mapa onde constam os sítios de terra preta identificados por ele no curso do rio Tapajós. O mapa data de 1925 e a identificação dos sítios foi feita apenas através de suas observações, pois na época ele contava com poucos

instrumentos e cartas topográficas para auxiliá-lo. Nimiundajú levantou a hipótese de que as TPAs eram o resultado dos assentamentos indígenas permanentes. Ele sugeriu, portanto, que essas terras pretas tinham um caráter antrópico (STUCHI, 2010).

O curso do Tapajós foi revisitado por Celso Perota entre os anos de 1979 e 1982. As pesquisas revelaram um alto índice de “terra preta” associada a material cerâmico e enterramentos. Em relação aos resultados obtidos por Perota (1982), na área à jusante da confluência entre os rios Juruena e o rio Teles Pires (alto Tapajós), ele sugere que os artefatos identificados podem estar associados à ocupação de indígenas mundurukus. Ainda, sobre o curso do Tapajós, pesquisas no sítio Porto Santarém (Schaan, 2010), na região Belterra (Schaan 2006; Stenborg 2009; Schaan e Lima 2011) apontaram grande incidência de sítios de terra preta (ROBAZZINI, 2013), bem como na região do alto rio Tapajós (Rocha, 2012, 2017)

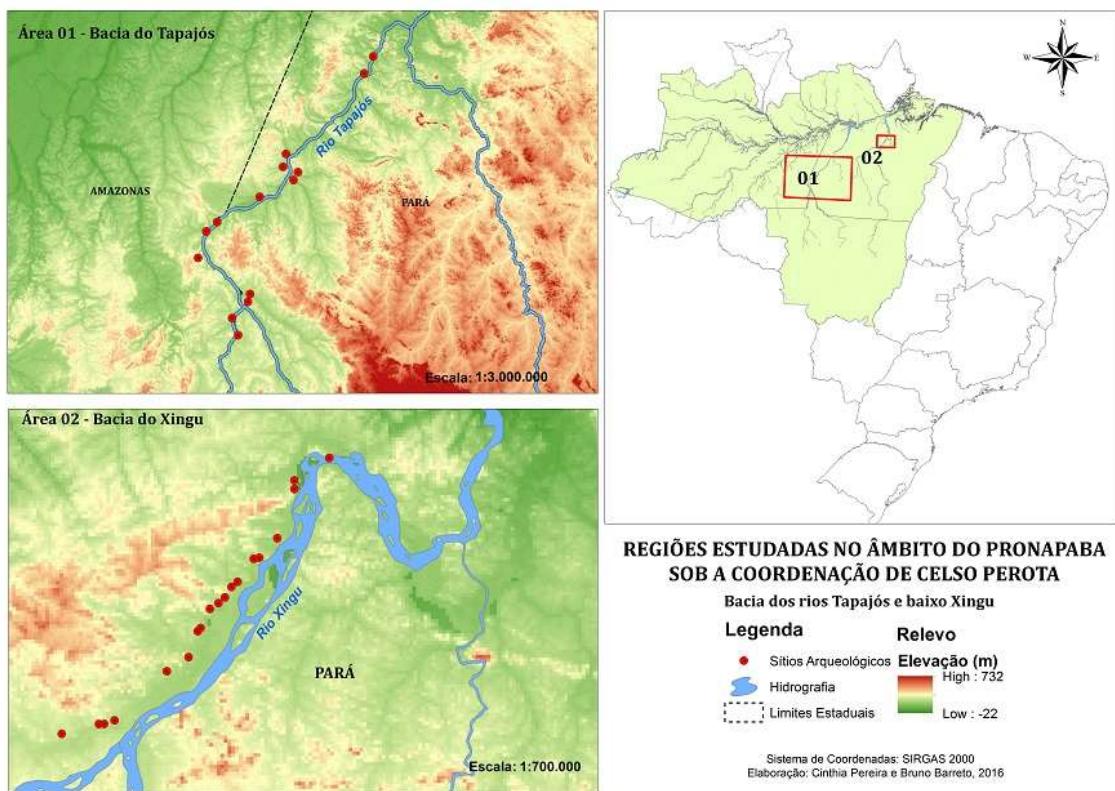


Figura 41: Atividades de pesquisa PRONAPABA (IPHAN-
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1371>)

A hipótese da gênese antrópica da terra preta, ou seja, que sua formação não é intencional mas sim o resultado das ações humanas é de conhecimento generalizado e totalmente aceito pelos arqueólogos. Alguns deles defendem que a sua origem é o resultado do manejo do solo para agricultura. Pesquisas desenvolvidas por Schmidt e Heckenberger

(2009), no Alto Xingu, indicam que atualmente as comunidades indígenas da região cultivam tanto nas TPAs, de aldeias pretéritas quanto na terra preta das áreas de descarte das ocupações mais recentes. Claro que os resultados podem diferir em outras regiões. Ainda não é possível estabelecer um resultado conclusivo para a formação da terra preta. Além disso, as pesquisas resvalam nas dificuldades em definir padrões de continuidade na formação das TPAs, por populações pretéritas e contemporâneas.

De acordo com (NEVES, 2006), as TPAs talvez sejam o melhor indicador de que os ambientes amazônicos foram modificados pelas populações indígenas que ocupavam a região antes da conquista. Escavações realizadas na Amazônia central indicam que as TPAs mais antigas nessa área datam de ilhares de anos. Tais solos mantêm alta fertilidade, o que normalmente seria incompatível com a intensa lixiviação que ocorre nos trópicos. Contudo, ainda não se sabe plenamente o que levou à formação das terras pretas. A hipótese mais provável é de que elas resultem do acúmulo contínuo de restos orgânicos – ossos de peixes e outros animais, casca de frutas e raízes, fezes, urina, carvão, etc. – em aldeias ocupadas durante muitos anos, ou décadas. Assim, sob essa perspectiva, sítios com esse tipo de solo teriam sido locais de habitação no passado.

Neves (2006) também afirma que as manchas de TPA estão diretamente associadas ao aumento de artefatos associados com a exploração agrossilvícola como, por exemplo, os machados. Dessa forma é possível inferir que a presença de TPA reflete significativas mudanças na economia e no manejo agrícola dessas populações.

Além disso, a TPA funciona como um verdadeiro artefato arqueológico tendo em vista que é possível observar, através de análises laboratoriais, a presença de vestígios de ocupação humana. Em uma região quente e úmida, em que grande parte dos artefatos ósseos e cerâmicos se degradam, a TPA é uma prova das alterações antropogênicas na paisagem.

Sobre a dispersão e frequência dos sítios com a presença de TPA, STUCHI (2010) afirma que é possível identificá-los em dezenas de bacias de águas claras e escuras, assim como nos tributários do Amazonas, nas áreas inter-fluviais, na Venezuela, Peru e Amazônia colombiana. Cronologicamente, a formação da TPA é apontada em torno 4000 AP. As pesquisas apontam pouca variação na datação de sítios de TPA, sugerindo que essa sincronia está associada ao processo de sedentarismo dessas populações.

A TPA é apenas uma das formas de alteração e manejo que as populações tradicionais exercem na paisagem. Balée (1989; apud Stuchi, 2010) dimensiona que por volta de 11,8% da floresta amazônica têm origem antrópica. Seus dados se baseiam na ocorrência de formações vegetais que não ocorrem naturalmente, como as florestas de bambu, castanhais e

florestas de cipó. A essas ocorrências, ele atribui o nome de “matas culturais”.

Sobre as pesquisas pretéritas na região, de acordo com STUCCHI (2010), há sítios arqueológicos com predominante presença de TPA, no território ocupado pelo povo etnia Kayabi. Esses locais são reocupados tanto para moradia quanto para implantação de roças. As áreas onde aparece a TPA, geralmente, têm fácil acesso a cursos d’água e são ideais para o cultivo alimentar kayabi.

A Terra Indígena Kayabi conta com uma grande diversidade de sítios arqueológicos. PARDI (1995) identificou pelo menos 19 sítios com artefatos líticos, cerâmicos e gravuras rupestres. Os sítios identificados por Pardi encontram-se na porção mato-grossense do território kayabi e se destacam por pertencer a pelo menos três tradições arqueológicas distintas: Uru, Tupi Guarani e Aratu.

STUCHI (2010) chama a atenção para as inferências a partir da pesquisa de Pardi (1995): as análises cerâmicas indicam semelhanças com um quadro mais amplo do Brasil Central, colocando a região do baixo rio Teles Pires como uma área de convergência de grupos ceramistas (González, 1996). Contudo, esses dados são preliminares. Apesar do grande potencial arqueológico da TI Kayabi, as pesquisas ainda são incipientes. Exemplo disso são as pesquisas voltadas para a porção paraense daterra indígena, que se debruçam majoritariamente sobre a região da Serra do Cachimbo. Frikel (1973) pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e Perota (1982) pelo Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica (PRONAPABA), prospectaram sítios às margens do rio Cururu, próximo ao território munduruku, alguns com presença de TPA (Figura 1. Área 1).

Nos limites do município de Apiacás, foram identificados 16 sítios arqueológicos registrados durante diferentes projetos de mapeamento, desenvolvidos nas terras indígenas, a saber: as pesquisas referentes à ocupação da Terra Indígena Kayabi realizadas por Stuchi (2010); diagnóstico arqueológico em contextos indígenas na bacia do rio Juruena, região noroeste do estado de Mato Grosso (Alvarenga e Souza, 2018); e os sítios registrados no CNSA por Saulo Augusto de Moraes, professor da Unemat em Juara, que foram revisitados por Alvarenga e Souza, em 2017.

Apesar do vasto potencial arqueológico da região, o baixo número de sítios arqueológicos cadastrados indica que as pesquisas ainda são incipientes. A região conta com relatos históricos e etnológicos produzidos por pesquisadores e expedições, como os mapas produzidos por Curt Nimuendajú (1981), sobre as múltiplas ocupações no curso do Teles Pires. Entretanto, são poucas as pesquisas que trazem dados mais consistentes sobre as

características e fluxos das ocupações dessas populações, com destaque para Robazzini (2013), que interpreta as migrações com base em relatos históricos e nos trabalhos de Menendez (1982).

Especificamente, para a bacia do rio Juruena, ainda temos poucos sítios cadastrados, pois a base do IPHAN conta com 101 sítios para toda esta área (Tabela 2); cabe dizer que no início dos anos 2000, esse vazio de sítios era ainda maior. A grande quantidade de barragens construídas na bacia do Juruena, e estruturas relacionadas à distribuição de energia levou à identificação de sítios arqueológicos a partir de então.

Podemos afirmar que mais de 60% dos sítios cadastrados são provenientes de pesquisas relacionadas ao licenciamento ambiental. Para entender melhor a dispersão desses sítios dividimos a bacia do Juruena em 5 regiões, conforme observado no “ESTUDOS DE INVENTÁRIO HIDRELÉTRICO DA BACIA DO RIO JURUENA RELATÓRIO FINAL” (EPE, 2010): Alto Juruena, Arinos, Baixo Juruena, Peixe e Sangue.

A maior parte dos sítios cadastrados estão localizados no Alto Juruena e Sangue, regiões mais ao sul, próximas à Cuiabá e com melhor infraestrutura. Temos que considerar que a expansão da fronteira agrícola vem se acelerando no sentido norte e esse cenário tende à mudanças. Alguns sítios já identificados na bacia do rio Arinos são relacionados a etapas de campo da Usina Castanheira que está em fase de estudos e sendo questionada pela falta de Consulta Livre Prévia e Informada às populações afetadas.

Outro fato a se destacar é a ausência de correlação na maior parte dos sítios com as populações indígenas que ocupam até hoje a região e nas proximidades das áreas estudadas. Essa ausência se dá pela brevidade dos estudos ligados ao licenciamento ambiental, a falta de instrumentos legais que exija estudos etnoarqueológicos e colaborativos e a falta de comprometimento das pesquisas para com essas populações, seja por pressões externas ou por vontade dos coordenadores. Dessa forma, a arqueologia feita no âmbito do licenciamento segue desvinculada da história de longa duração dos povos originários.

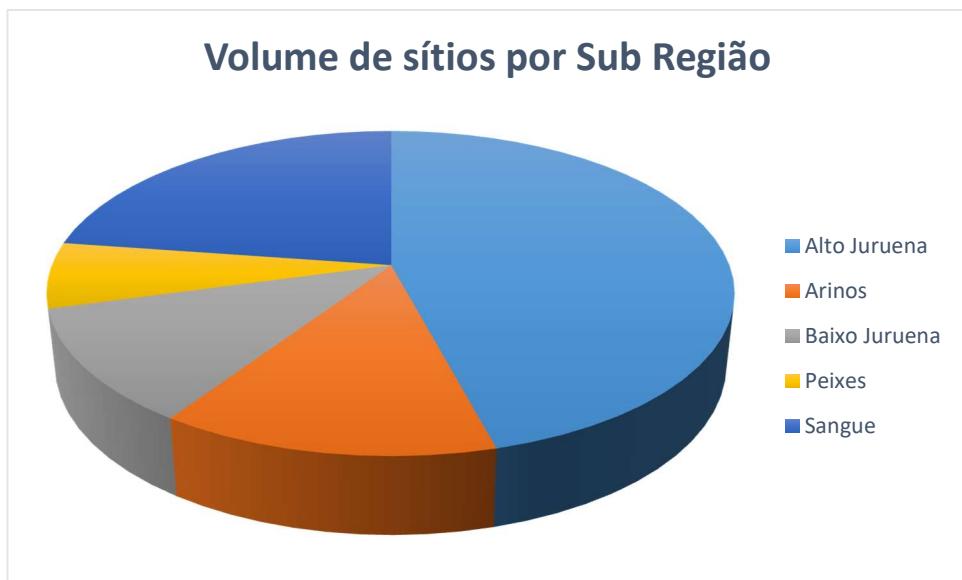


Figura 42: Conjunto de sítios por sub-região, chama atenção a concentração nas regiões do Alto Juruena e Sangue onde há mais empreendimentos hidrelétricos.

Novos dados obtidos a partir de 2017 apontam sítios ou possíveis sítios não contemplados na base de dados do Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos (CNSA) que, somados, alcançam mais de uma centena de locais de interesse arqueológico. Esses sítios foram identificados a partir da interpretação de imagens de satélite ou LIDAR⁸ que, inclusive, indicou a presença de geoglifos. Esta informação foi apresentada no trabalho de SOUZA et. al. intitulado “Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon”. Neste artigo, são apresentados “81 Pre-Columbian sites, some of which combined multiple structures, for a total of 104 earthworks” Souza et.all (2018, p. 3). Chama a atenção que embora alguns desses sítios terem sido pesquisados e os resultados publicados, os mesmos não constam na base de dados do IPHAN (**Mapa 6**).

Pesquisas arqueológicas também identificaram marcas circulares na vegetação, na região do alto rio Juruena; no caso, um total de 42 marcas. As mesmas foram descritas em um trabalho de conclusão de curso (ALVARENGA, 2017) (**Mapa 6**).

Para a região do Pontal do Mato Grosso os dados sistemáticos mais significativos são resultantes das pesquisas de STUCHI (2010) na Terra Indígena Kayabi. Contudo, mesmo esse contexto encontra-se parcialmente defasado tendo em vista que a porção paraense da TI Kayabi conta com poucas pesquisas, sendo essas concentradas, majoritariamente, na região da Serra do Cachimbo. Stuchi identificou uma presença massiva de TPA na região mato-

⁸ LiDAR, um acrônimo para “detecção e alcance de luz”, é uma tecnologia de sensoriamento remoto que usa feixes de laser para medir distâncias e movimentos precisos em um ambiente, em tempo real.
<https://www.ibm.com/br-pt/topics/lidar>

grossense da TI Kaiabi e diversas aldeias reocupadas pelas populações presentes.

A expedição organizada pelo Operação Amazônia Nativa, com intuito de compor o livro Paisagens Ancestrais do Juruena, revisitou os sítios em abrigos cadastrados por Saulo Augusto de Moraes da UNEMAT: Abrigo Morimã, Abrigo Ytatupã, Abrigo Kanerão, Sítio Kamassurí. Neles foram identificados artefatos cerâmicos e pinturas rupestres. As pinturas rupestres são, frequentemente, revisitadas pelos indígenas isolados que ocupam o “Pontal”. Durante as pesquisas, também foi cadastrado um novo sítio arqueológico, o Sítio Samaúma, onde foram identificados fragmentos de cerâmica, em superfície, e algumas depressões circulares.

Tabela 2: Sítios arqueológicos da bacia do Juruena

Número	Nome do Sítio Arqueológico	co_iphan	ds_classif
1	Sítio Arqueológico Catingueiro 1	MT5102637BAST00013	Pré-colonial
2	Sítio Arqueológico Cidezal 1	MT5102686BAST00001	Pré-colonial
3	Juruena 6	MT5102686BAST00037	Histórico
4	Abrigo Ytatupã	MT5100805BAST00001	Sem classificação
5	Abrigo Morimã	MT5100805BAST00002	Sem classificação
6	Abrigo Kanerão	MT5100805BAST00003	Sem classificação
7	Sítio Arqueológico Divisa 01	MT5102686BAST00006	Pré-colonial
8	Nuheranukisu	MT5103304BAST00001	Sem classificação
9	Prainha 1	MT5102637BAST00002	Sem classificação
10	São João 3	MT5102637BAST00003	Sem classificação
11	São João 4	MT5102637BAST00004	Sem classificação
12	Sacre 1	MT5102637BAST00005	Sem classificação
13	São João 2	MT5102637BAST00007	Sem classificação
14	Baruito 1	MT5102637BAST00008	Sem classificação
15	Jacutinga	MT5103502BAST00001	Pré-colonial
16	LAGE I	MT5105101BAST00002	Sem classificação
17	TATUÍ I	MT5105101BAST00003	Sem classificação
18	Abrigo 1	MT5102637BAST00001	Sem classificação
19	Rancho do Alexandrino	MT5105101BAST00004	Pré-colonial
20	Montovani	MT5105101BAST00005	Pré-colonial
21	Baruito II	MT5102637BAST00009	Sem classificação
22	ABRIGO PEIA VELHA	MT5102637BAST00010	Sem classificação
23	Kaiabi	AM1302900BAST00005	Sem classificação
24	Sítio Samaúma	MT5100805BAST00015	Sem classificação
25	FUNDÃO	MT5102637BAST00011	Pré-colonial
26	Jardim dos Seixos	MT5103502BAST00002	Pré-colonial
27	Ovni	MT5106224BAST00001	Sem classificação

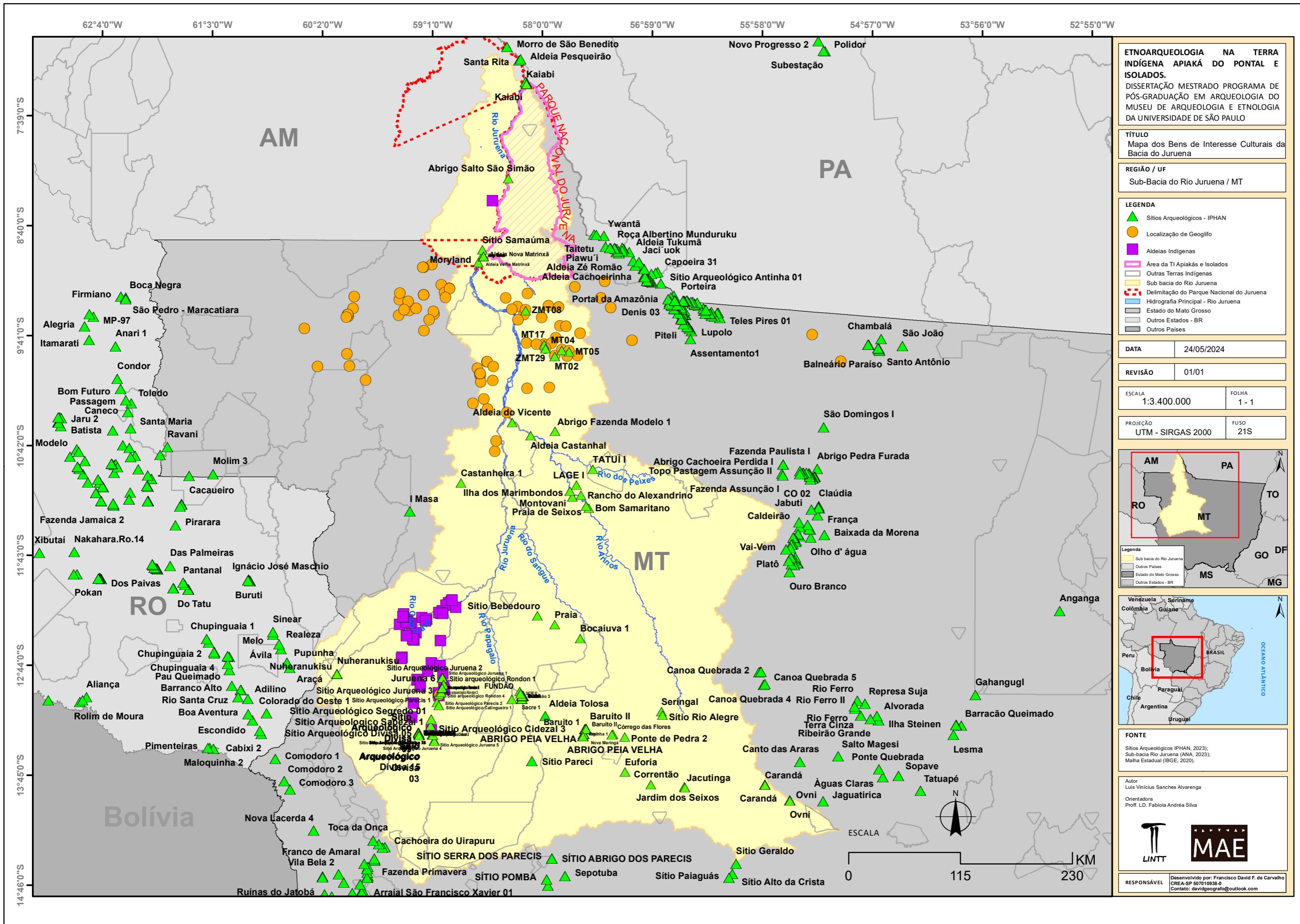
28	Carandá	MT5106224BAST00002	Sem classificação
29	Correntão	MT5107305BAST00001	Sem classificação
30	Moryland	MT5106158BAST00003	Pré-colonial
31	Abrigo Fazenda Modelo 1	MT5105101BAST00001	Sem classificação
32	Bocaiuva 1	MT5101902BAST00006	Pré-colonial
33	Praia	MT5101902BAST00007	Pré-colonial
34	Bom Samaritano	MT5105101BAST00006	Pré-colonial
35	Aldeia Velha Matrinxã	MT5106158BAST00001	Pré-colonial
36	Aldeia Nova Matrinxã	MT5106158BAST00002	Pré-colonial
37	Abrigo Salto São Simão	MT5100805BAST00016	Pré-colonial
38	São João 1	MT5101902BAST00001	Pré-colonial
39	São João 2	MT5101902BAST00002	Pré-colonial
40	São João 3	MT5101902BAST00003	Pré-colonial
41	São João 4	MT5101902BAST00004	Pré-colonial
42	São João 5	MT5101902BAST00005	Pré-colonial
43	SACRE 02	MT5102637BAST00012	Pré-colonial
44	Sitio Arqueológico Divisa 15	MT5102686BAST00020	Pré-colonial
45	Sítio Arqueológico Juruena 4	MT5102686BAST00038	Pré-colonial
46	Aldeia Castanhal	MT5105101BAST00009	Pré-colonial
47	Praia de Seixos	MT5105101BAST00008	Pré-colonial
48	Aldeia do Vicente	MT5105101BAST00010	Pré-colonial
49	Ilha dos Marimbondos	MT5105101BAST00011	Pré-colonial
50	Sítio Bebedouro	MT5101902BAST00008	Sem classificação
51	Sítio Arqueológico Parecis 1	MT5107875BAST00002	Pré-colonial
52	Seringal	MT5108907BAST00002	Pré-colonial
53	Córrego das Flores	MT5108907BAST00003	Pré-colonial
54	Ponte de Pedra 2	MT5108907BAST00005	Pré-colonial
55	Sítio Arqueológico Juruena 5	MT5102686BAST00039	Pré-colonial
56	Castanheira 1	MT5102850BAST00001	Pré-colonial
57	Sítio Rio Alegre	MT5108907BAST00001	Pré-colonial
58	Nova Maringá	MT5108907BAST00004	Pré-colonial
59	Euforia	MT5108907BAST00006	Pré-colonial
60	Sitio Arqueológico Divisa 16	MT5102686BAST00021	Pré-colonial
61	Sitio Arqueológico Divisa 23	MT5102686BAST00027	Pré-colonial
62	Sitio Arqueologico Sapezal 1	MT5102686BAST00004	Pré-colonial
63	Sítio Arqueológico Divisa 02	MT5102686BAST00007	Pré-colonial
64	Sítio Arqueológico Divisa 08	MT5102686BAST00013	Pré-colonial
65	Sitio Arqueologico Divisa 11	MT5102686BAST00016	Pré-colonial
66	Sítio Arqueológico Divisa 03	MT5102686BAST00008	Pré-colonial
67	Sitio Arqueológico Divisa 17	MT5102686BAST00022	Pré-colonial
68	Sitio Arqueológico Divisa 24	MT5102686BAST00028	Pré-colonial
69	Sitio Arqueológico Cidezal 2	MT5102686BAST00002	Pré-colonial

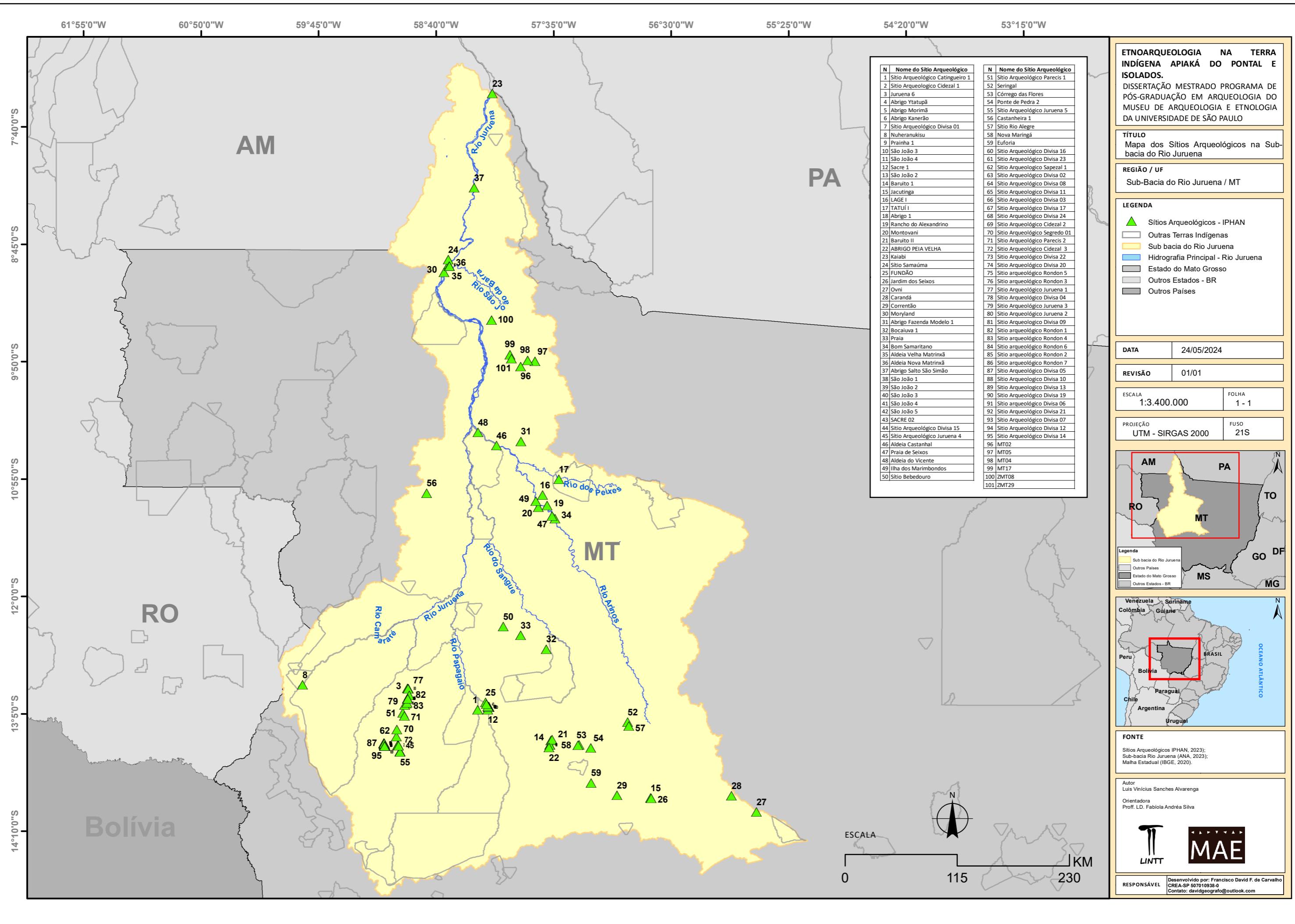
70	Sitio Arqueológico Segredo 01	MT5102686BAST00003	Pré-colonial
71	Sítio Arqueológico Parecis 2	MT5107875BAST00003	Pré-colonial
72	Sitio Arqueológico Cidezal 3	MT5102686BAST00036	Pré-colonial
73	Sitio Arqueológico Divisa 22	MT5102686BAST00026	Pré-colonial
74	Sitio Arqueológico Divisa 20	MT5102686BAST00024	Pré-colonial
75	Sitio arqueológico Rondon 5	MT5102686BAST00033	Pré-colonial
76	Sitio arqueológico Rondon 3	MT5102686BAST00031	Pré-colonial
77	Sitio Arqueológico Juruena 1	MT5107875BAST00004	Pré-colonial e Histórico
78	Sítio Arqueológico Divisa 04	MT5102686BAST00009	Pré-colonial
79	Sitio Arqueológico Juruena 3	MT5107875BAST00008	Pré-colonial e Histórico
80	Sitio Arqueológico Juruena 2	MT5107875BAST00005	Pré-colonial e Histórico
81	Sitio Arqueológico Divisa 09	MT5102686BAST00014	Pré-colonial
82	Sitio arqueológico Rondon 1	MT5102686BAST00029	Pré-colonial
83	Sitio arqueológico Rondon 4	MT5102686BAST00032	Pré-colonial
84	Sitio arqueológico Rondon 6	MT5102686BAST00034	Pré-colonial
85	Sitio arqueológico Rondon 2	MT5102686BAST00030	Pré-colonial
86	Sitio arqueológico Rondon 7	MT5102686BAST00035	Pré-colonial
87	Sítio Arqueológico Divisa 05	MT5102686BAST00010	Pré-colonial
88	Sítio Arqueológico Divisa 10	MT5102686BAST00015	Pré-colonial
89	Sitio Arqueológico Divisa 13	MT5102686BAST00018	Pré-colonial
90	Sitio Arqueológico Divisa 19	MT5102686BAST00023	Pré-colonial
91	Sítio arqueológico Divisa 06	MT5102686BAST00011	Pré-colonial
92	Sitio Arqueológico Divisa 21	MT5102686BAST00025	Pré-colonial
93	Sítio Arqueológico Divisa 07	MT5102686BAST00012	Pré-colonial
94	Sitio Arqueológico Divisa 12	MT5102686BAST00017	Pré-colonial
95	Sitio Arqueológico Divisa 14	MT5102686BAST00019	Pré-colonial
96	MT02	MT5106158BAST00006	Pré-colonial
97	MT05	MT5106158BAST00008	Pré-colonial
98	MT04	MT5106158BAST00007	Pré-colonial
99	MT17	MT5106158BAST00009	Pré-colonial
100	ZMT08	MT5106158BAST00004	Pré-colonial
101	ZMT29	MT5106158BAST00005	Pré-colonial

Como demonstrado, após décadas da publicação dos primeiros textos sobre a arqueologia da região do Juruena, o conhecimento arqueológico continua sendo incipiente para o IPHAN, para a academia e para a população em geral.

Por outro lado, as demandas indígenas pelo conhecimento arqueológico e por conhecer a disciplina arqueológica, demonstram que apesar de ter havido pouco investimento nas pesquisas arqueológicas nesta região, as mesmas tem o potencial de gerar resultados positivos para a luta desses povos.

A possibilidade de associar suas memórias, seus locais de vivência e a materialidade arqueológica é o que motiva a busca dos indígenas por parcerias e pesquisas em seus territórios. Reconhecer um sítio arqueológico situado no interior de um território indígena é, necessariamente, reconhecer que aquele território contém uma história indígena e que, portanto, não é e nem nunca foi um lugar “vazio” de pessoas.





Capítulo 4 – A Paisagem Cultural

Nesse capítulo, vamos apresentar os lugares significativos e sítios arqueológicos identificados na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados. Essa identificação resultou das pesquisas de campo feitas nos anos de 2017 e 2019, bem como da consulta aos dados do RCID da T.I. de 2011, no qual constam os lugares de importância para o povo Apiaká, em áreas não abordadas por nossas etapas de campo.

A primeira etapa de campo ocorreu no ano de 2017 e se resumiu a conhecer a região do Salto Augusto. A segunda ocorreu em 2019 quando fomos convidados a participar de uma expedição com os moradores da aldeia Matrinxã, que subiriam o rio Matrinxã (São João da Barra) até a altura do Córrego da Cobras, para que os jovens apiakás pudessem conhecer o território e descer o rio Juruena, até a boca do rio São Tomé.

4.1 Expedições na T.I. Apiaká do Pontal e Isolados

A área de pesquisa é caracterizada por uma Terra Indígena que abriga o povo Apiaká e povos isolados e se situa no interflúvio dos rios Juruena e Teles Pires. O Juruena, com 1.080 km de extensão, nasce nas encostas setentrionais da Serra dos Parecis, em altitudes próximas a 700m. A paisagem da região é caracterizada pela presença da Serra dos Apiacás, que se estende no sentido Leste-Oeste. Essa Serra constitui o divisor de águas dos rios Juruena e Teles Pires e separa também os afluentes desses rios.

Pesquisas realizadas em âmbito da Arqueologia de contrato, para as obras da UHE São Manoel, revelaram grande densidade de sítios arqueológicos no alto da Serra dos Apiacás, na altura do rio Teles-Pires. Os sítios identificados também nos estudos da UHE Teles Pires são reivindicados pelos povos Apiaká e Munduruku. Essa relação dos indígenas com a materialidade exposta por estudos arqueológicos reforça o pertencimento territorial desses coletivos.

As viagens para a Aldeia Matrinxã são feitas em parte de carro e em parte de barco. Saímos de Cuiabá, tendo a primeira parada em Juara e depois em Nova Bandeirantes. O caminho em 2017 e 2019 a partir de Nova Bandeirantes, seguiu para o porto do “Garimpo Juruena”, esse caminho é constituído majoritariamente de estradas rurais, e atravessa toda a extensão do garimpo por estradas precárias. O contexto, para quem faz trabalho indigenista, não é dos melhores, tanto que em 2022, quando retornamos, após a pandemia, pra dar devolutivas aos indígenas apiakás e conversar sobre o projeto de mestrado, fizemos um outro

caminho evitando a rota pelo garimpo e fazendo uma maior extensão de voadeira. A diferença de tempo é a seguinte: em 2019 levamos de 45 min à uma hora de barco, em 2022, levamos aproximadamente 3 horas.

Outra importante referência da ocupação tradicional do povo Apiaká, na região, é o trabalho etnográfico de Curt Nimendajú, que aponta a presença de indígenas apiakás entre os Kawahiwa, os Tapayuna e os Munduruku.(Figura 41)

A aldeia Matrinxã está implantada na margem direita do rio São João da Barra ou Matrinxã, como é denominado pelos próprios indígenas apiakás, ficando próxima à primeira corredeira, situada rio acima, a partir da foz com o rio Juruena, em um terraço existente entre a margem do rio e o início da elevação da vertente da Serra dos Apiacá.



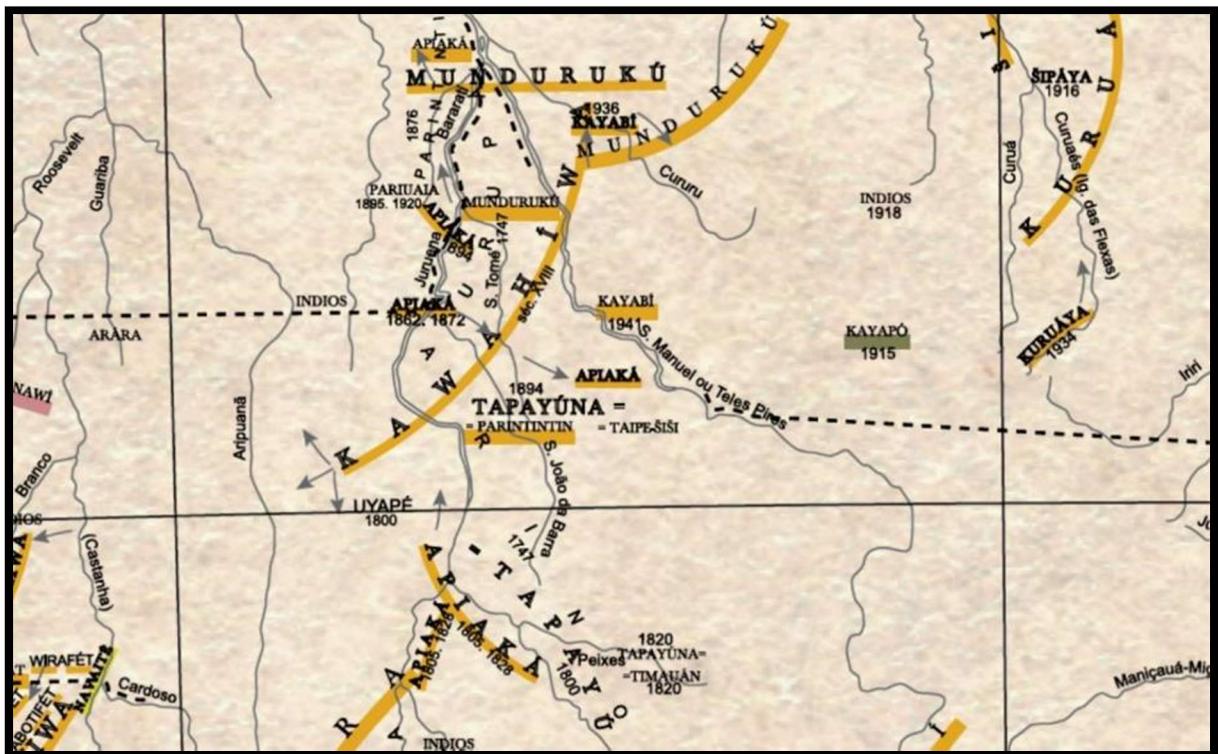
Figura 43: Área com mata derrubada para formação de roça. (Autor, 2019)



Figura 44: Construção de casa de madeira e palha. (Autor, 2019)



Figura 45: Visão geral da aldeia Matrinxã a partir de oeste para leste (Autor, 2019)



rupestres, localizados acima do salto próximo às corredeiras do rio Juruena. Outros relatos permitiram identificar um sítio localizado na margem direita do rio Juruena, na altura do Salto Augusto.

Visitamos os sítios em abrigo e observamos sítios multicomponenciais, nos quais chamaram a nossa atenção, as pinturas rupestres e os vestígios de cerâmica, na superfície dos abrigos Morimã, Ytatupã e Kanerão.

Expedição de 2019

Em 2019, a equipe revisitou os sítios em abrigos identificados na expedição de 2017. Esses sítios já haviam sido cadastrados no CNSA pelo arqueólogo da UNEMAT da cidade de Juara, Saulo Augusto de Moraes: Abrigo Morimã, Abrigo Ytatupã, Abrigo Kanerão, Sítio Kamassurí. A primeira atividade foi a apresentação dos objetivos do trabalho e a metodologia para a comunidade da aldeia Matrinxã. Para isso, preparamos mapas da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, a fim de que fossem apontados locais de interesse dos indígenas e planejar a estratégia de campo.

A participação foi bastante efetiva, sobretudo dos mais velhos e líderes da comunidade. Robertinho, Roberto, Erivaldo e Pororoca apontaram os principais saltos no rio Juruena e outros pontos no interior da Terra Indígena, mas que não poderiam ser visitados naquela etapa, dada a distância da aldeia. Um dos principais locais apontados como sendo de potencial para a identificação de antigas aldeias e possíveis sítios arqueológicos foi o rio São Tomé, que também aparece identificado no mapa de Nimuendajú, como sendo um território ocupado pelos indígenas apiakás.

Foram apontadas, também, algumas corredeiras e cachoeiras ao longo do rio Juruena, como de importância para história Apiaká, como Salto Augusto, Poço da Piraíba, Paredão, Cachoeira Santa Úrsula, Cachoeira São Rafael e Canal do Inferno, São Florêncio e Salto São Simão.

Muitos dos locais apontados são cachoeiras que coincidem com os lugares apontados, no século XIX, como marcos pela dificuldade de serem transpostos, como apresentado por Rodrigues (1875, pag.119).

“Dahi começa uma serie, quasi que não interrompida de cachoeiras, mais ou menos perigosas, mas pelas quaes se desce, ajudado á sirga, ou somente à zinga, que terminam- se no Salto de S. Simão. Pela ordem natural são estas:

Tucurizal, Furnas, Salsal, Rebojo, Banquinho, Lage de S. Lucas, Saival, Dobrarão, S. Gabriel, Raphael, Santa Iria, Banco de Santa Ursula, Canal do Inferno, Misericórdia, S. Floreucio, Labyrinto, Salto de S. Simão. Destas as mais perigosas são as da Misericórdia e S. Simão compostas de várias cachoeiras, que se precipitam umas após outras, até chegarem a umas ilhas rochosas" (Rodrigues, 1875, pag.119)

Para a expedição no rio Matrinxã tínhamos o objetivo de chegar até a boca do córrego das Cobras, passando por alguns saltos e corredeiras. Segundo o cacique Roberto Morimã: "o rio Matrinxã tem muitos lugares importantes pra nós Apiaká. Não é um lugar só. É tudo importante, os lugares de pesca, as corredeiras, tem muita história".

A partir da reunião inicial ficou acordado que a subida do rio Matrinxã e a descida do rio Juruena teriam um ritmo de parada e prospecção determinado pelos indígenas que apontariam os locais de aldeias antigas e com algum significado para a história cultural do povo Apiaká.



Figura 47: Conversa inicial na aldeia Matrinxã, apontamento de lugares significativos e planejamento das incursões. (Adriano Gambarini, 2019)



Figura 48: Conversa inicial na aldeia Matrinxã, apontamento de lugares significativos e planejamento das incursões. (Adriano Gambarini, 2019)

4.2 Rio Matrinxã e seus lugares significativos.

Partimos cedo para a expedição da subida do rio Matrinxã, no dia 20 de julho, com intuito de chegar na barra do igarapé das Cobras e, no dia seguinte, voltar fazendo paradas para prospecção e coleta de informações.

A equipe foi formada por Robertinho Apiaká, Roberto Apiaká, Edevam Apiaká, Elivan Apiaká, Ezequiel, Apiaká, Ernandes Apiaká, Nildo Apiaká, Andrei Apiaká, Marcos Apiaká, Rosinei Apiaká, Gustavo Kaiabi, Ricardo Carvalho, Adriano Gambarini. Ao longo do caminho, paramos em alguns pontos para registro, mas sem descer do barco.

A expedição no rio Matrinxã não ocorreu como o esperado, pois planejávamos ter um dia todo para subir o rio e alcançar o córrego das Cobras. Porém, na metade do caminho a equipe se deparou com um ponto de pesca ilegal.

Todos os integrantes da viagem desceram dos barcos e adentraram no acampamento dos pescadores. Cabe dizer que a margem esquerda do rio Matrinxã está fora da Terra Indígena delimitada, mas está dentro do Parque Nacional do Juruena. A margem do rio pode ser acessada por uma estrada interna, no Parque, e há recorrência do uso dessa estrada não apenas por pescadores mas por pessoas com interesse de sondar o território em busca de madeira e pontos de garimpo.

Exatamente, no final da estrada interna do Parque, estava o acampamento dos pescadores. O acampamento estava montado a poucos metros da barranca do rio, em uma porção elevada do terreno, e havia 4 ou 5 barracas e duas caminhonetes. Na caçamba das caminhonetes havia isopores com gelo abarrotados de peixes e dois jacarés.

Diante da situação foi tomada a decisão de levar os isopores para a sede do ICMBio, para que os funcionários pudessem autuar os pescadores. Nesse período, estava em negociação a gestão conjunta do território, onde o parque e a terra indígena se sobrepõe.

A demora nos trâmites com o pescado impossibilitou a continuidade da subida do rio Matrinxã.

Os lugares apontados pelos indígenas, em geral, se tratavam de mudanças e nuances na paisagem e que podem ter algum significado cultural, estando associados a acontecimentos históricos, práticas de caça e pesca ou de coleta de sementes e frutas. Na sequência do texto vamos apontar tais lugares e descrever-los.



Figura 49: Subida do rio em direção ao Córrego das Cobras. (Autor, 2019)

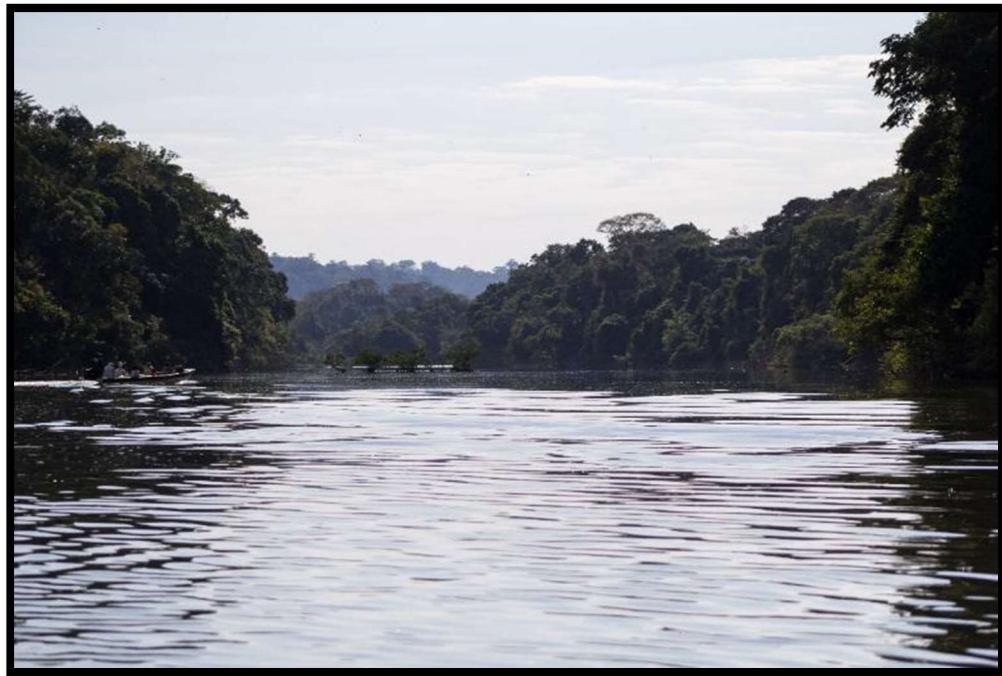


Figura 50: Paisagem do Rio São João da Barra ou Matrinxã. (Autor, 2019)

Corredeira da Anta, coordenadas 21L 332049 / 9007116,

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. Não é possível atravessar navegando com a voadeira, pois o motor precisa ser levantado e puxado com cordas. Trata-se de um bom ponto de pesca.



Figura 51: Corredeira da Anta. (Autor, 2019)

Corredeira Rasteira, coordenadas 21L 335035 / 9009752

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. É possível atravessar navegando com o motor destravado e levantado. Trata-se de um bom ponto de pesca.



Figura 52: Corredeira Rasteira. (Autor, 2019)

Estirão, coordenadas 21L 335374 / 9010525

Porção retilínea do rio onde as águas ficam calmas.

Adeus Mamãe, coordenadas 21L 336391 / 9010612

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. É possível atravessar navegando com o motor destravado e levantado. Trata-se de um bom ponto de pesca.

Capoeira 1, coordenadas 21L 338615 / 9010827

Local apontado por Roberto Morimã como uma capoeira. Trata-se de uma possível aldeia abandonada.

Aldeia Rocildo, coordenadas 21L 342175 / 9008711

Local onde foi iniciada a implantação de uma nova aldeia Apiaká. Um terraço na margem direita do rio Matrixã onde aparecem árvores que foram derrubadas no início da

abertura da aldeia. Percorremos o local em busca de vestígios arqueológicos em superfície, porém a cobertura vegetal densa impossibilitou a identificação dos mesmos. Não há relatos dos indígenas sobre a existência de vestígios materiais.



Figura 53: Clareira da Aldeia do Rocildo (Autor, 2019)

Capoeira 2, coordenadas 21L 345229 / 9008990

Local apontado por Roberto Morimã como uma capoeira. Trata-se de possível aldeia abandonada.

Córrego, coordenadas 21L 340011 / 9007536

Este córrego está ligado a uma história contada pelo Sr. Roberto Morimã. Segundo ele, muitos anos atrás, quando ele tinha 10 anos de idade, aproximadamente, e morava na aldeia Nova Esperança, ouviu de indígenas rikbaktsa que havia um barreiro na cabeceira do córrego e que indígenas apiakás tinham sido ali avistados. Então, Roberto e outros indígenas apiakás partiram para explorar a área, e caminharam durante 5 dias pela margem sem conseguir encontrar os indígenas do relato. Ao saírem na boca do córrego com o rio Matrinxã, que estava muito seco porque era mês de setembro, cortaram uma árvore de araparí e partiram de volta pra aldeia, o que levou três dias de viagem. Eles contam que o Padre Eugênio andava por esse córrego.

4.3 Rio Juruena e seus lugares significativos.

Assim como na subida do rio Matrinxã, o ritmo de descida e locais de parada no rio Juruena foi definido pelos indígenas apiakás que faziam parte da expedição. Seguindo a lógica do trabalho, que é construir um resultado calcado na iniciativa e a partir do conhecimento tradicional sobre o território, a escolha sobre o que se quer documentar partiu dessa lógica. Desse modo, a descida do rio se deu de forma a percorrer a maior distância identificando os lugares de interesse. A seguir, vamos detalhar os pontos indicados.

A equipe foi formada por Robertinho Apiaká, Roberto Apiaká, Elivan Apiaká, Ernandes Apiaká, Nildo Apiaká, Gustavo Kaiabi, Ricardo Carvalho, Adriano Gambarini e Luis Vinicius Sanches Alvarenga.

Salto Augusto, coordenadas 21L 328184 / 9016129

A paisagem da região é caracterizada pela presença da Serra dos Apiacás, que se estende no sentido Leste-Oeste. Essa serra constitui o divisor de águas dos rios Juruena e Teles Pires e separa também os afluentes desses rios.

Em virtude de seccionarem estruturas dobradas da Serra dos Apiacás, esses rios apresentam várias corredeiras em vales fechados em “V”, às vezes, formando cânions (ICMBIO, 2011). O Salto Augusto é formado no ponto onde o rio Juruena transpõe a formação rochosa que forma a Serra dos Apiacás, sendo um marco paisagístico muito importante para as populações tradicionais da região.

Como apontado na primeira expedição em 2017, o Salto Augusto é um marco territorial importantíssimo para o povo Apiaká. Associado a ele, há relatos sobre os rituais de passagem para a vida adulta e de purificação dos guerreiros após as batalhas. A identificação de sítios arqueológicos, no entorno dessa paisagem, demonstra a relação histórica dos indígenas apiakás com o local.



Figura 54: Paisagem no entorno do Salto Augusto ao amanhecer. (Autor 2019)



Figura 55: Salto Augusto ao amanhecer. (Autor, 2019)

Remanso da Cobra Grande, coordenadas 22J 344322 / 9028074

O local é citado como morada de uma grande cobra. Segundo os indígenas apiakás, um pajé se transformou em cobra e mora ali até hoje, conforme o relato do cacique Roberto

Morimã: “Parece que tinha caído um pajé ali que ia descendo, caiu e sumiu. E os pajés nossos mesmos falaram que ele ia virar uma serpente. Então, a gente tem essa história. Mas pra tirar ele dali tem que ter uma arco e uma flecha. Ele fica bem no pé de uma figueira e, se a gente furar os olhos dele, ele vira gente. Mas nós não vai fazer isso né.”



Figura 56: Remanso da Cobra Grande. (Autor, 2019)

Caverna da Onça, coordenadas 21L 331142 / 9016582

Cavidade natural que teria sido utilizada, em tempos remotos, para se esconder e fazer guerra.



Figura 57: Caverna da onça. (Autor, 2022)

Poço da Piraíba, coordenadas 21L 338601 / 9021763

Porção larga do rio Juruena onde é relatada a existência de uma grande piraíba que pode engolir um homem. Esse trecho é conhecido entre os indígenas apiakás e serve de referência na paisagem.



Figura 58: Poço da Piraíba. (Autor, 2019)

Cachoeira Comprida, coordenadas 21L 349461 / 9032880

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. Não é possível atravessar navegando com a voadeira. O motor precisa ser levantado e puxado com cordas. Trata-se de um bom ponto de pesca.

Paredão, coordenadas 21L 342208 / 9028001

Formação rochosa que forma um paredão à margem do rio Juruena. Na sequência, há uma corredeira navegável.

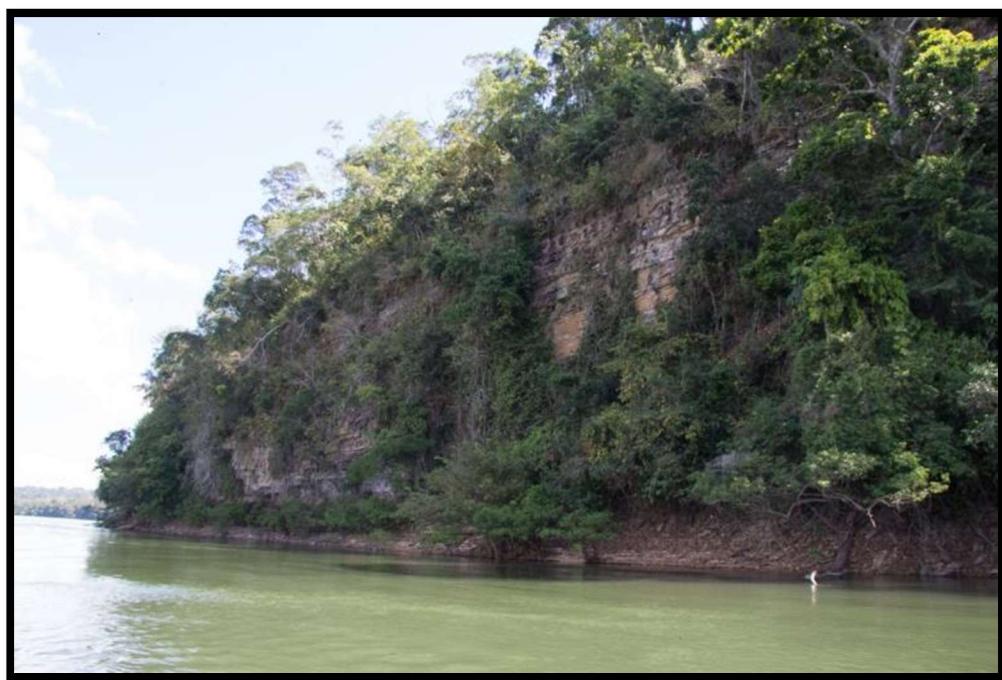


Figura 59: Paisagem do Paredão. (Autor, 2019)

Cachoeira Santa Úrsula, coordenadas 21L 342132 / 9037054

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. Não é possível atravessar navegando com a voadeira. O motor precisa ser levantado e puxado com cordas. Trata-se de um bom ponto de pesca.

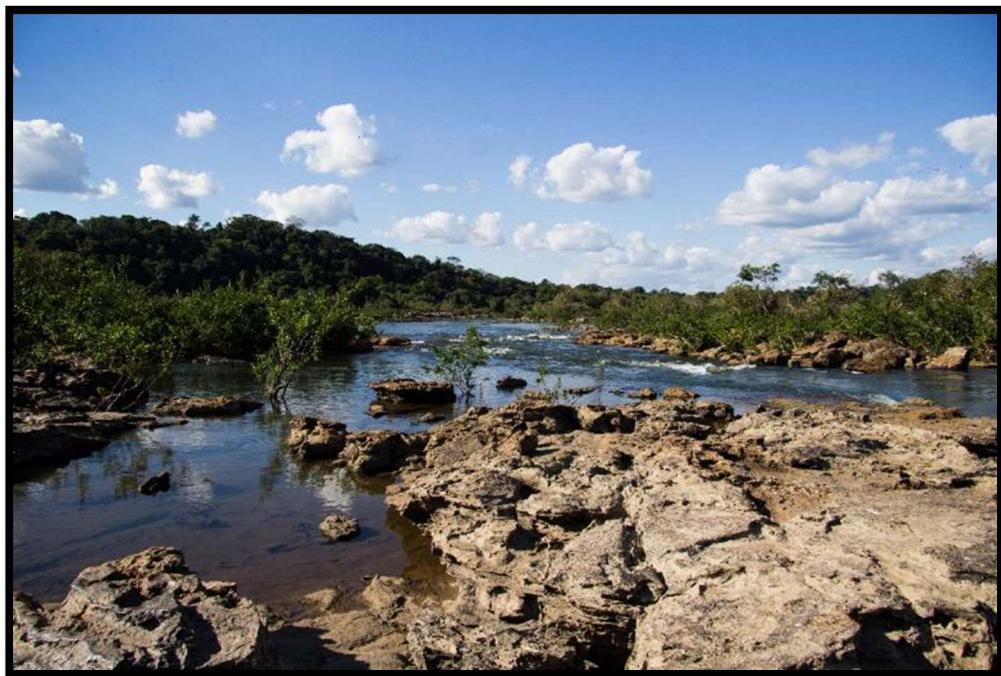


Figura 60: Cachoeira Santa Úrsula. (Autor, 2019)

Cachoeira São Rafael, coordenadas 21L 344482 / 9045037

Afloramento rochoso que forma uma corredeira no leito do rio. Não é possível atravessar navegando com a voadeira. O motor precisa ser levantado e puxado com cordas. Trata-se de um bom ponto de pesca.



Figura 61: Cachoeira São Rafael. (Autor, 2019)

Córrego Matrinxã, coordenadas 21L 328184 / 9016129

Córrego relatado por Roberto Morimã como tendo uma importância histórica para os indígenas apiakás. Seu pai falou sobre este local na primeira vez em que subiram o Juruena, saindo das aldeias no rio Teles Pires, no sentido sul.

Segundo Roberto, o córrego é um local tradicional de passagem dos indígenas apiakás que andavam por todo o território. Hoje, Roberto acredita que o córrego pode estar sendo utilizado por índios isolados.

Nossa expedição parou em dois momentos para prospectar no local, ou seja, na descida e na subida do rio Juruena. Na descida do rio, apenas Roberto e eu subimos o rio por cerca de 1 quilômetro. No início, o leito do rio é tomado por blocos rochosos de forma arredondada e as margens são cobertas por floresta.

Essa conformação dificulta a observação de eventuais vestígios no solo. Mais adiante rio adentro, as margens são cobertas por campos de cerrado e a rocha aflora de forma retilínea formando uma corredeira com feições de degraus; uma paisagem exuberante.

Na primeira incursão, identificamos vestígios de lascamento em um ponto dos afloramentos. Junto a esse ponto de lascamento havia um seixo com marcas de polimento. Ambas as marcas parecem recentes, pois não contêm pátina e, assim, podem estar associadas a atividades recentes. Os indígenas interpretaram essas marcas como tendo sido produzidas pelos indígenas isolados que habitam a região.

Na segunda incursão, quase todos os membros da equipe subiram o córrego motivados pela vontade de identificar mais vestígios que pudesse estarem ligados aos indígenas isolados e ver os vestígios já identificados. Na ocasião, foi observada uma mancha de mata queimada e uma canela-de-ema (*Vellozia squamata*) com marca de corte. Todos andamos no entorno em busca de mais vestígios associados aos achados, porém mais nada foi identificado.

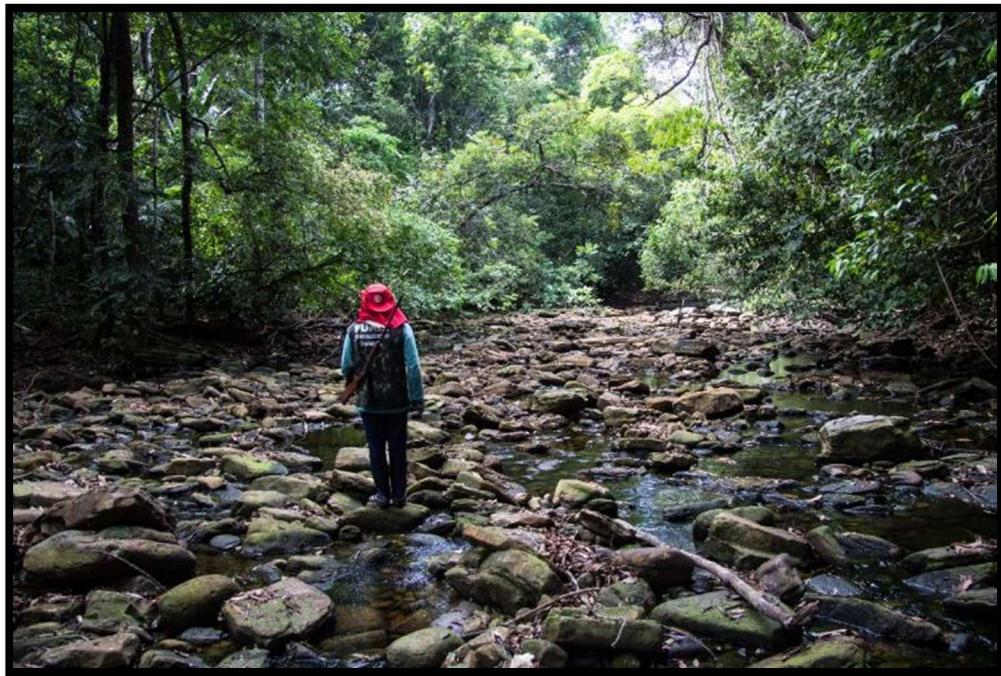


Figura 62: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)



Figura 63: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)



Figura 64: Paisagem no córrego Matrinxã. (Autor, 2019)



Figura 65: Paisagem no córrego Matrinxã. Afloramento de rocha lascada (Autor, 2019)

Canal do Inferno, coordenadas 21L 328184 / 9016129

Afloramento rochoso que forma um estreitamento no lado esquerdo do rio Juruena. Não é possível atravessar navegando com a voadeira. O motor precisa ser levantado e puxado com cordas. A parte de cima do canal é um lugar muito bom pra pesca.

Este canal foi retratado no livro de Hercules Florence (2007) que descreve a formação como “grande cachoeira chamada *Canal do Inferno*, cujo estrondo ao longe ecoa” (Florence, 2007, p. 248)

Nossa expedição terminou nessa paisagem belíssima e que nos colocou dificuldades intransponíveis. Era muito difícil transpor a cachoeira e, depois, retornar com a quantidade de combustível levada.



Figura 66: Canal do Inferno. Equipe no final da Expedição, Roberto, Ricardo, Robertinho, Elivan, Gustavo, Ernandes e Nildo.

4.4 Sítios Arqueológicos

Sítio Abrigo Morimã, coordenadas 21 L 329657 / 9011505

Abrigo sob rocha com pinturas rupestres de coloração vermelha, sendo a maior parte geométricas, associadas aos vestígios cerâmicos. Este sítio apresenta a presença de cupins sobre algumas pinturas. O sítio foi cadastrado em 2017 e revisitado em 2019 e 2022. As revisitas ao

sítio se deram para verificar as condições em que as pinturas se encontram, desde a última visita e o cadastramento. Em 2017, identificamos que havia uma grande quantidade de cupins estabelecidos no abrigo. Durante o campo não identificamos aumento dos cupinzeiros, porém, ainda assim, seria recomendada a descupinização de todo o local.



Figura 67: Modelo 3D do Abrigo Morimã (Luis Vinícius Sanches Alvarenga, 2017).



Figura 68: Grafismo Abrigo Morimã (Autor, 2017).



Figura 69: Grafismo Abrigo Morimã (Autor, 2017).



Figura 70: Painel com decalque digital (Luis Vinícius Sanches Alvarenga, 2017).

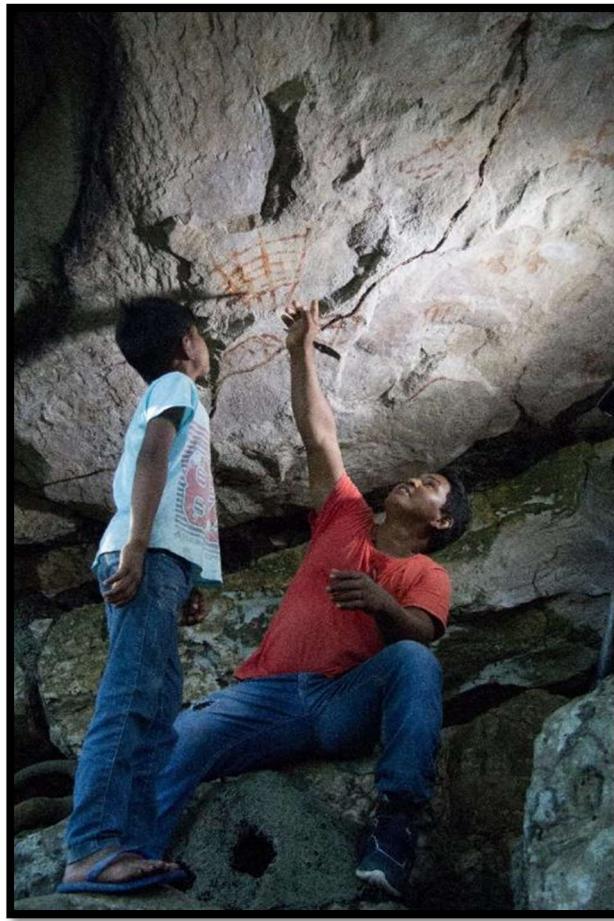


Figura 71: Edvan Morimã mostrando os grafismos para seu filho Kawê (Autor, 2019).

Aldeia Matrinxã

Na aldeia Matrinxã, em 2019, existiam cerca de 25 casas e as roças já estavam produzindo mandioca, milho, banana, dentre outros alimentos. Viviam na aldeia, aproximadamente, 80 pessoas, e já havia sido instalada uma escola.

A aldeia segue o formato do terraço que se alonga entre o sopé da Serra dos Apiacás e a margem do rio. Robertinho Morimã, Roberto e Erivaldo Morimã disseram que o formato das aldeias são conforme o terreno e que esta aldeia não avançaria sobre a serra. Ela cresceria no sentido paralelo à margem do rio. Cacique Roberto afirma que para escolher o lugar da aldeia eles preferem um barranco alto e próximo à margem do rio.

Na extremidade oeste da aldeia, onde estão implantadas as roças de banana e mandioca, identificamos um sítio arqueológico composto por fragmentos de cerâmica dispostos na superfície limpa do solo, próximo a casa do Erivaldo.

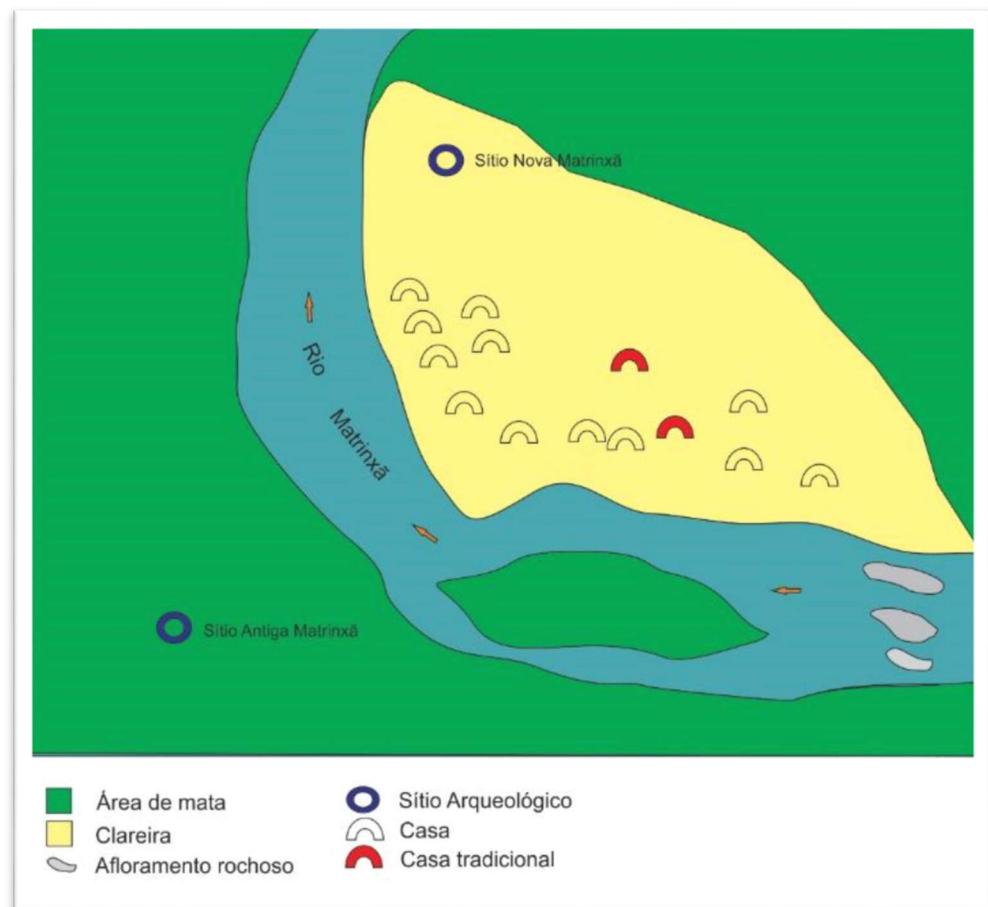


Figura 72: Croqui da aldeia Matrinxã. (Elaborado pelo autor, 2019)



Figura 73: Início da Aldeia Matrinxã. (Autor 2017)



Figura 74: Vista Geral da Aldeia Matrinxã (Autor, 2019)



Figura 75: Vista Geral da Aldeia Matrinxã para rio São João da Barra (Autor, 2019).

Sítio Arqueológico Nova Matrinxã

Este sítio arqueológico está implantado na porção oeste da aldeia Matrinxã. A área da aldeia está sendo expandida e há roças de mandioca e banana. Na área encontram-se fragmentos

de cerâmica de tamanhos distintos em espessura e extensão, podendo variar de 0,3 cm a 2,0 cm de espessura e de 2 cm a 10 cm de extensão. Os fragmentos têm alisamento na parte interna e externa e não foi possível observar mais tratamentos de superfície e nem decorações. A maior parte dos vestígios são de parede. Foram identificadas uma base e algumas bordas com lábios arredondados. A técnica utilizada é a de roletes, também conhecida como técnica de acordelamento. A técnica de roletes caracteriza-se pela sobreposição de roletes de argila, unidos com os dedos ou instrumentos como fragmentos de cabaça e seixos rolados.



Figura 76: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã Adriano Gambarine e Erivaldo (Autor, 2019).



Figura 77: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)



Figura 78: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)



Figura 79: Implantação do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Adriano Gambarini, 2019)



Figura 80: Registro de peça do sítio arqueológico Nova Matrinxã (Autor, 2019).

Sítio Arqueológico Velha Matrinxã

O sítio arqueológico Velha Matrinxã foi identificado graças à indicação dos moradores da Aldeia Matrinxã, que encontraram vestígios de cerâmica, durante a atividade de coleta de castanhas. O sítio localiza-se na margem esquerda do rio Matrinxã, na confluência entre ele e

o rio Juruena, em um terraço amplo e plano coberto por floresta madura. O ponto onde foram identificados vestígios em superfície está a mais de 100 metros da margem do rio.

A visibilidade de vestígios é prejudicada pela espessa camada de serapilheira. Ao afastar um pouco as folhas, observa-se com facilidade a grande quantidade de fragmentos sobre o solo.

Destaca-se na paisagem um montículo de terra e cerâmica ao lado de um buraco coberto por folhas. Essa formação chama a atenção por apresentar uma estrutura antrópica. Na interpretação dos indígenas apiakás que nos acompanharam trata-se de um sepultamento que pode estar associado a um processo pós-deposicional. Ou seja, pela queda de uma árvore, sendo que os fragmentos ficaram presos nas raízes causando um buraco. Posteriormente, com a decomposição da árvore formou-se o montículo; veja abaixo a figura desenhada no caderno de campo. No próprio sítio vimos uma árvore recentemente caída que continha fragmentos presos às raízes, porém em menor quantidade.

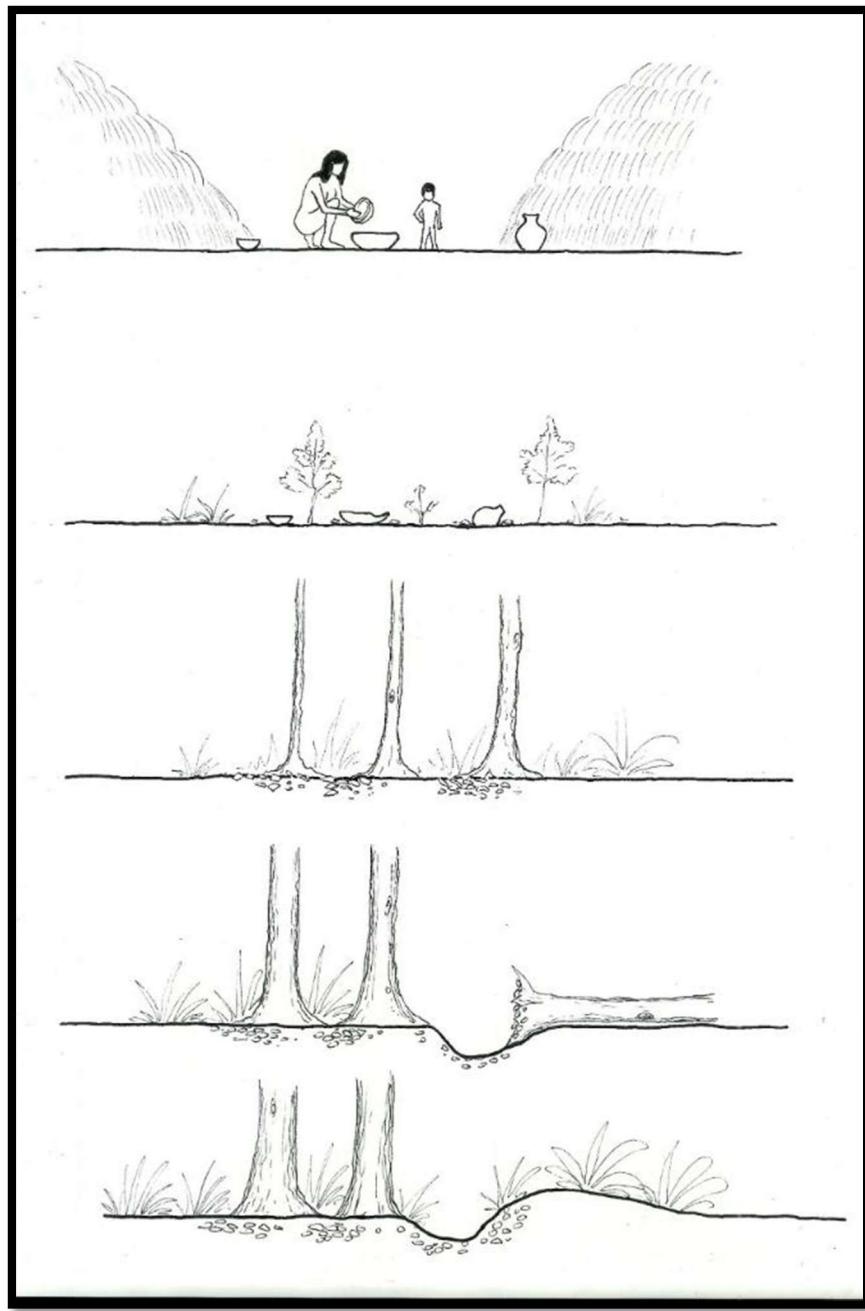


Figura 81: Croqui interpretativo de possível processo formativo do sítio arqueológico. (Croqui elaborado Everaldo Cristiano Silva, 2022)

- A) Utensílios em seu contexto sistêmico, quando ainda estavam em uso.
- B) Após abandono da aldeia ocorre a fragmentação dos vasilhames de cerâmica e início da formação da capoeira.
- C) Os cacos são cobertos pelo solo e as árvores crescem formando novamente a floresta.
- D) Queda natural de árvores com os fragmentos presos às raízes.
- E) Contexto arqueológico atual do sítio: solo alterado devido à queda da árvore e maior concentração dos vestígios.



Figura 82: Fragmento de base trapezoidal (Autor, 2019)



Figura 83: Fragmento de base trapezoidal (Autor, 2019)



Figura 84: Montículo de terra com fragmentos cerâmicos. (Autor, 2019)



Figura 85: Detalhe de fragmento cerâmico, porção superior com borda, face externa. (Autor, 2019)



Figura 86: Detalhe de fragmento cerâmico, porção superior com borda face interna. (Autor, 2019)



Figura 87: Vice cacique Robertinho Morimã junto à montículo com cerâmica. (Autor, 2019)



Figura 88: Arvore caída com a formação de depressão no solo. (Autor, 2019)



Figura 89: Fragmento de cerâmica presa na raiz da árvore após queda. (Autor, 2019)

Sítio Arqueológico Samaúma

Coordenadas 21 329054 / 9017029

Sítio arqueológico implantado em terraço na margem direita do rio Juruena, na altura do Salto Augusto. Ele é caracterizado por vestígios cerâmicos observados em superfície e em

depressões circulares com cerâmica. Ele foi reconhecido pelos indígenas como uma antiga aldeia apiaká. Há mais de um relato sobre a existência de uma aldeia apiaká nas proximidades ao Salto Augusto.



Figura 90: Fragmento de cerâmica identificado em superfície do sítio Samaúma. (Autor, 2017)



Figura 91: Sítio Samaúma, Luis Vinicius e Cacique Roberto. (Juliana Almeida, 2017)



Figura 92: Sítio Samaúma, fragmentos de cerâmica na mão de Cacique Roberto. (Juliana Almeida, 2017)



Figura 93: Sítio Samaúma, depressão com vestígios cerâmicos, a serapilheira foi limpa para evidenciar. (Michel de Andrade, 2017)



Figura 94: Sítio Samaúma, equipe da OPAN Ricardo Carvalho, Rodrigo, Juliana Almeida, Michel Andrade (Autor, 2017)

Abrigo Kanerão

Coordenadas: 21 L 329425 / 9011643

Abrigo sob rocha com diferentes tipos de desenhos de pintura rupestre em bom estado de conservação e com variações de diâmetro entre 10cm a 60cm. Em alguns pontos há gravuras e grandes quantidades de cerâmica. O piso do abrigo é caracterizado por apresentar um sedimento areno-argiloso marrom escuro. Também há um afloramento rochoso e sobre ele, assim como sobre o solo, observamos a presença de cerâmica.



Figura 95: Pinturas do Abrigo Kanerão (Autor, 2017)



Figura 96: Cerâmica identificada em superfície do Abrigo Kanerão (Autor, 2017)



Figura 970: Cerâmica identificada em superfície do Abrigo Kanerão (Autor, 2017)



Figura 981: Abrigo Kanerão indígenas no sítio arqueológico, Cacique Roberto, Gustavo. (Autor, 2017)

Abrigo Ytatupã

Coordenadas: 21L 329488 / 9011666

O sítio é caracterizado por um abrigo sob rocha, com grafismos rupestres em suas paredes internas. Foram observadas gravuras com características geométricas. Chama a atenção a quantidade de gravuras em cor branca e a coloração escura da rocha arenítica. O solo do abrigo é caracterizado por sedimento areno-argiloso marrom escuro, e sobre o solo observamos a presença de cerâmica.



Figura 99: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017)



Figura 100: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017)



Figura 101: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017)

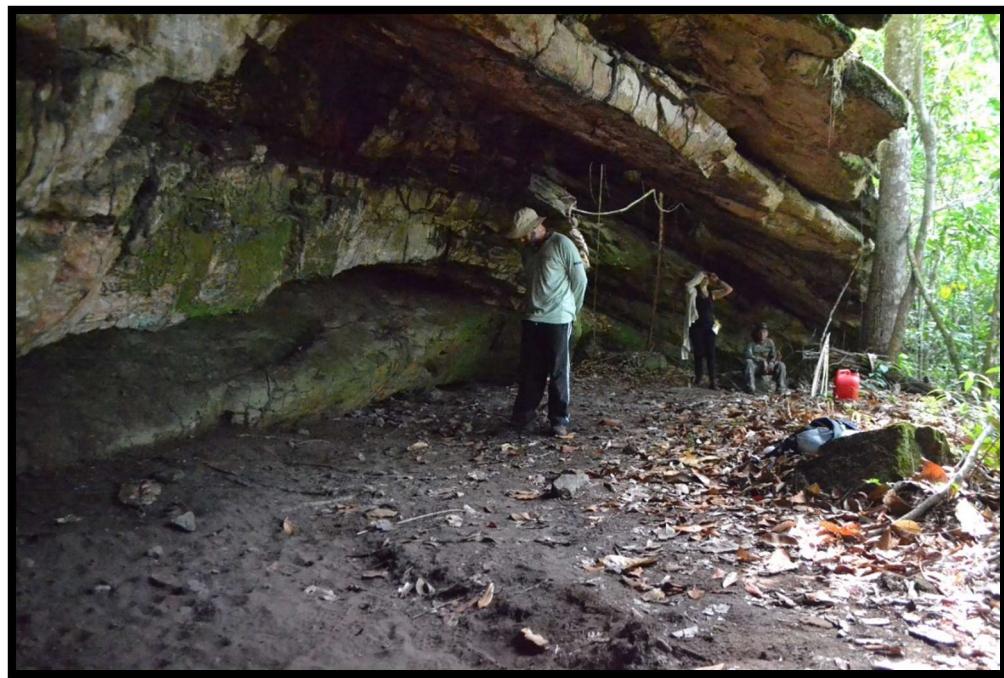


Figura 102: Pinturas na parede do abrigo. (Autor, 2017)

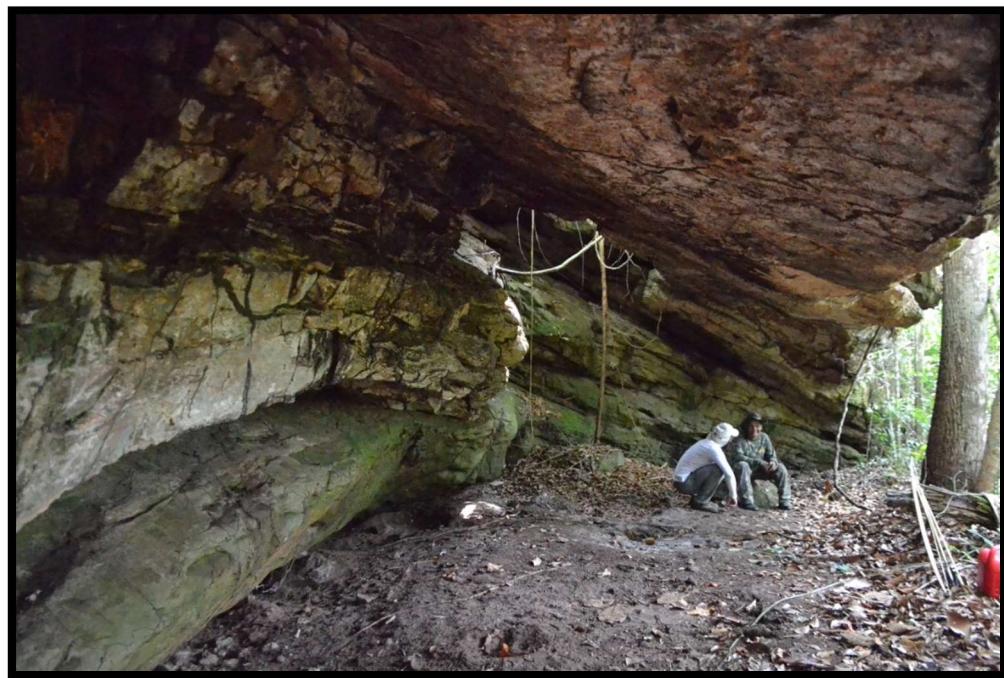
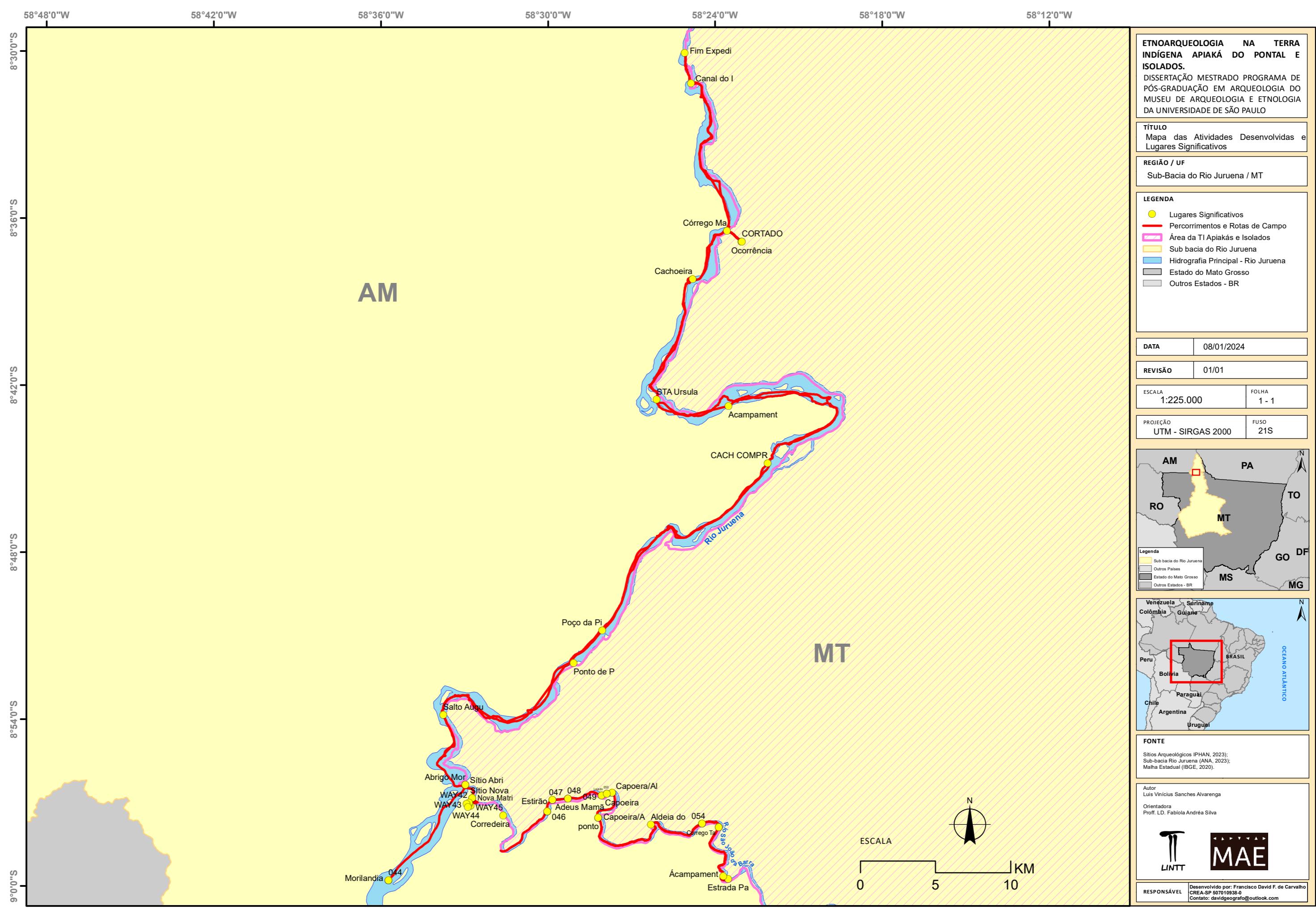


Figura 103: Abrigo Yatatupã, conversa com Cacique Roberto (Ricardo Carvalho, 2017)



No que tange à territorialidade apiaká, como já foi dito anteriormente, é notória a ocupação da região do Pontal, que compreende o interflúvio entre os rios Teles Pires e Juruena, caracterizando o que se poderia definir como um território tradicional. Isso se reflete nas toponímias, como Serra dos Apiacás ou o município de Apiacás. Muitos pontos relacionados à ocupação tradicional dos indígenas apiakás, na região, foram apontados no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, executado pela Funai em 2008, sendo que esses dão indicativo de locais de interesse para a prospecção arqueológica.

Dentre as muitas narrativas, um dos lugares mais citados é o rio São Tomé. Já na primeira atividade com os Apiaká, quando fizemos uma oficina de planejamento, o sr. Pororoca Apiaká apontou os saltos São Simão, Salto Augusto e, sobretudo, a calha do rio São Tomé como lugares significativos.

O rio São Tomé nasce na feição norte da Serra dos Apiacás correndo na direção noroeste até desaguar no rio Juruena. Pororoca, conta que sua mãe relatava a presença de aldeias antigas naquele rio. Pororoca participou também dos trabalhos de campo na pesquisa para a identificação da terra indígena quando foram apontadas oito capoeiras (antigas aldeias) no rio São Tomé (figura 97).

Outros interlocutores também citaram o rio São Tomé, como o vice cacique Robertinho Morimã, Roberto e Edivaldo Morimã. Assim, a calha do rio São Tomé pode ser considerada uma área de alto potencial arqueológico por suas características físicas e pelos relatos orais dos indígenas.

Por outro lado, apesar de a porção sudoeste do Parque Nacional do Juruena, sobreposto à terra indígena, ser indicada como de ocupação apiaká, no mesmo relatório da Funai de 2011 não são apresentadas aldeias antigas ou capoeiras, deixando um “vazio” de lugares significativos (figura 97). Nesse sentido, esta pesquisa que realizamos aborda essas áreas não contempladas por outras pesquisas.

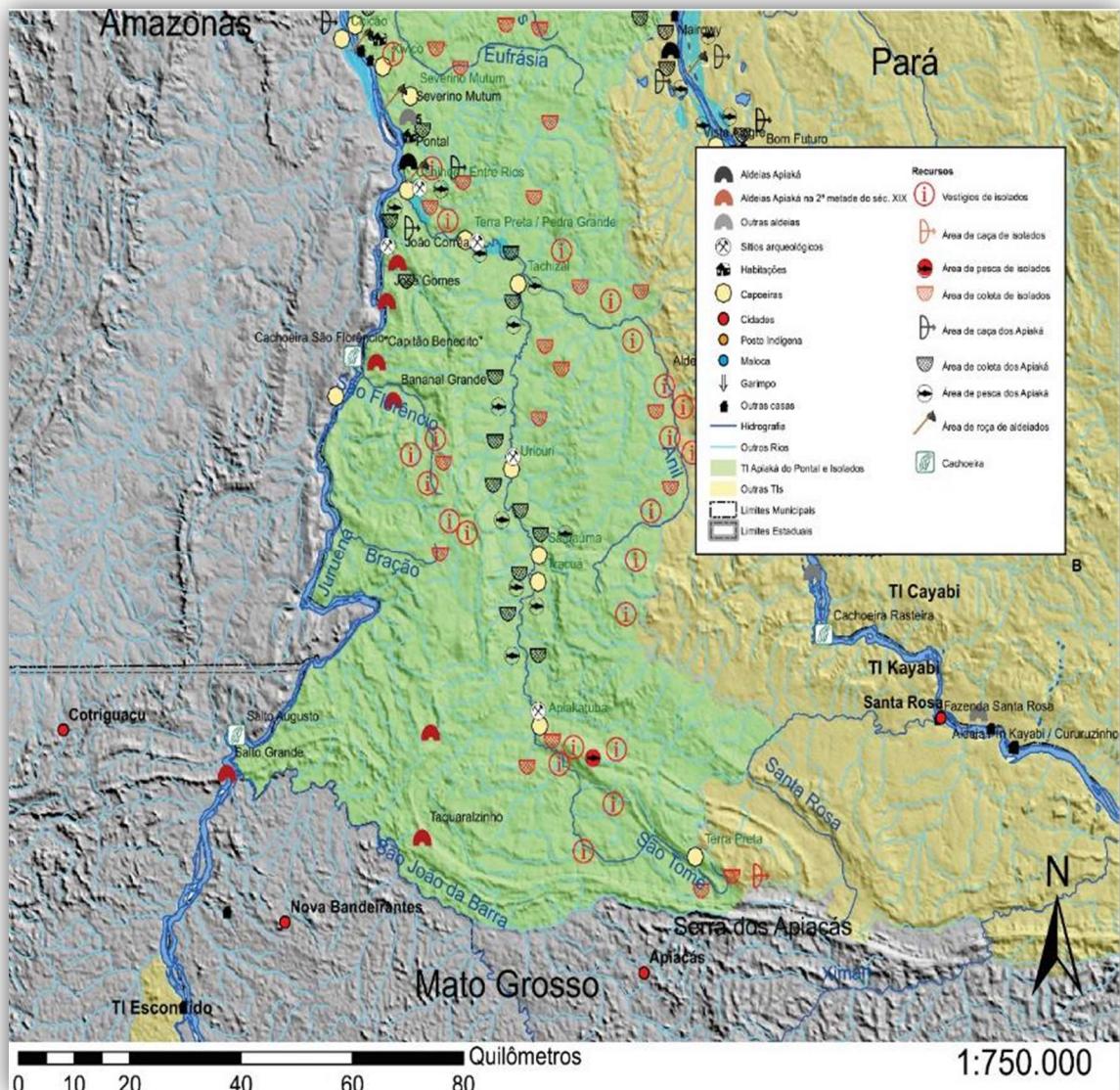


Figura 104: Capoeiras identificadas na área de pesquisa. Fonte: Funai, 2011. (Modificado pelo autor)

Chama a atenção uma questão bastante interessante que se apresentou nas atividades de cadastro do sítio arqueológico Velha Matrinxã: a identificação de uma peça cerâmica que lembra uma base de cálice ou um pedestal de formato trapezoidal. Essa peça é descrita por Florence em seu relato da viagem, feita no início do século XIX; veja o texto que segue e o desenho apresentado na figura 98.

“Hábeis na arte cerâmica são os apiacás e a argila de que usam de qualidade excelente. As panelas onde fervem o *camuí* têm três palmos de alto sobre igual diâmetro, e, entretanto as paredes são tão finas e o todo tão leve que pesam metade das nossas panelas de iguais dimensões. Os potes, vasos, panelas, têm no geral a figura de dois cones truncados unidos pela

base. A louça é ornada dos mesmos ângulos retos, paralelos entre si, como pintam no corpo, mas o todo apresenta mais variedade.” (Florence 2007, pag. 220)



Figura 105: Florence 2007, Pag. 193 “Mulheres apiacás”

Como podemos perceber, há semelhança entre a o artefato cerâmico que aparece no desenho e um dos vestígios identificados na superfície do sítio Velha Matrinxã.

Por causa da identificação de um vestígio com essa característica entrei em contato com arqueólogos que escavaram na região em projeto de arqueologia preventiva da UHE São Manoel. Eles relataram a presença de pelo menos uma peça com as mesmas características, no sítio arqueológico Babaçu 8, implantado no alto da Serra dos Apiacás, na margem direita do rio

Teles Pires.

Esse relato, assim como a indicação do uso da Serra dos Apiacás como um lugar de referência para o deslocamento regional (**Figura 99**), nos faz pensar na serra como um importante lugar de uso e que deve ser considerado também de alto potencial arqueológico, podendo ser alvo de pesquisas sistemáticas futuras.



Figura 106: Possível rota de deslocamento margeando a Serra dos Apiacás.

A identificação de sítios arqueológicos muito próximos à atual aldeia Matrinxã nos leva a refletir sobre as similaridades da ocupação atual do território e as ocupações históricas reveladas através da identificação dos vestígios.

As reflexões passam por diversas escalas de comparação. Em um primeiro momento, a região do Pontal que compreende essa extensão triangular do interflúvio dos rios Teles Pires e Juruena e é exposta na oralidade apiaká como tendo sido tradicionalmente ocupada por eles, é reconhecida através da identificação de uma terra indígena pela Funai. Dentro dessa área são identificadas inúmeras narrativas da ocupação do território, destacando-se a calha do rio São Tomé e do rio Juruena, onde concentram-se as aldeias apiakás atuais.

Olhando numa escala mais aproximada, temos o estabelecimento da aldeia Matrinxã sobre uma área já ocupada. Porém, essa ocupação vem de outra forma, com casas diferentes daquelas relatadas, por exemplo, por Florence em 1829 (2007, pag.223): “Cada habitação

consiste numa única e grande choupana, onde reside toda a tribo”, todavia ocupando a mesma paisagem.

Pode ter havido uma mudança cultural na forma de organização espacial intra-aldeia no que se refere à disposição das casas e outras estruturas, mas uma continuidade na escolha do lugar de implantação da mesma. Outra semelhança se dá na abertura da aldeia, como narrado também por Florence (2007, pag.222): “Aí se achavam perto de 100 índios. A casa era no meio de uma clareira feita aos poucos na floresta. A alturas desmesuradas erguem árvores secas os troncos; outras ainda verdejantes lançam a ramada em planos horizontais, como se veem nas Índias Ocidentais”.

A aldeia Matrinxã foi estabelecida pouco a pouco. As clareiras foram abertas e, mesmo com muitos troncos ainda caídos sobre o terreno, as casas foram levantadas. Essas árvores recém derrubadas passam a fazer parte da paisagem. Durante o campo de 2019, volta e meia, era colocado um pequeno fogo nos troncos. A aldeia tinha sempre uma fumaça aqui e acolá e, aos poucos, esses troncos foram desaparecendo.

Os lugares e sítios arqueológicos identificados ao longo da pesquisa somam-se a outros pontos reconhecidos em outras pesquisas que ocorreram na região do pontal como, por exemplo, o RCID já citado e no qual vemos diversos lugares significativos relacionados com a pesca, coleta de castanha, as antigas aldeias, e paisagens culturais.

No ano de 2022, iniciou-se uma pesquisa para a revisão do Plano de Manejo do Parnaíba Juruena. Pretende-se considerar a sobreposição da Terra Indígena, e os executores desse trabalho também levantaram dados da ocupação histórica, e apresentaram dois mapas: de antigas moradas e de moradas recentes. (Figuras 107 e 108)

Até o presente não foi possível estabelecer com a equipe técnica que executou o estudo, um diálogo para refinar os dados, além daquilo que está no mapa. Ainda assim é importante apresentá-los já que eles reforçam a ocupação histórica do Pontal e indicam lugares a serem considerados como significativos histórica e culturalmente.

No presente trabalho, a arqueologia vem com o intento de reforçar as relações da identidade apiaká com o seu território e reiterar o direito à terra conforme a sua vontade e conforme determinam todos os instrumentos legais que garantem o direito à ela segundo o que vem previsto na Constituição Federal, no artigo 231

“§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua

reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”

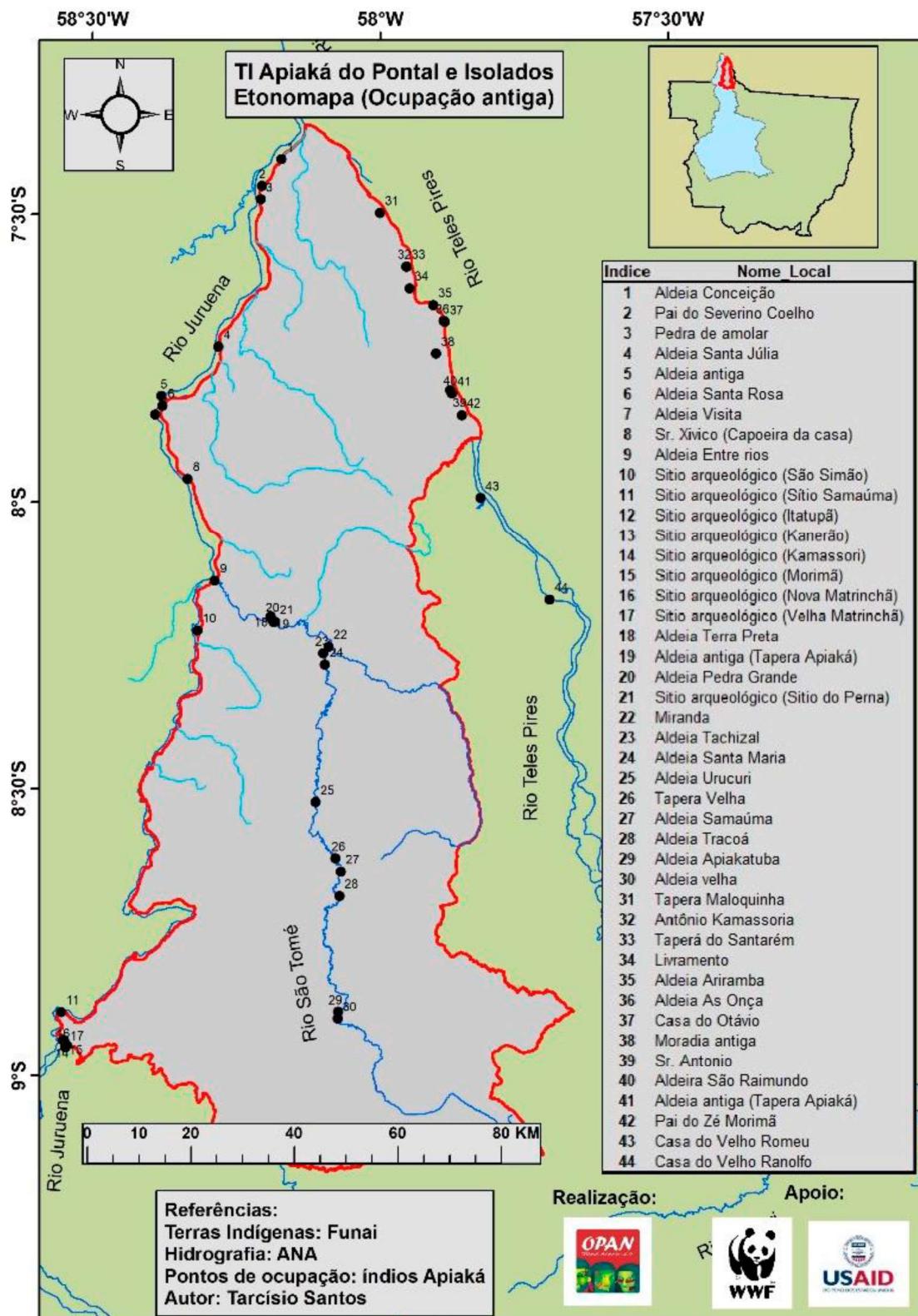


Figura 107 : Mapa de lugares Apiaká, Santos, 2022

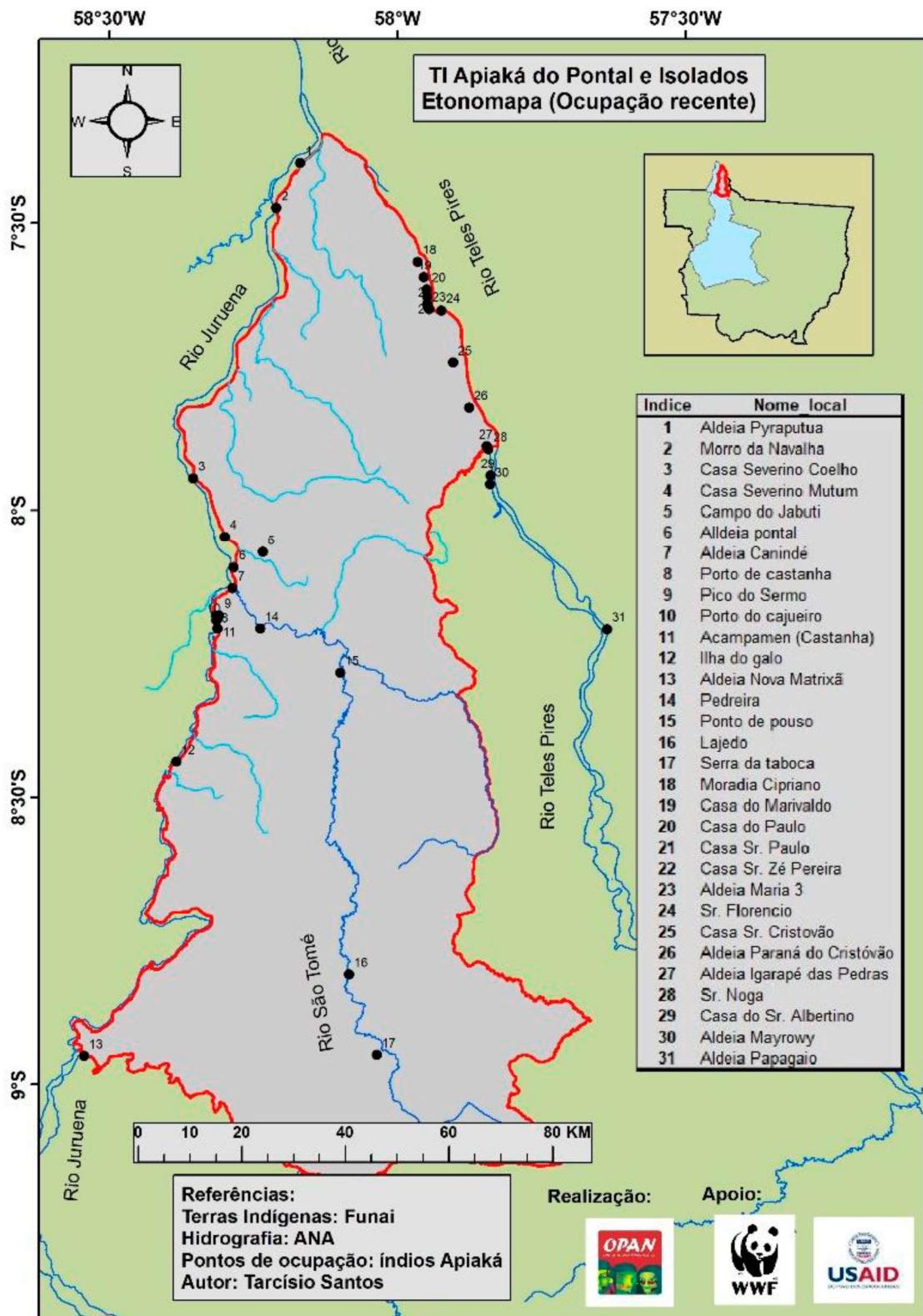


Figura 108: Mapa de lugares Apiaká, Santos, 2022

Capítulo 5 - Conclusões “Eles nunca saíram daquele lugar”

Revisitando o projeto e os objetivos, penso que o principal papel do pesquisador em um processo como o apresentado nesta dissertação é o de ser um bom ouvinte. Tentamos transparecer neste trabalho, de forma minimamente sistemática, a vivência de pessoas que nunca tiveram dúvidas sobre a sua relação com a paisagem e o território.

Diante de tal afirmação nos perguntamos: qual seria a contribuição que poderíamos dar para o povo Apiaká a partir de nossas escutas e observações? O que poderíamos oferecer para a ciência arqueológica e para o restante da sociedade a partir desse trabalho? O que um homem não indígena, inserido na sociedade ocidental teria para somar à causa indígena?

Cada vez mais os trabalhos arqueológicos ganham dimensões para além de seus intentos puramente acadêmicos. A academia começa a ser ocupada e preocupada por demandas de indivíduos historicamente vulnerabilizados e subalternizados. A produção acadêmica deixa de resolver apenas os seus próprios dilemas e o papel em branco recebe uma escrita que se coaduna com distintas lutas e disputas.

A folha em branco pode receber as palavras que quisermos escrever, “o papel aceita tudo”. O Estado e as forças econômicas sempre olharam para o Juruena como uma folha em branco, onde se podia escrever qualquer coisa. Porém, a região do rio Juruena nunca foi uma folha em branco.

A história contada aqui e materializada na paisagem vivida pelos povos originários da região do rio Juruena é uma história de tempos imemoriais onde os relatos orais alcançam diversas gerações passadas e os sítios arqueológicos mostram que mesmo com a riqueza da memória ainda há muito para se conhecer.

Desde o início da dissertação, tentamos traçar uma “linha do tempo” composta por relatos históricos, relatos orais, pesquisas científicas e a vivência do povo Apiaká. Os relatos históricos são feitos por não indígenas, europeus e brasileiros que passaram pela região do rio Juruena. Esperamos que esta dissertação, juntamente com os outros trabalhos citados (p.ex. de Giovana Tempesta e Michel de Andrade), apesar de também terem sido realizados por não indígenas, possam trazer um pouco da perspectiva indígena sobre a história do território. Como foi possível observar, buscamos colocar os relatos indígenas em nossos trabalhos, enfatizando o seu protagonismo como contadores de sua própria história e fazedores da sua arqueologia.

Esta dissertação busca complementar algumas lacunas de conhecimento sobre a bacia do Juruena e da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados e lançar luz sobre arqueologia

em territórios indígenas de maneira geral.

No caso da bacia tentamos complementar a ideia que se tinha de dispersão do povo Apiaká, pelo território, no século XIX. Em nosso entender a dispersão se deu desde a bacia do rio Arinos até pelo menos a cachoeira do Salto Augusto, e sustentamos essa hipótese com base nos apontamentos de aldeias presentes, no próprio Salto Augusto e as margens do rio Juruena. Esta hipótese é corroborada pela presença dos sítios arqueológicos Aldeia Moriland e Velha Matrinxã, ambos reconhecidos pelos indígenas apiakás como pertencentes ao seu povo.

Para a Terra Indígena, o trabalho apresenta dados que se somam aos estudos realizados antes da nossa pesquisa, e que apontavam uma lacuna na porção sudoeste do território. Nesse lugar, foram identificados sítios arqueológicos e lugares significativos conforme apresentamos ao longo da dissertação.

Apesar de termos acompanhado a reocupação de parte do território e o estabelecimento de uma nova aldeia, a Matrinxã, é necessário deixar claro que o território nunca foi completamente esvaziado. O que aconteceu foi o espalhamento do povo Apiaká, pela bacia do rio Juruena. Porém, famílias continuaram morando às margens do rio Juruena, enquanto outros parentes se isolaram no interior do território. Essa mobilidade e dispersão dos indígenas apiakás está presente nos relatos, sendo que as pessoas que deixaram o Pontal continuaram a usá-lo como passagem e como referência cultural, assim pode-se dizer que há ocupação contínua desse lugar desde os primeiros relatos no século XIX.

Os contextos abordados pela pesquisa são diversos e é um desafio contemplá-los a partir da pesquisa arqueológica. Cabe dizer que a arqueologia que se ocupa de estudar, estritamente, o passado não é adequada para entender a realidade de territórios tradicionalmente ocupados e que estão permanentemente ameaçados.

A arqueologia não pode fechar os olhos e ouvidos para as populações indígenas, e ela precisa cada vez mais demonstrar que as paisagens estão em constante transformação, assim como os significados a elas atribuídos pelas pessoas que nelas habitam. O significado e a vivencia das paisagens não são e nem foram frutos de uma relação inocente e pura, sem intenções. O convívio e as marcas nas paisagens servem como marcadores de territórios, e hoje, os sítios arqueológicos, quando reivindicados por povos tradicionais são intencionalmente marcadores de territórios, e isso deve ser visto com naturalidade.

Nesse sentido a arqueologia tem um papel fundamental na transmissão de conhecimento para as gerações futuras de indígenas apiakás, e para isso é imprescindível a manutenção do território tradicional.

Os documentos considerados nesta pesquisa sejam eles fontes históricas, fontes orais, lugares significativos e sítios arqueológicos demonstram que o povo Apiaká tem uma relação histórica indissociável com a região do rio Juruena; um dá sentido ao outro.

O povo Apiaká é por essência um povo do rio Juruena e o rio Juruena é um rio do povo Apiaká. Em realidade, este rio pertence a todos os povos originários da região.

Qualquer um que queira contar uma história do rio Juruena deve incluir o seu povo e seus significados nesta história. Ao longo do trabalho aprendemos muitas coisas com o povo Apiaká e dentre elas a de que todas as pessoas que queiram somar forças à causa indígena são bem-vindas. Sentimos isso em cada contato, a cada vez que estivemos no território apiaká e de seus parentes indígenas kayabis, mundurukús e rikbaktsas.

É preciso levar a sério o que nos dizem os povos indígenas. As Terras Indígenas não são apenas áreas de proteção, são núcleos de resistência. A luta indígena pela defesa dos seus territórios constitui uma forma de respeito aos seus ancestrais. Para além da questão ambiental, trata-se do direito à memória. Como afirma o escritor Ailton Krenak, neste momento histórico, os povos indígenas devem ser protagonistas e exigir o seu reconhecimento enquanto primeiros e legítimos ocupantes do território brasileiro, e, portanto, únicos detentores dos conhecimentos acerca da história profunda do país. As territorialidades dos povos indígenas do Juruena devem ser levadas em consideração pelo Estado brasileiro dentro de suas iniciativas de gestão colaborativa e ordenação territorial. Como descendentes dos primeiros habitantes desta região, esses povos têm direito a participar de maneira efetiva nas decisões que dizem respeito ao seu futuro, sobretudo quando se trata de definir as formas de ocupação do seu território imemorial. (Almeida,2019, p. 133)

A paisagem do Juruena é revisitada e rememorada por cada um desses povos em suas histórias, seus mitos, suas vitórias e eventuais derrotas. Esta paisagem é marcada pela permanência e persistência dos povos em se mantiveram e se mantêm nos seus territórios.

Bibliografia

- ACHA, M. **Um estudo etnoarqueológico sobre o pastoreio em Santa María, Argentina.** Tese (Doutorado), Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ALMEIDA, Juliana. **Paisagens ancestrais do Juruena.** Operação Amazônia Nativa (Opan), 2019. Disponível em < <https://amazonianativa.org.br/wp-content/uploads/2019/05/PAISAGENS-ACENSTRAIS-DO-JURUENA.pdf>> Acesso 22 de jun. de 2020.
- ALMEIDA SERRA, R. F. Extracto da descripção geographica da provincia de Mato Grosso. (1797). **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico** Tomo 6: 156-196. Rio de Janeiro, 1865
- ALVARENGA, L. V. S. Arqueologia(s) de Contrato. **Antrope**, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar, Portugal, n.5 Dezembro de 2016
- ALVARENGA, L. V. S. **Marcas de aldeias circulares do Alto Juruena - proposta metodológica de analise etnoarqueológica com utilização de google earth.** Monografia de Especialização. Pós-graduação Arqueologia, História e Sociedade – Unisa, São Paulo, 2017.
- ALVARENGA, Luis V.S. e SOUZA, Edison **Relatório técnico de arqueologia, Expedição Paisagens Culturais do Juruena**, OPAN (Operação Amazônia Nativa) Relatório Técnico, Cuiabá, 2018.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy Povos Indígenas E O Estado Brasileiro: A Luta Por Direitos Em Contexto De Violações, **Vukápanavo: Revista Terena**, vol.1, n.1, p.174-188, 2018
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. A sociedade terena no mundo colonial. In: **Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político.** Rio de Janeiro, Laced/ e-papers, p. 37-77. 2020.
- ANDRADE, Michel, **A Resistência E (Re)Existência Do Povo Apiaká: O Processo De (Re)Ocupação Do Território Tradicional**, Dissertação de Mestrado, UNEMAT Cáceres, 2021
- BANIWA, Gersem A Conquista Da Cidadania Indígena E O Fantasma Da Tutela No Brasil Contemporâneo in. **Constituições nacionais e povos indígenas/** Alcida Rita Ramos, organizadora. - Belo Horizonte : Editora UFMG, 238 p. : il.- (Humanitas) 2012.
- BENITES, Tonico. Introducao; O processo de reocupacao (jaike jevy) dos tekoha estudados. In: *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.* Tese de doutorado (Antropologia Social). Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 13-31; 84- 178. 2014.
- BINFORD, L. R. **Em busca do passado.** [s. l]: Europa-América, 1991.
- BOAS, Franz **Antropologia Cultural**, Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
- BOTIN, L. **Landscape and Dwelling.** In: L. Botin, A. Carter e R. Tyrrell (eds), *Dwelling, Landscape, Place and Making*. Aalborg Universitetsforlag. 2013.
- BOWSER, Brenda; ZEDEÑO, Maria N. (eds.). **The Archaeology of Meaningful Places.** Salt Lake City: The University of Utah Press, 2009.
- BRASIL, Raymundo Pereira. **Os Sertões do Rio Tapajós.** Pará: Secção de Obras d' A Província do Pará. 138 p., ilustrado. 1910.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras/ Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, p. 133-172. 1992.

CARVALHO, Ricardo da Costa, **A situação da sobreposição entre a Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados e o Parque Nacional do Juruena: caminhos para o reconhecimento dos direitos indígenas e conservação da biodiversidade** – Cuiabá, MT, Operação Amazônia Nativa, 2021.

CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia. 2000.

COUDREU, Henri (1897) s.d. **Viagem ao Tapajós**. Brasiliiana. Biblioteca Pedagógica Brasileira, Cia Editora Nacional

COSTA, Anna Maria R. F. M. **O Homem Algodão: Uma Etno-história Nambiquara**, Cuiabá, ED.UFMT 2009

CUCHE, Denys **A noção de cultura nas ciências sociais** 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002

DORNSTAUDER, Padre João, **Manuscritos**, Missão Anchieta, Mato Grosso de 1941 a 1965

EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 7, n. 2, p. 354-374, 2015.

EREMITES de OLIVEIRA, Revisitando Uma Discussão Sobre Arqueologia, Identidade Étnica E Direitos Territoriais Dos Povos Indígenas No Brasil, **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil** [recurso eletrônico] : comunidades, práticas e direito / Juliano Bitencourt Campos, Marian Helen da Silva Gomes Rodrigues, Pedro Paulo Abreu Funari, organizadores. – Criciúma, SC : UNESC, 2017.

EREMITES de OLIVEIRA, Jorge. Etnoarqueologia, colonialismo, patrimônio arqueológico e cemitérios Kaiowá no Estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 136–160, 2016. DOI: 10.24885/sab.v29i1.446. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/446>. Acesso em: 16 jan. 2024.

EREMITES DE OLIVEIRA, J.; PEREIRA, L. M. **Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico de uma terra Kaiowá na fronteira do Brasil como Paraguai, município de Antônio João, Mato Grosso do Sul**. Dourados, Editora UFGD, 2009.

FAUSTO, Carlos **Entre o passado e o presente: Mil anos de história indígena no Alto Xingu**, Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 9-51, dez. 2005

FAUSTO, Carlos. Da responsabilidade social de antropólogos e arqueólogos: sobre contratos, barragens e outras coisas. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 202–215, 2015.

FANZERES, Andreia Et All. A Experiência Das Autodemarcações In. **Novas Reflexões Indigenistas** Org. Andreia Fanzeres, Ivar Busatto E João Dal Poz – Operação Amazônia Nativa –Cuiabá – MT. 2021

FERREIRA, Lúcio Menezes Essas Coisas Não Lhes Pertencem: Relações Entre Legislação Arqueológica, Cultura Material E Comunidades, **Revista de Arqueologia Pública**, n.7, julho 2013. LAP/NEPAM/UNICAMP. Campinas. 2013

FLORENCE, Hércules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Edições do Senado Federal – Vol. 93, Tradução do Visconde de Taunay, Brasília – 2007.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil, 1875-1878**. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C. Vol. 1. 1880.

FREITAS, Juliana, **O LUGAR CERTO É AQUI?: PAISAGEM E TERRITÓRIO NO ALTO SERTÃO BAIANO, COMUNIDADE CRISTINA** / Juliana Freitas; orientadora Fabíola Andréa Silva. – São Paulo, 398 p. 2019.

FUNAI. **Relatório Circunstaciado de Identificação e Delimitação (RCID) da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados**, Brasília, 2011.

GASPAR, Meliam V. **A Cerâmica Arqueológica Na Terra Indígena Kaiabi (MT/PA)**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GNECCO, C. .; SCHMIDT DIAS, A. . Sobre Arqueologia de Contrato. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 03–19, 2015.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, Juan; DOMINGO, Inés; AZKÁRRAGA, José M.; BONET, Helena (coords.). **Mundos Tribales. Una vision etnoarqueológica**. Museu de Prehistória de Valéncia, 2009. p. 16-27.

GONZÁLEZ-RUIBAL, A. Malos nativos. Uma crítica de las arqueologías indígenas y poscoloniales. **Revista de Arqueología**, v. 27, n. 2, p. 47-63, 2014.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo Etnoarqueología ou simplesmente arqueología?, **World Archaeology**, 48:5, 687-692, (2016)

GUIMARÃES, José da Silva. Memórias sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiaccás, e descobrimento de novas minas na Província de Mato Grosso. In: **Revista Trimensal de História e Geografia**. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VI, Rio de Janeiro, 1844.

GT SAB, **Nota Técnica 01/2021** – Grupo de Trabalho Licenciamento Ambiental – SAB, Teresina 2021

HECKENBERGER, M. & FRANCHETTO, B. **História E Cultura Xinguana**. In: Franchetto, Bruna & HeckenbergeR, Michael. (org.). Os povos do alto Xingu: história e cultura. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.

ICMBio, **Plano de Manejo Parque Nacional Juruena** , Brasília 2011

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição** – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

KAYABI, Dineva Maria. **Salto Sagrado do Povo Kayabi: uma história de resistência** - Dineva Maria Kayabi. – Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT - Barra do Bugres, 2016.

LANE, Paul The use of ethnography in landscape archaeology . Em B. David, & J. Thomas, **The Handbook of Landscape Archaeology**, p. 237 – 244. Walnut Creek, CA: Left Coast Press. 2006

LARAIA, Roque de Barros, **Cultura: um conceito antropológico**. 19 Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACHADO DE OLIVEIRA, J. J. Memória da nova navegação do rio Arinos até a Villa de Santarém, estado do Grão-Pará. **Revista Trimensal de História e Geografia**. Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IHGB, Tomo XIX, Rio de Janeiro 1898.

- MACHADO, Juliana S. **Lugares de Gente: Mulheres, Plantas e Redes de Troca no Delta Amazônico.** Tese (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- MENÉNDEZ, Miguel A. “**Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira**”. Tese Doutorado, Universidade de São Paulo - São Paulo 1981
- MENESES, Ulpiano T. B. “**O objeto material como documento**” (texto não publicado), 1980
- MISSÃO RONDON. **Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas sob a direcção do Coronel Candido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915.** Rio de Janeiro: Typ. 1915
- MORENO, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso a Terra em Mato Grosso. **Geosul**, Florianópolis, v14 n. 27, jan/jun 1999, p. 67-90. 1999
- MOURÃO, Maria da Graça Menezes. **História dos Apiaká**. São Paulo: Scortecci, 2008.
- NEVES, E. G. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, Suplemento 3, 1999.
- NEVES, E.G. et al. Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earths. In: LECHMAN, D.; KERN, B.C.; WOODS, W. (Eds.). **Amazonian Dark Earths: origins, properties, management**. Dordrecht: Kluver Academic Publishers, 2003.
- NEVES, E.G. et al. The timing of Terra Preta formation in the Central Amazon: archaeological data from three sites. In: GLASER, B., WOODS, W. I. **Amazonia Dark Earth: exploration in space and time**. Berlin Heidelberg: Springer Verlag, 2004.
- NEVES, E. G. “**Arqueologia Amazônica**” Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2006
- NIMUENDAJU, Curt. **Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. 2017.
- NIMUENDAJÚ, Curt. **The Cayabi, Tapanhuna, and Apiacá**. HSAI 3: 312-320, 1948.
- PARDI. M. Lucia Franco. Frentes de Expansão. Seu Potencial e Impacto Sobre o Patrimônio Arqueológico – O Caso da Amazônia Mato-grossense e a Partir de um Reconhecimento de 14 "CR/IPHAN". **Coleção Arqueologia**. Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, v.1, p. 289-306, 1995-96.
- PARDI. Maria Lúcia Franco. "Preservação e fomento à pesquisa arqueológica. atuação de IBPC no Mato Grosso". **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 8(1): 201- 220. 1994.
- POLITIS, G. Acerca de la etnoarqueología en América Del Sur. **Horizontes Antropológicos**. Ano 8. N° 18. Pp 61-91 2002.
- POLITIS, Gustavo G. The role and place of ethnoarchaeology in current archaeological debate. **World Archaeology**, v. 48, n. 5, p. 705-709, 2016.
- PEROTA, Celso. “**PRONAPABA. Relatório de trabalho de campo**” Vitória_ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 1982
- PUGLIESE JUNIOR, F. A.; VALLE, R. B. M., A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas: a resistência Munduruku e a preservação do patrimônio cultural frente ao licenciamento ambiental de empreendimentos em territórios tradicionalmente ocupados. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, 28 (1): 30-51. 2015.
- RAMOS, Alcida Rita. Introdução. In: RAMOS, Alcida Rita (org.). **Constituições nacionais e povos indígenas**. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 7-17. 2012.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna.& Cabral, Ana Suelly Câmara (orgs.). “Revendo a classificação interna da família Tupí-Guaraní”. In: **Línguas indígenas do Brasil: fonologia, gramática e história. Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho de Línguas Indígenas da ANPOLL, Tomo I.** Belém: EDUFPA, 2002.

ROBAZZINI, Alexandre. **Dinâmica da ocupação territorial indígena no Vale dos Tapajós.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROCHA, Bruna C. **What can ceramic decoration tell us about the pre- and post-colonial past on the Upper Tapajós River?** Dissertação de mestrado (Arqueologia). Londres, University College London. 2012.

ROCHA, Bruna C. **Ipi Ocemumuge: A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River.** (PhD Thesis), Institute of Archaeology, University College London, Londres, 2017.

ROCHA, Bruna C.; HONORATO DE OLIVEIRA, Vinicius E. **Floresta Virgem? O longo passado humano da bacia do Tapajós.** 2016

RODRIGUES, João B. **Exploração e estudo do valle do Amazonas: Rio Tapajós.** Em comissão científica pelo Governo Imperial .Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1875

RONDON, C. M. S. **Relatório apresentado à Directoria Geral dos Telegraphos e à Divisão de Engenharia (G 5) do Departamento de Guerra. Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas.** Typographia Leuzinger, Publicação n. 26, Anexos 1, 2 e 3, vol. 3. Rio de Janeiro, 1915.

RONDON, C. M. S **Conferências realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon no Teatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica. Comissão de Linhas Telegraphicas Estrategicas de Matto-Grosso ao Amazonas.** Typographia Leuzinger, Publicação n. 42. Rio de Janeiro, 1916.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia.** São Paulo/Brasília: Editora Nacional/Inl, 1975.

SCHMIDT, Morgan J. HECKENBERGER, Michael J. **Formação de Terra Preta na Região do Alto Xingu: Resultados Preliminares,** Unpublished Report to EMBRAPA. 2007

SILVA, Fabíola A. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 19: 000-000, 2009.

SILVA, Fabíola A. **Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material.** Capa. Vol.8, N°16, Pp. 121-139. 2011.

SILVA, Fabíola A. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. **Revista de Arqueologia**, v. 26, p. 28-41, 2013

SILVA, Fabíola A. Arqueologia de contrato e povos indígenas. Reflexões sobre o contexto brasileiro. **Revista de Arqueologia**, v. 28, n. 2, p. 187-201, 2015.

SILVA, Fabíola A. Arqueologia Colaborativa com os Asurini do Xingu: Um relato sobre a pesquisa no igarapé Piranhaquara, T.I. Koatinemo. **Revista de Antropologia** 58, v2, 2015

SILVA, Fabíola A. **Etnografando a Arqueologia: Dado Etnográfico, Prática Etnográfica E Conhecimento Arqueológico.** Tese de Livre Docência, Museu de Arqueologia e Etnologia MAE-USP, São Paulo, 2021

- SOUZA, J. G. *et al.* Pre-Columbian earth-builders settled along the entire southern rim of the Amazon. *Nature Communications*. 27 mar. 2018.
- STUCHI, Francisco Forte. **A ocupação da Terra Indígena Kaiabi (MT/PA) História Indígena e Etnoarqueologia.** Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- STUCHI, Francisco F. **Estudos etnohistóricos, arqueológicos e etnoarqueológicos das comunidades indígenas na região de Aripuanã/MT.** *Relatório de Pesquisa* (manuscrito), 2011.
- TEMPESTA, Giovana Acacia. Patrões, parceiros e onças. Os brancos no universo relacional Apiaká. In: a 26^a. Reunião Brasileira de Antropologia. 2008, Porto Seguro/BA. **Anais.** Porto Seguro/BA: ABANT, Associação Brasileira de Antropologia.
- TEMPESTA, Giovana Acácia. **“Travessia de Banzeiros. Historicidade e Organização Sociopolítica Apiaká”.** DAn/UnB . Tese de Doutorado, 2009.
- TRIGGER, B. **A História do Pensamento Arqueológico,** Tradução Ordep Trindade Serra; São Paulo : Odysseus Editora 2004
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo **A inconsistência da alma selvagem e outros ensaios de antropologia:** São Paulo: Cosac Naify, 2002
- WENZEL, Eugênio. **“Em torno da panela Apiaká”.** Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP. 1986.
- WUST, Irmhild. **”Continuidade e mudança para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do Rio Vermelho - Mato Grosso”** - tese de doutoramento FFLCH/USP, 1990.
- XAKRIABA, Celia. Concepcao de uma xakriaba sobre a autonomia indígena em meio a processos de tutelagem. In: *Vukápanavo – Revista Terena*, v. 2, n. 2. 2019.
- ZEDEÑO, María N. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from Puebloan southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 4, n. 1, p. 63-103, 1997.
- ZEDEÑO, Maria N.; HOLLENBACK, Kacy; GRINNELL, Calvin. From path to myth: journeys and the naturalization of territorial identity along the Missouri river. In: SNEAD, James E.; ERICKSON, Clark L.; DARLING, J. Andrew (eds.). **Landscapes of Movement. Trails, paths and roads in anthropological perspectives.** Philadelphia: University of Pennsylvania Museum of Archaeology and Anthropology, 2009.

Anexos

Anexo A



CNPJ: 33.922.893/0001-81

Telefone: (66)98449-7888

Email: aitam_matrixx@hotmail.com

Prezado Sr.

José Picolli Neto
Superintendente do IPHAN – Mato Grosso
Cuiabá – Mato Grosso – MT

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE FINANCEIRA

Declaro para os devidos fins que a Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi'ô - AITAM, CNPJ 33.922.893/0001-81, com endereço à aldeia Matrixxã – Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, município de Apiacás, estado de Mato Grosso, CEP: 78.595-000, representado por Elivan Morimã Krepú, CPF 045.290.621.04, compromete-se a arcar com os custos referentes ao projeto de pesquisa intitulado “**Arqueologia da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados**”, respectivamente, conforme termo de cooperação com o Arqueólogo **Luis Vinícius Sanches Alvarenga**, responsável pela execução da pesquisa, com o qual estamos ambos concordes.

Apiacás, 10 de Dezembro de 2020.

Elivan Morimã Krepú
 CPF 045.290.621.04

Anexo B



CNPJ: 33.922.893/0001-81

Telefone: (66)98449-7888

Email: aitam_matrinxã@hotmail.com

Ofício nº 005/2021

À Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso (CR NORTE DO MT/FUNAI)

Assunto: Protocolo do projeto “Arqueologia da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados”.

Senhor coordenador,

Considerando o disposto nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

Considerando os artigos 6º e 7º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Considerando o Despacho nº 14, de 19/04/2011, pelo qual o Presidente da FUNAI aprovou as conclusões do Relatório Circunstaciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados com área de 982.324 hectares.

Considerando o disposto nos artigos 61; 62, parágrafo único; e 63, I, II e III da Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN.

Viemos, através desta, protocolar e comunicar junto a essa fundação a realização do projeto intitulado, **Arqueologia da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados**, que terá como proponentes a Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi'ô – AITAM e a Operação Amazônia Nativa – OPAN. Para realização das atividades, o projeto será encaminhado ao IPHAN a fim de solicitar a portaria de pesquisa arqueológica na terra indígena a esse instituto.

A Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi'ô – AITAM, enquanto organização representante do Povo Apiaká, moradores da aldeia matrinxã, interessados no registro e preservação do patrimônio cultural material e imaterial desse povo, submete o citado



projeto, à apreciação da FUNAI, a fim de comunicar a realização de suas atividades na Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados e a entrada dos pesquisadores, integrantes da equipe do projeto de pesquisa arqueológica, na citada terra indígena.

Para ciência, segue tabela com nome, identificação e função dos integrantes da equipe do projeto.

Nome	CPF ou RG	Função
Luis Vinicius Sanches Alvarenga	CPF: 218.617.978-42	Arqueólogo Coordenador
Gabriele Viega Garcia	RG: 17643287 SSP/MT	Arqueóloga – Colaboração científica
Ricardo da Costa Carvalho	RG: 5.272.153 SDS/PE	Indigenista – Colaboração científica
Robertinho Morimã	RG: 1246476-7 SSP/MT	Pesquisador Indígena – Vice Cacique Aldeia Matrinxã
Elivan Morimã	RG: 2373134-6 SSP/MT	Pesquisador Indígena – Presidente da Associação AITAM
Crislaine Leite Tukumã	RG: 2623296-0 SSP/MT	Pesquisadora Indígena – Professora da Aldeia Matrinxã
Taiguara Francisco Alexo da Rocha Silva	CPF: 418.529.308-96	Arqueólogo
Adriano Gambarini	RG: 17.677.156 SSP/SP	Fotógrafo
Ayslaner Victor Gallo de Oliveira	RG: 1429414-1 SSP/MT	Engenheiro Florestal – ICMBio

Sem mais para o momento, atenciosamente agradecemos.

Aldeia Matrinxã, 23 de junho de 2021.


 Elivan Morimã Krepú
 Presidente da Associação Comunitária Indígena Apiaká Tapi'ô do Norte do Mato Grosso - AITAM

Anexo C



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

Ofício Circular N° 18/2021/CGMT/DPT/FUNAI

Brasília, 29 de dezembro de 2021.

Aos (Às) Senhores (as)
COORDENADORES REGIONAIS, SEGATs e CTLS

Assunto: Atividades de Proteção Territorial em Terra Indígena não homologada.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.009376/2021-27.

Senhores (as),

Cumprimentando-os cordialmente, utilizo-me do presente para informar o entendimento jurídico da PFE acerca da execução de atividades de Proteção Territorial em Terras Indígenas (TIs) não homologadas.

Buscando reunir respaldo jurídico ao tema, foi expedido o Ofício DPT 1403 (3661682) em consulta à PFE, que em resposta elaborou o Parecer nº 13/PFE/2021 (3741615), devidamente aprovado pelo Despacho nº 23/PFE/2021 (3741619).

O referido Parecer traz em seu bojo vasta fundamentação e conclui pela **ilegitimidade de execução de atividades de proteção territorial em TI não homologadas, in verbis:**

D-Conclui esta procuradora, diante da competência atribuída à FUNAI para realizar o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas (art. 231 da CF, art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. 19 da Lei 6001/73 e arts. 2º, 5º e 6º do Decreto 1.775/96), que somente após o término do referido procedimento

administrativo demarcatório, ou seja, somente após a homologação da demarcação por Decreto presidencial e o registro imobiliário em nome da União (art. 20, XI, da CF), é que haveria a segurança jurídica necessária para que a FUNAI possa implementar determinadas ações destinadas à proteção da indisponibilidade da terra indígena tradicionalmente ocupada, e à proteção do usufruto exclusivo em favor dos indígenas (art. 231, par. 2º e 4º, da CF). (grifei)

Face ao exposto, estabelece-se o seguinte:

Os Planos de Trabalho de Proteção Territorial (PTPT) deverão prever atividades apenas para TIIs no mínimo Homologadas, devidamente ressaltada sua fase demarcatória no corpo do referido Plano;

A exceção são as TIs alvo de decisão judicial, neste caso devidamente informado no PTPT, bem como inserida cópia da decisão no processo que encaminha o PTPT para análise;

As informações e/ou notícias acerca de crimes ambientais em TIs não homologadas que tenham chegado ao conhecimento das Coordenações Regionais e/ou aos seus demais setores subordinados, devem ser formalmente encaminhadas aos órgãos competentes (Polícia Federal, IBAMA, SEMA, SEDAM, etc.);

As informações e/ou notícias acerca de crimes contra comunidades indígenas e/ou seus membros que habitem em TIs não homologadas, que tenham chegado ao conhecimento das Coordenações Regionais e/ou aos seus demais setores subordinados, devem ser formalmente encaminhadas aos órgãos competentes (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, etc.)

Por fim, visando buscar segurança jurídica para as ações de apoiadas ou executadas pela CGMT e pelas Coordenações Regionais, orienta-se a ampla divulgação aos setores subordinados.

Sendo o suficiente para o momento, registramos nossa consideração e apreço.

Anexos: I - Ofício DPT 1403 (3661682);
II - Parecer nº 13/PFE/2021 (3741615);
III - Despacho nº 23/PFE/2021 (3741619).

Atenciosamente,

(Assinado Eletronicamente)

Coordenador-Geral de Monitoramento Territorial

	Documento assinado eletronicamente por [REDACTED] [REDACTED], Coordenador(a)-Geral, em 29/12/2021, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
	A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php ?acao=documento_verificar&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador 3741636 e o código CRC 7FCE9D8B .

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08620.009376/2021-27

SEI nº 3741636

SCS Quadra 09, Bloco B, Edifício Parque Coporate Sala 610, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul

CEP 70308-200 Brasília - DF (61) 3247-7031 - <http://www.funai.gov.br>